

Ir e voltar.

Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007)

Relatório Final

Relatório elaborado no âmbito das actividades do Projecto

POCI/SOC/58668/2004 “Transformações Sociais numa Colectividade Local do Noroeste Português”

(co-financiado pelo FEDER, através do Programa POCI 2010, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

Autoria:

Serge Abramovici

João Ferreira de Almeida

José Luís Casanova

Patrick Champagne

Virgílio Borges Pereira

José Madureira Pinto (Coordenação)

João Queirós

Ester Gomes da Silva

Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Junho de 2008

Ir e voltar.

Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007)

Relatório Final

Índice

<i>Nota de abertura.....</i>	<i>5</i>
<i>Ir e voltar a Fonte Arcada. Considerações sobre a prática da razão sociológica</i>	<i>8</i>
José Madureira Pinto	
<i>Os processos de urbanização no Noroeste Português: uma leitura da sua evolução nos últimos trinta anos e cinco programas de pesquisa em desenvolvimento</i>	<i>18</i>
João Queirós	
<i>Actividade económica na região do Vale do Sousa.....</i>	<i>32</i>
Ester Gomes da Silva	
<i>Escolarização e reprodução social</i>	<i>48</i>
José Madureira Pinto	
<i>Divisões sociais e estratégias de reprodução das famílias num «campo» determinado pela construção civil, ou sobre como continuar a compreender Berlim</i>	<i>60</i>
Virgílio Borges Pereira	
<i>Valores e religiosidade: alguns apontamentos.....</i>	<i>72</i>
João Ferreira de Almeida	
<i>Nota sobre comportamentos político-eleitorais.....</i>	<i>81</i>
José Luís Casanova	
<i>O olho em campo</i>	<i>99</i>
Serge Abramovici	
<i>De quelques paradoxes de l'approche monographique</i>	<i>107</i>
Patrick Champagne	

Índice de Quadros

QUADRO 1	Taxas de mobilidade casa-trabalho interconcelhia no Noroeste Português (1981-2001) ..23
QUADRO 2	Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada (1978).....24
QUADRO 3	Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada, segundo o sexo (2007) 27
QUADRO 4	Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada, segundo o grupo etário e o sexo (2007).....28
QUADRO 5	Activos com profissão residentes em Fonte Arcada, segundo o grupo profissional e o sexo (2007) 29
QUADRO 6	População activa, segundo o sexo (1981-2001) 35
QUADRO 7	População activa com profissão, segundo o sexo, em Fonte Arcada (2007) 35
QUADRO 8	Evolução da taxa de actividade (1950-2001).....36
QUADRO 9	Activos com profissão, segundo o ramo de actividade da profissão principal, em Fonte Arcada (2007).....39
QUADRO 10	Activos com profissão na agricultura, segundo o grupo etário, em Fonte Arcada (2007) .39
QUADRO 11	Activos com profissão na indústria transformadora, por subsector (1981-2001)..... 40
QUADRO 12	População activa, segundo o nível de instrução (1981-2001).....42
QUADRO 13	População activa com profissão, segundo o nível de instrução, em Fonte Arcada (2007).43
QUADRO 14	Evolução da taxa de desemprego (1950-2006) 44
QUADRO 15	Evolução da taxa de desemprego, segundo o sexo (1981-2001).....44
QUADRO 16	População activa com profissão e pessoal ao serviço nas sociedades dos sectores secundário e terciário com sede na unidade territorial (2001) 46
QUADRO 17	Proporção de indivíduos em situação de privação cultural extrema, segundo o sexo (1960-2001) 49
QUADRO 18	Taxa de conclusão da escolaridade de 9 anos, segundo o sexo (1981-2001) 49
QUADRO 19	Taxa de conclusão da escolaridade de 12 anos, segundo o sexo (1981-2001) 50
QUADRO 20	Taxa de realização de estudos de nível superior, com ou sem obtenção de grau, segundo o sexo (1981-2001) 51
QUADRO 21	Taxa de saída antecipada do sistema de ensino, segundo o sexo (1981-2001).....52
QUADRO 22	Taxa de saída precoce do sistema de ensino, segundo o sexo (1981-2001) 52
QUADRO 23	População com 15 e mais anos residente em Fonte Arcada, segundo o nível de instrução e o sexo (1978-2007) 57
QUADRO 24	Alguns indicadores de escolarização em Fonte Arcada, segundo o sexo (1978-2007) 58
QUADRO 25	População activa, segundo o grupo profissional (1981).....65
QUADRO 26	Fracções de classe dos indivíduos da população activa (1991-2001).....66
QUADRO 27	Participação em organizações por parte dos residentes em Fonte Arcada (2007) 82
QUADRO 28	Actividades cívicas e políticas dos residentes em Fonte Arcada (2007).....83

QUADRO 29 Razões para não votar apontadas pelos fontarcadenses que assumiram ter essa atitude perante os actos eleitorais (2007)	84
QUADRO 30 Hábito de discussão de temas políticos pelos fontarcadenses (2007).....	85
QUADRO 31 Características sociográficas dos fontarcadenses que nunca ou raramente discutem política (2007)	86
QUADRO 32 Características sociográficas do grupo dos “activistas” (2007).....	87
QUADRO 33 Características sociográficas do grupo dos “votantes regulares” (2007).....	88
QUADRO 34 Eleitores, abstenção e votos brancos e nulos (1974-2006).....	91
QUADRO 35 Os mais votados nos actos eleitorais (1974-2006).....	92-3
QUADRO 36 Votações associadas à direita (A) e à esquerda (B) (1974-2006)	95
QUADRO 37 Resultados das eleições para a Assembleia de Freguesia em Fonte Arcada (1974-2006) ..	96

Índice de Figuras

FIGURA 1	Enquadramento natural da freguesia de Fonte Arcada.....	13
FIGURA 2	Enquadramento administrativo da freguesia de Fonte Arcada	15
FIGURA 3	Densidade populacional no Norte de Portugal, em 2001, por freguesia	16
FIGURA 4	Evoluções positivas da densidade populacional no Norte de Portugal (1981-2001)	20
FIGURA 5	Evolução do índice de juventude da população em idade activa (1950-2001).....	33
FIGURA 6	Evolução do índice de renovação da população em idade activa (1950-2001)	34
FIGURA 7	Evolução da proporção de activos com profissão no sector primário no total de activos com profissão (1950-2001)	37
FIGURA 8	Evolução da proporção de activos com profissão no sector secundário no total de activos com profissão (1950-2001)	37
FIGURA 9	Evolução da proporção de activos com profissão no sector terciário no total de activos com profissão (1950-2001)	38
FIGURA 10	Volume médio de negócios, em milhares de euros, por sociedade com sede na unidade territorial (1999-2003).....	41
FIGURA 11	Volume médio de negócios, em milhares de euros, por sociedade da indústria transformadora com sede na unidade territorial (1999-2003)	41
FIGURA 12	Desempregados, segundo a situação de procura de emprego (1960-2001)	45
FIGURA 13	Estrutura de situações individuais de classe em Fonte Arcada (1978)	62
FIGURA 14	Famílias de classe em Fonte Arcada (1978)	63
FIGURA 15	Famílias de classe em Fonte Arcada (2007).....	67
FIGURA 16	Famílias de classe em Fonte Arcada, segundo a condição perante a actividade económica do indivíduo (2007)	68
FIGURA 17	Fracções de classe dos agentes economicamente activos, segundo o sexo (2007)	69
FIGURA 18	Divisões sociais em Fonte Arcada	71

Nota de abertura

Durante os meses que se seguiram à entrega, em Janeiro do presente ano de 2008, do Relatório de Progresso do Projecto POCI/SOC/58668/2006, *Transformações sociais numa colectividade local do Noroeste Português*, realizaram-se tarefas e obtiveram-se resultados que importa sistematizar no momento em que termina o prazo de prorrogação de um semestre que em devido tempo foi concedido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a conclusão da pesquisa em causa.

Os trabalhos efectuados nos últimos seis meses repartiram-se por três grandes blocos: i) conclusão do processo de tratamento preliminar de informação visando estabilizar a base de dados necessária para desenvolvimentos analíticos mais aprofundados; ii) elaboração de textos e outras peças contemplando resultados de investigação já devidamente consolidados; iii) apresentação pública de resultados junto da comunidade científica e das populações da colectividade estudada.

No que diz respeito à conclusão do processo de tratamento preliminar de informação, foram realizadas as seguintes tarefas:

- Transcrição de entrevistas;
- Conclusão da leitura óptica dos inquéritos realizados junto das famílias e indivíduos da colectividade estudada;
- Recodificação da informação obtida por inquérito, tendo em vista ajustá-la, em termos teórica e operatorialmente adequados, às exigências de análise sociológica previstas no Projecto, nomeadamente as relativas à caracterização aprofundada da estrutura classista, das dinâmicas familiares, da relação das populações com a escola, com a religião e com a política, das práticas culturais e estilos de vida, das relações de vizinhança e sociabilidades, etc..

Ao nível da elaboração de textos e outras peças contemplando resultados de investigação já devidamente consolidados, é de realçar o vasto trabalho científico desenvolvido pela equipa de investigação. Durante o primeiro semestre de 2008, foram elaborados, no âmbito do Projecto, os seguintes textos:

1. José Madureira Pinto: “Ir e voltar a Fonte Arcada. Considerações sobre a prática da razão sociológica” (versão abreviada e revista de um trabalho com o mesmo título já anteriormente enviado à FCT);
2. José Madureira Pinto: “Escolarização e reprodução social”;
3. José Madureira Pinto: “Contextualização sócio-espacial da freguesia de Fonte Arcada”;
4. José Madureira Pinto: “Mundos comunicantes/mundos comunicados: sobre a prática da razão sociológica e a intervenção da câmara de filmar na pesquisa de terreno”;
5. José Madureira Pinto e João Queirós: “O peso do lugar. Mudança e reprodução social numa colectividade do Noroeste português”;
6. João Queirós: “Os processos de urbanização no Noroeste português: uma leitura da sua evolução nos últimos trinta anos e cinco programas de pesquisa em desenvolvimento”;
7. João Queirós: “Da geografia das condições sociais periféricas à sociologia dos espaços sociais dominados. Uma leitura da evolução dos processos de urbanização do Noroeste Português nos últimos trinta anos”;
8. Ester Gomes da Silva: “Actividade económica na região do Vale do Sousa”;
9. Virgílio Borges Pereira: “Divisões sociais e estratégias de reprodução das famílias num ‘campo’ determinado pela construção civil”;
10. João Ferreira de Almeida: “Valores e religiosidade: alguns apontamentos”;
11. José Luís Casanova: “Nota sobre comportamentos político-eleitorais”;
12. Serge Abramovici: “O olho em campo”;
13. Patrick Champagne: “De quelques paradoxes de l’approche monographique”.

Para além dos textos indicados, foi concluído o filme “O Compasso”, realizado por Saguenail/Serge Abramovici (em colaboração com Regina Guimarães e Rui Coelho) a propósito do objecto e do processo de investigação associados ao Projecto POCI/SOC/58668/2004.

Durante o período em análise, foi ainda possível dar expressão pública a alguns resultados de pesquisa, devendo salientar-se a esse propósito:

- Sessão de apresentação de resultados, intitulada “Ir e voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)”, realizada a 30 de Maio de 2008, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foram realizadas e debatidas intervenções correspondentes aos textos anteriormente identificados como 1, 2, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, tendo igualmente sido apresentado o filme a que acima se fez menção;

- Participação no VI Congresso Português de Sociologia, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia, de 25 a 28 de Junho de 2008, na FCSH-UNL, com intervenções baseadas nos textos referenciados como 4, 5, 7 e 12 e nova apresentação do filme;

- Realização, numa das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Fonte Arcada, de uma exposição com fotografias e alguns elementos sociográficos recolhidos nas pesquisas efectuadas na freguesia em 1977-1980 e em 2005-2008. Durante o mês de Julho, novas iniciativas deste tipo, mas de âmbito mais alargado, terão lugar na colectividade. Uma versão reduzida do filme “O Compasso” será objecto de apresentação numa dessas ocasiões.

É o conjunto dos elementos que acima enumerámos que agora submetemos à apreciação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. No presente Relatório, reúnem-se os textos que resultaram da divisão pelos diversos elementos da equipa de investigação das áreas temáticas seleccionadas para análise aprofundada a partir dos resultados de pesquisa obtidos. São textos inéditos, mas que, como vimos, foram já alvo de uma primeira apresentação e discussão públicas. Um outro volume, que acompanha este Relatório, reúne os artigos e comunicações em eventos de índole científica elaborados desde 2006 pela equipa de investigação do Projecto. Corresponde, por isso, tal volume à face mais divulgada do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. No conjunto de elementos agora remetido à FCT segue ainda um exemplar em DVD do filme “O Compasso”, de Saguenail/Serge Abramovici. O conjunto das actividades realizadas encontra-se descrito de forma sistemática no Relatório de Actividades que acompanha os restantes elementos remetidos à FCT nesta data.

As actividades de produção científica e de apresentação pública de resultados prosseguirão, entretanto, para lá do período de vigência do Projecto. Como resultados a concluir/apresentar a curto prazo e tarefas a desenvolver a médio prazo, salientam-se, entre outros, os seguintes:

- Participação de José Madureira Pinto e João Queirós no *First ISA Forum of Sociology*, Barcelona, 5-8 Setembro de 2008, com a comunicação (já aceite pela Organização) “Employment structures, educational handicaps and uneven development in a Portuguese metropolitan region”, a apresentar no âmbito do Research Committee on Sociology of Education;

- Preparação, para publicação em 2009, de dois volumes contemplando uma abordagem panorâmica e integrada das questões teóricas, estratégias metodológicas e principais contribuições analíticas suscitadas pela revisitação sociológica de Fonte Arcada, procurando através dela sugerir enfoques inovadores para a compreensão das transformações recentes e em curso na sociedade portuguesa.

Porto, 30 de Junho de 2008

O Coordenador do Projecto,

José Madureira Pinto

Ir e voltar a Fonte Arcada. Considerações sobre a prática da razão sociológica

José Madureira Pinto

1.

Ao dar a este primeiro capítulo o título “*Ir e voltar a Fonte Arcada*”, pretendemos, antes de mais, sublinhar o facto de o estudo a que nos reportamos corresponder a uma *revisitação sociológica*.

Na verdade, a colectividade em causa foi objecto de uma primeira pesquisa nos últimos anos da década de setenta do passado século. Acontece que – e esta é uma diferença assinalável em relação a outras experiências do mesmo tipo – na equipa que tem estado a assegurar o segundo estudo incluem-se os dois investigadores que, coadjuvados por três estudantes da Faculdade de Economia do Porto, foram responsáveis pelo estudo original¹.

Para os reincidentes, que desta vez avançaram na companhia de competentes e inspirados representantes da nova e da novíssima geração de sociólogos, bem como de especialistas, igualmente jovens, de outras ciências sociais, o trabalho tem sido tão entusiasmante quanto o anterior – compreender-se-á, por isso, que quase tenham cedido à ilusão de que os trinta anos de interregno não chegaram propriamente a existir.

Se não fosse o facto de o terreno, esse implacável matador de sonhos, lhes garantir sem ambiguidades que, pelo menos no Noroeste Português, o tempo não dá mesmo tréguas, achar-se-iam até autorizados a planear voltar, lá para 2038, aos amigáveis caminhos de Fonte Arcada.

Tudo indica, porém, que vai ter de ficar para outros.

¹ Os principais resultados da pesquisa realizada na transição da década de setenta para a de oitenta foram publicados em José Madureira Pinto (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Edições Afrontamento e João Ferreira de Almeida (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

2.

Um dos princípios orientadores da primeira incursão no terreno apoiava-se na convicção, que aliás deu a Sherlock Holmes justificados créditos, de que sem uma boa teoria não há evidências realmente esclarecedoras.

Nessa medida, não abdicando de observar intensivamente, em profundidade, os fenómenos sociais em causa, preocupou-se o estudo sobre Fonte Arcada em subordinar a análise a um conjunto de *enquadramentos teóricos* prévios (ainda que abertos a reformulação no decurso do trabalho no terreno). Tratava-se de, tanto quanto possível, integrar sistematicamente no olhar sobre a colectividade o conhecimento disponível quer sobre realidades sociais homólogas, quer sobre as características e tendências de evolução da sociedade portuguesa no seu conjunto.

E quais foram afinal os grandes domínios problemáticos com que tentámos enquadrar adequadamente a primeira pesquisa?

Antes de mais, os que se referiam às especificidades da economia camponesa em geral, tendo no entanto em conta que a colectividade sob análise vivia num contexto social global de alguma modernização e de crescente penetração das lógicas de mercado e do assalariamento na agricultura. O facto, algo anacrónico, de, nos anos setenta do século XX, continuarem a ser fortes, em muitas colectividades do Noroeste Português, nomeadamente no concelho de Penafiel, quer a incidência do arrendamento rural, quer a influência económico-social da propriedade da terra, conferia grande interesse ao aprofundamento do conhecimento neste domínio.

À medida, porém, que, na fase exploratória do primeiro estudo, se ia verificando que a manutenção da agricultura camponesa local estava intimamente ligada ao desenvolvimento de movimentos migratórios de natureza pendular, sobretudo para o Grande Porto, a questão das transformações sociais na colectividade passou a ter de ser ligada a uma outra – a da função de fornecimento de mão de obra oriunda dos campos aos espaços urbano-industriais, com o consequente assalariamento de boa parte da população activa agrícola.

Com efeito, foi-se tornando cada vez mais claro, para quem ia contactando a freguesia, que as deslocações dos fontarcadenses motivadas pelo trabalho, com tudo o que implicavam em termos de abertura de horizontes culturais e de projectos de mobilidade social, eram um motor não apenas de notáveis metamorfoses da agricultura local – cada vez mais agricultura a tempo parcial, feita por operários camponeses –, mas também de grandes mutações em todos os outros domínios da vida social local.

Sendo certo que os jovens e adultos jovens que frequentavam os locais de trabalho e os estilos de vida do Grande Porto não deixavam de fazer das viagens diárias de comboio na linha do Douro um espaço e um tempo de consagração de laços afectivos com raízes no quotidiano e

na história da freguesia, a verdade é que participavam também, cada vez mais, na difusão de valores, padrões normativos, estilos de vida e projectos de mobilidade de matriz urbana.

Para aprofundar o conhecimento da colectividade, muitos aspectos tiveram, por isso, de ser abordados.

Assim, com vista a analisar as sociabilidades locais, recorreu-se ao património de conhecimentos sobre os fenómenos de entreajuda e as solidariedades de vizinhança em colectividades camponesas, não sem procurar explicar de que modo e por que razão podem emergir, em espaços de interconhecimento que frequentemente se consideram ainda culturalmente homogéneos, desencontros, incompreensões e até lutas simbólicas com alguma envergadura.

Para, por outro lado, tentar perceber alterações evidentes nos padrões de autoridade e nos comportamentos familiares, pequenas e grandes transformações na relação com o sagrado e com a instituição religiosa, ou mesmo a emergência de novas modalidades de relacionamento das populações locais com a escola foi necessário percorrer múltiplos ramos da sociologia: sociologia da família, da educação, da religião. E até as festividades locais, entendidas na sua especificidade expressiva e transgressora, mas também como reveladores do grau de integração social do grupo aldeão, foram objecto de cuidadosa atenção, sem receio, aliás, de transgredir fronteiras disciplinares estabelecidas.

Outro pólo da análise privilegiou as questões do poder e dos comportamentos político-eleitorais, tanto mais aliciantes quanto se assistia ainda, no momento do primeiro estudo, à consolidação dos mecanismos da vida democrática e, em certos sectores da colectividade, à transição acelerada de lideranças, atribuível quer às lógicas partidárias recém-implantadas, quer à influência acrescida, no espaço familiar e de vizinhança, de assalariados parcialmente socializados em contexto urbano.

3.

Ora, se é verdade que, no plano dos grandes princípios de investigação, não se vislumbrou qualquer razão para uma alteração de rumo no recente regresso a Fonte Arcada, já o mesmo não pode ser dito quanto ao volume e natureza dos conteúdos teóricos mobilizáveis.

E isso pelo motivo simples de que, tendo a sociedade portuguesa sofrido transformações profundas nas últimas três décadas, e tendo o instrumental teórico da sociologia, por força dessas transformações (mas também, naturalmente, pela própria dinâmica do debate científico), mudado substancialmente o horizonte dos problemas a estudar e o conjunto de conceitos disponíveis para os enfrentar, ficar agarrado exclusivamente a problemáticas que a anterior pesquisa suscitara constituiria uma inaceitável fuga à realidade.

O que trouxeram de novo as pesquisas sociológicas realizadas em Portugal a partir da década de 1980?

Antes de mais, a demonstração de que uma das grandes tendências de transformação da sociedade portuguesa nas três décadas e meia de vida democrática e duas de integração no espaço europeu diz respeito à acentuada e brusca perda de importância da agricultura no conjunto das actividades económicas, com verdadeira metamorfose do espaço rural português no seu conjunto.

Mais precisamente, certos estudos centrados em espaços ultraperiféricos do interior do país permitiram dar conta de efeitos diferidos de emigrações intensas, tais como o envelhecimento das populações, a intensificação e reconfiguração do papel das mulheres na economia camponesa ou a subversão de padrões tradicionais de entajuda, solidariedade e interconhecimento nas colectividades locais.

A propósito de espaços rurais em urbanização, outras pesquisas destacaram, por seu turno, quer fenómenos de modernização de alguns segmentos da agricultura camponesa, com implicações assinaláveis ao nível da estrutura da propriedade fundiária, quer um intenso assalariamento de populações de origem camponesa, com ou sem êxodo rural, quer ainda a emergência, nalguns casos, de um *operariado rural* cada vez mais polarizado em torno do trabalho na indústria e na construção civil, com modos e estilos de vida em ruptura, pelo menos parcial, com os padrões de vizinhança e outros traços do etos popular camponês.

Sobre os territórios industrializados e em industrialização, os estudos fizeram notar, entre outros aspectos, a forte influência do sistema fabril e respectivos modos de dominação na organização dos estilos de vida das populações locais (organização do tempo, dinâmicas associativas, cultura popular) e na relação das populações com a escola, com a política, com a religião.

Sobre, finalmente, os territórios urbanos, as pesquisas realizadas têm destacado: a diversidade e descontinuidade do processo de urbanização em Portugal (envolvendo desde a cidade marcada por intensos processos de mobilidade quotidiana e social, até aos centros urbanos abandonados, passando pelo bairro tradicional e pelas periferias urbanas); a coexistência, no mesmo território metropolitano, de formas de cosmopolitismo e de impessoalidade com espaços de sociabilidade densos e relativamente fechados, fazendo lembrar alguns traços de colectividades do mundo rural; a consolidação de formas extremadas de exclusão social em que desqualificação social e habitat desqualificado se reforçam em círculo vicioso; etc..

4.

A abertura de perspectivas decorrente deste movimento de renovação dos estudos sociológicos ocorrido nas últimas décadas influenciou, como não podia deixar de ser, o conjunto de objectivos desta revisitação.

Assim, sem pôr de lado o interesse pelos processos de reprodução do espaço da pequena agricultura camponesa em Portugal, é óbvio que tivemos agora de lhe associar a análise das

tendências de desruralização e de urbanização (incluindo a “urbanização das consciências”) em curso no País. Por outro lado, tendo em conta que os resultados das investigações efectuadas no final da década de 1970 apontavam para o crescente protagonismo do campesinato parcial e de outros grupos de assalariados nas dinâmicas sociais da colectividade, compreender-se-á que se tenha querido reavaliar, trinta anos depois, o impacto de tal protagonismo.

Mas também se elegeram objectivos mais específicos. Assim, a par da identificação das principais transformações demográficas e económicas verificadas nas últimas décadas na região metropolitana do Porto, no Vale do Sousa e no concelho de Penafiel, revelou-se imprescindível analisar em profundidade o sistema de emprego regional e local, atendendo às novas formas de precarização da relação salarial, à entrada em força das mulheres no mercado de trabalho industrial e terciário e às oportunidades de acesso a postos de trabalho (normalmente pouco qualificados) abertas por migrações pendulares de raio muito alargado, nomeadamente no âmbito da construção civil.

Além de ter permitido chegar a uma caracterização da estrutura e trajectórias das famílias de classe da colectividade, o estudo de 1970 prestou grande atenção ao carácter estruturante do processo de socialização familiar, na sua relação com as aprendizagens escolares e com as modalidades de enquadramento religioso. São temas a que agora também quisemos regressar, para tentar avaliar com a necessária objectividade o peso específico que tem, na colectividade, cada uma das diferentes instâncias de socialização. Confirmar-se-ão ou não, aqui, conhecidas tendências de um investimento crescente das famílias na escolarização dos mais jovens e de desinstitucionalização na esfera religiosa, com erosão das formas tradicionais de relação com o sagrado e com a Igreja? O que haverá de efectivamente novo nos modos de enquadramento religioso, nas dinâmicas da religiosidade popular e instituída e nas festividades locais?

Os enormes progressos entretanto alcançados na análise das modalidades classistas de estilização da vida colocam a esta revisitação responsabilidades novas no que diz respeito ao estudo dos modos de ocupação do tempo (tempos de trabalho, tempos libertos e tempos de lazer) e respectiva articulação com os diferentes espaços sociais (doméstico, semipúblico e público), do centramento das práticas e dos projectos na casa e no grupo familiar, do consumismo, etc., para além, já se vê, dos clássicos domínios das sociabilidades e convivialidade.

A análise dos modos de participação político-eleitoral dos cidadãos de Fonte Arcada em finais dos anos setenta, talvez por ter sido feita no quadro de uma reflexão mais alargada sobre sistemas de disposições, representações sociais e valores, revelou-se, na altura, muito fecunda. Mas este é um outro domínio que, quer pelas transformações entretanto ocorridas na vida política portuguesa, quer pelo acréscimo de conhecimento que sobre ele se foi sedimentando, tem de merecer ponderação especial.

Sobre vários destes pontos incidirá o presente Relatório – mas sem qualquer pretensão de exaustividade, já que os resultados que é possível apresentar nesta altura se restringem a

uma reduzida parte da informação recolhida por inquérito, entrevistas, análise documental, e observação directa durante os últimos dois anos.

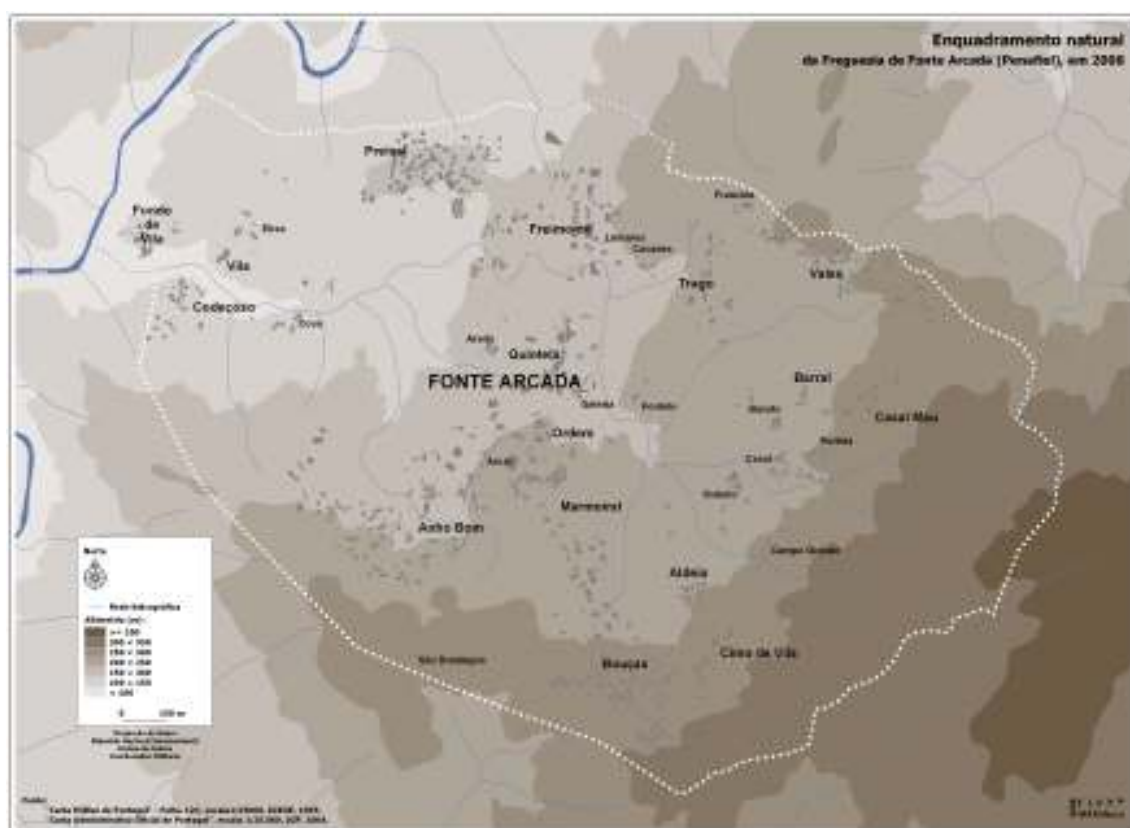
5.

À semelhança do que aconteceu no primeiro estudo, optou-se, na revisitação em curso, por fazer preceder a entrada no terreno por um trabalho de sistematização, a partir sobretudo das fontes estatísticas disponíveis, das dinâmicas demográficas, económicas, educacionais, religiosas, políticas, reportadas quer à sociedade portuguesa no seu conjunto, quer a espaços regionais relevantes para um enquadramento da freguesia.

Procurou-se, com essa contextualização espacial, evitar uma das limitações que os estudos monográficos por vezes apresentam: a de um fechamento artificial da unidade territorial sob observação, como se ela fosse um microcosmo sem passado e totalmente separado da sua envolvente social.

FIGURA 1

Enquadramento natural da freguesia de Fonte Arcada



Sabendo de antemão que nem sempre o recurso a delimitações de tipo administrativo (concelho, agrupamento de concelhos, distrito, NUT) constitui a melhor forma de contextualizar, em termos sociológicos, as colectividades a analisar – mais à frente neste

Relatório, Patrick Champagne discute em profundidade esta questão –, a verdade é que não é fácil encontrar alternativa operacional para tal solução, uma vez que é por referência àquelas delimitações que normalmente se organizam as bases de dados acessíveis aos analistas².

No final dos anos 1970, a contextualização da freguesia e do concelho de Penafiel por referência a uma região designada por “Terras do Sousa” ou “Vale do Sousa” (conjunto formado, para além de Penafiel, pelos concelhos de Paredes, Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras, a que, mais recentemente, se começou a acrescentar Castelo de Paiva) – veja-se, a este propósito, a Figura 2 – era uma opção consagrada quer numa certa tradição de estudos etnográficos e historiográficos em que se invocava a alegada “identidade cultural” das populações rurais deste espaço, quer, nas instâncias de planeamento regional, com fundamento na relativa homogeneidade de traços económicos presentes no território em causa.

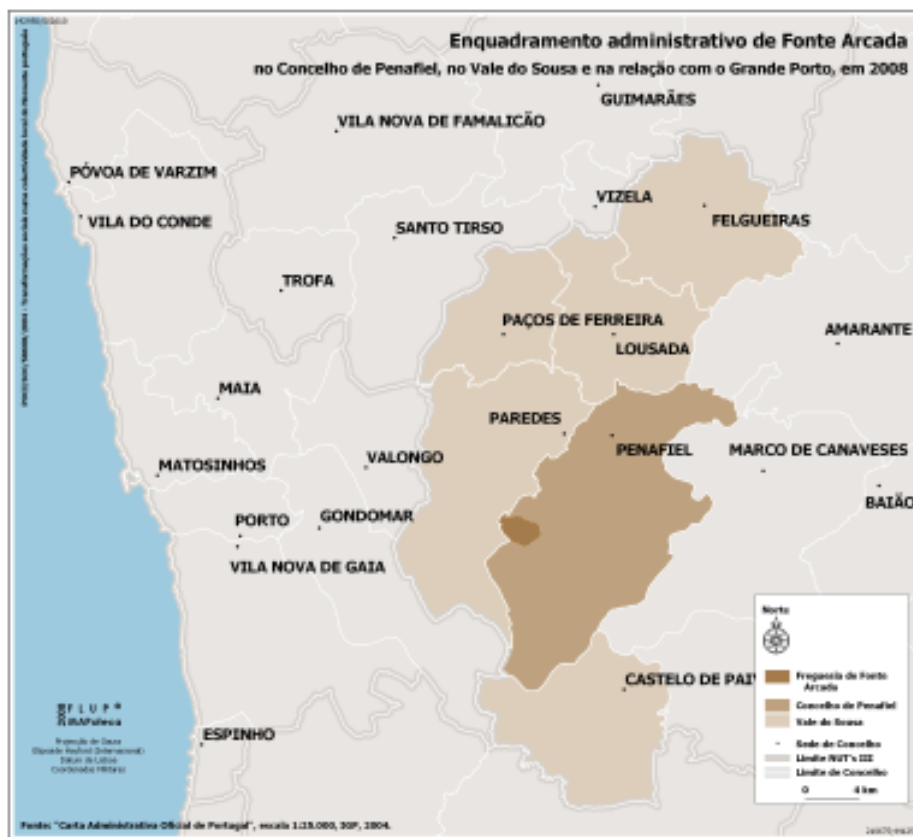
Embora, para os geógrafos que se haviam preocupado em definir as “regiões naturais” de Portugal Continental, não houvesse razões sólidas para a atribuição de verdadeira autonomia a este território marcado pela proximidade ao rio Sousa, não deixavam os mesmos de reconhecer contudo que nele se reuniam alguns traços físicos favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Compreende-se, então, que, face aos objectivos da pesquisa, o Vale do Sousa se tivesse tornado, também por esta razão, um referencial empírico adequado ao enquadramento espacial de Fonte Arcada.

Cedo se concluiu, contudo, que a recolha de informação prévia relevante para a análise sociológica da colectividade obrigava a ter também em conta um conjunto de regularidades desenhadas à escala do Grande Porto. Embora, em Fonte Arcada, os fundamentos da economia e modos de vida camponeses não tivessem ainda deixado de produzir efeitos próprios, era já, com efeito, na área metropolitana portuense, destino privilegiado dos fontarcadenses nas suas deslocações para o trabalho, e não propriamente no âmbito do sistema social local, que se situava o epicentro das grandes transformações (económicas, culturais, político-ideológicas) em curso na freguesia.

² As considerações sobre contextualização analítica de colectividades locais que, de forma muito resumida, aqui se apresentam foram devidamente fundamentadas, na altura de realização da primeira pesquisa sobre Fonte Arcada, em José Madureira Pinto (1977), “A etnologia e a sociologia na análise de colectividades rurais” e João Ferreira de Almeida (1977), “Sobre a monografia rural”, in *Análise Social*, n.º 52. O paralelismo entre o conteúdo de tais considerações e o das páginas que Patrick Champagne mais tarde lhes dedica, tomando por referência as mudanças do espaço social camponês na França da segunda metade do século XX, é evidente e, na perspectiva da revisitação a Fonte Arcada realizada nos primeiros anos do século XXI, muito estimulante e sugestivo. Vd. Patrick Champagne (2002), *L'héritage refusé. La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française, 1950-2000*, Paris, Éditions du Seuil; vd. igualmente Patrick Champagne (2007), “Reprodução e transformação do espaço social camponês. Entrevista a José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 24.

FIGURA 2

Enquadramento administrativo da freguesia de Fonte Arcada



Trinta anos depois, todos os argumentos apontando para a necessidade de enquadrar as dinâmicas da freguesia por referência a espaços sociais mais amplos ganham acuidade adicional.

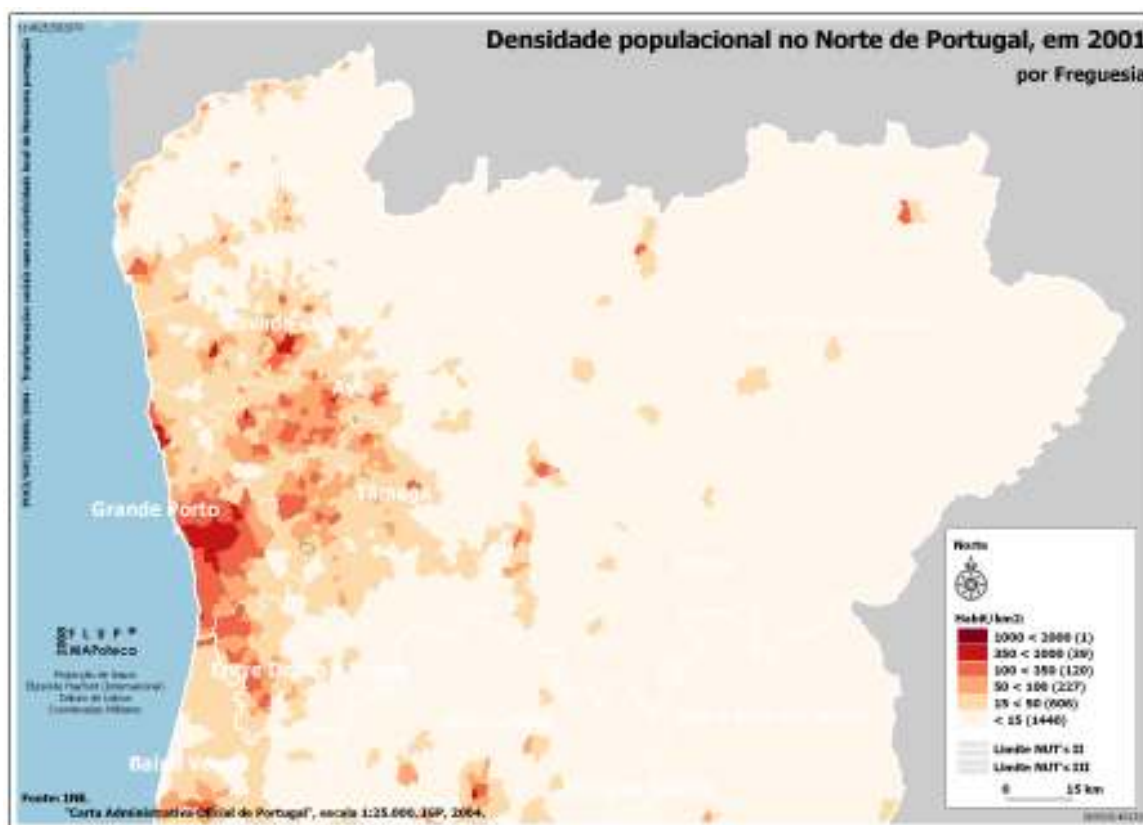
Esse período constitui, de facto, para a sociedade portuguesa, uma fase de intensa mudança, desde logo pelo efeito conjugado da democratização do sistema político e da integração económica no espaço europeu, mas igualmente por força de impulsos inéditos ao nível da escolarização das populações, da participação das mulheres nos mercados de trabalho, da presença dos *media* e das indústrias culturais no quotidiano da generalidade dos cidadãos, etc.. Mas, mais relevante ainda na perspectiva que agora nos interessa, será a circunstância de, nas três décadas em causa, se ter assistido, no país e no Noroeste, a um significativo reforço do processo de urbanização e de recomposição dos padrões migratórios.

Reconhecem os especialistas que, sendo a preexistência de uma estrutura metropolitana mais ou menos definida o traço distintivo fundamental das grandes conurbações, essa particularidade é, no caso português, bastante mais marcante na Área Metropolitana de Lisboa do que na do Porto, já que, nesta última, a cidade-núcleo nunca chegou a alcançar o grau de concentração de funções terciárias nem o poder polarizador obtidos pela capital. Acontece, por outro lado, que, na envolvente regional do próprio Grande Porto (que alguns designam por “região metropolitana do Porto”), a densidade de actividades industriais

criadoras de emprego e fomentadoras de um processo de urbanização difuso tem-se mantido e até, nalguns casos, reforçado – num movimento que define extensas coalescências urbanas com limites imprecisos, onde, de resto, persistem antigos espaços de actividade agrícola e de reserva natural.

Neste sentido, e tendo em conta muitos dos fenómenos que, ao longo deste Relatório, serão analisados, uma representação cartográfica como a que a Figura 3 evidencia pode fornecer um critério de enquadramento espacial para a freguesia de Fonte Arcada mais realista e analiticamente mais fecundo do que o anteriormente apresentado. Ela estará, aliás, de acordo com a afirmação segundo a qual as “regiões urbanas” polarizadas por aglomerações citadinas de pequena, média ou grande dimensão podem incluir “espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas”, articulados ora de forma conflituosa, ora segundo modalidades que recuperam algumas componentes da complementaridade que tradicionalmente caracterizou a relação urbano-rural³.

FIGURA 3
Densidade populacional no Norte de Portugal, em 2001, por freguesia



Dito isto, convém não ignorar uma limitação prática associada a esta deslocação da atenção para espaços de enquadramento regional não coincidentes com limites administrativos

³ João Ferrão (2000), “Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 33, p. 49.

precisos – a de a referida deslocação não poder ser apoiada em informação agregada padronizada, já que não é a essa escala a que, pelo menos por ora, trabalham as entidades encarregadas da produção estatística. Estaremos frequentemente condicionados, por isso, no trabalho de pesquisa e nesta apresentação de resultados, a informação reportada às unidades de observação concelho (Penafiel), agrupamento de concelhos (Vale do Sousa) e NUT III (Tâmega e Grande Porto).

Tanta insistência nos enquadramentos espaciais da colectividade, irá, aliás, certamente causar alguma impaciência a quem procure sobretudo elementos acerca de Fonte Arcada. Tentaremos mostrar, no entanto, que, também em sociologia, para ficar a conhecer o dedo do gigante é conveniente, se não mesmo indispensável, começar por ter uma visão aproximada, mas realista, do gigante, ele próprio, em toda a sua envergadura.

6.

Último ponto.

No desenho da estratégia metodológica da revisitação, que evidentemente teve em conta a experiência obtida no primeiro estudo, quisemos associar aos procedimentos correntes da observação directa metódica o uso do cinema.

Ora, o que aconteceu foi que, sem deixar de assumir a realização do tipo de tarefas que inicialmente lhe foram cometidas, entendeu o cineasta envolvido propor ao dono de obra uma reconstrução dos conteúdos do seu “posto de trabalho”. E rapidamente deixou de se esperar dele o mero cumprimento de protocolos de observação da realidade-objecto do estudo, para se passar a aceitar a sua presença e participação no estaleiro sociológico como observador-crítico do próprio processo de investigação em curso.

Interrogações várias assaltaram, como seria de esperar, a equipa de investigação. Não viriam a câmara e a “girafa” de captação do som (e, já se vê, a presença física do cineasta e do engenheiro de som) aprofundar a interferência com os sujeitos-objecto da pesquisa que a objectivação sociológica sempre transporta, assim inviabilizando qualquer ambição de abordagem “suave” e “neutra” dos inquiridos e de obtenção de informação objectiva? Não correríamos o risco de, com a panóplia de meios tecnológicos de filmagem, perder a própria possibilidade de começar o diálogo com os informantes? Em suma: não estaria em risco a concretização da estratégia cautelosa, não intrusiva, que definíamos previamente?

Este capítulo não se ocupará destas questões. Anunciará apenas que uma parte da reflexão conduzida a este propósito no decorrer da pesquisa aflorará aqui quer no capítulo deste Relatório redigido pelo francês Serge Abramovici, quer no filme que o acompanha realizado pelo português Saguenail.

Compete a todos os membros da equipa e aos que vierem a visionar o filme prosseguir a referida reflexão sem quaisquer contemplanções. À pergunta: “Quem tem medo da objectivação?”, convém que respondamos sempre: “Moi, non plus!”.

Os processos de urbanização no Noroeste Português: uma leitura da sua evolução nos últimos trinta anos e cinco programas de pesquisa em desenvolvimento

João Queirós

1. Introdução

Quando, no final dos anos 1970, os autores dos estudos pioneiros sobre Fonte Arcada escolheram esta discreta freguesia do concelho de Penafiel como *locus* dos seus projectos de investigação, a preocupação fundamental passava por tentar perceber as transformações e resistências da economia e sociedade camponesas, num quadro que se caracterizava por uma crescente penetração de relações capitalistas na agricultura, mas que continuava a ser também, em muitas colectividades do Noroeste Português, amplamente marcado pela figura do arrendamento rural e pela persistência de relações sociais em boa medida preservadas dos efeitos das mudanças globais em curso.

O contacto com a realidade da freguesia depressa fez perceber, entretanto, que a estreita ligação entre a manutenção/metamorfose da agricultura camponesa local e o desenvolvimento de padrões migratórios de natureza pendular envolvendo segmentos populacionais estatística e socialmente muito relevantes estava a afirmar-se como o fenómeno mais influente da vida da colectividade e que, por isso, a questão das transformações sociais e classistas nos campos não poderia ser dissociada de uma reflexão sobre a função de reserva e fornecimento de força de trabalho do espaço rural na reprodução das relações capitalistas e, em geral, sobre as relações cidade/campo e sobre os processos de urbanização desigual à escala regional e nacional.

Trinta anos volvidos, e estando bem documentada pela sociologia e por outras ciências sociais a trajectória percorrida pelo nosso país no período que nos separa dos trabalhos originais, poucas dúvidas restavam, aquando do lançamento do novo estudo sobre Fonte Arcada, quanto à centralidade que a análise dos processos de urbanização e das suas diferentes modalidades de concretização nele assumiria.

2. A estrutura urbana do país e do Noroeste: quadro geral de evolução

Como é amplamente reconhecido, as últimas três décadas foram de significativo reforço da componente urbana do território nacional. Hoje, três quintos dos portugueses vivem em cidades ou a menos de cinco quilómetros de centros urbanos com mais de 10 mil habitantes¹. Mesmo quando vivem mais afastados, é não já uma relação de distância, mas de proximidade com estes centros que, tendencialmente, é estabelecida, dada a melhoria das acessibilidades e o aumento geral da mobilidade.

A urbanização do país tem sido, entretanto, claramente assimétrica.

Uma das imagens fortes deste intenso processo de redistribuição geográfica da população é, sem sombra de dúvida, a acentuação do contraste entre o litoral e o interior, com saldo amplamente negativo para este último. Esta tendência de litoralização, envolvendo não apenas a parcela que, desde a orla costeira, avança alguns quilómetros para o interior, mas ainda as vias de penetração baseadas nos principais rios e eixos viários, não tendo redundado na constituição de um *continuum* territorial homogéneo, traduziu-se na consolidação de uma mancha urbana dotada de níveis relativamente elevados de integração e dinamismo, em claro contraste com a situação de regressão sociodemográfica e económica de vastas áreas do interior.

Ainda na perspectiva das tendências demográficas pesadas, tão ou mais impressiva que a litoralização tem sido a densificação das áreas mais urbanizadas do país.

Sustentada, nas décadas de sessenta e setenta, sobretudo no crescimento do peso demográfico das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, a tendência para a concentração da população portuguesa nas principais áreas urbanas passa a contar, a partir de 1981, com o importante contributo fornecido pelo desenvolvimento de um conjunto de centros urbanos de pequena e média dimensão, alguns dos quais situados em regiões do interior.

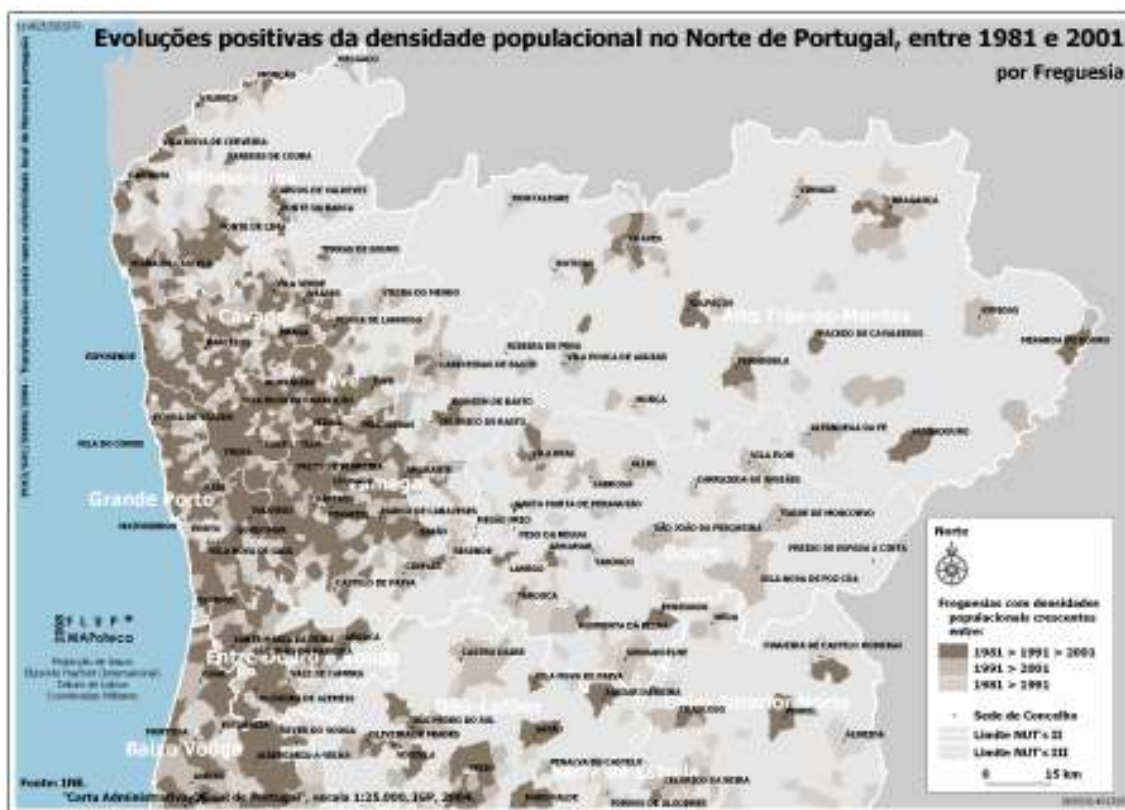
O alargamento da área de influência e da importância regional destes centros urbanos, que se viu bastante intensificado na última década, tem sido associado ao relativo abrandamento do processo de litoralização da população anteriormente descrito. Entretanto, não tem deixado de se assinalar que este efeito globalmente reequilibrador da distribuição da população no território vem acompanhado de outra tendência, essa fomentadora de novos desequilíbrios sociodemográficos, a saber, a da rarefacção populacional e correspondente desvitalização económica do espaço rural circundante das referidas cidades médias.

No Norte do país, as tendências recentes da organização espacial da população acompanham, genericamente, as alterações observadas no plano nacional. Como é possível conferir através da visualização da Figura 4, que coloca em destaque as freguesias onde a densidade populacional tem vindo a aumentar (o castanho mais escuro significando crescimento

¹ Cf. José Reis (2001), “Observar a mudança: o papel dos Estudos Rurais”, *Conferência proferida no Plenário Inicial do 1º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

continuado da densidade populacional entre 1981 e 2001), a evolução registada nas últimas décadas caracteriza-se claramente pela densificação da faixa ocidental da região e pelo aprofundamento da concentração da população nas áreas urbanas, designadamente na coroa suburbana do Porto e em alguns concelhos a ela contíguos, no triângulo Braga-Famalicão-Guimarães e em algumas sedes de concelho do interior.

FIGURA 4
Evoluções positivas da densidade populacional no Norte de Portugal (1981-2001)



Não obstante as tendências de densificação do território e de alastramento da mancha urbana a partir de alguns pólos muito dinâmicos do ponto de vista demográfico – fenómeno que tem encontrado tradução no crescimento acentuado do parque habitacional dessas áreas e na consequente transformação das suas paisagens –, o Noroeste Português não viu alterar-se de forma substancial o padrão disperso de povoamento que caracteriza a maior parte do seu território, designadamente o espaço situado além das fronteiras da Área Metropolitana do Porto.

Na realidade, a dispersão de actividades industriais criadoras de emprego e fomentadoras de um processo de urbanização difuso característica da envolvente regional do Grande Porto reforçou-se durante a década de oitenta e até meados da década de noventa – num movimento que manteve a região afastada dos padrões de metropolização e da dicotomização centro-periferia convencionais e que, simultaneamente, como que impossibilitou a potencial

afirmação de aglomerações com capacidade efectiva de polarização, definindo extensas coalescências urbanas com limites imprecisos, penetradas em diversos pontos por áreas de matriz eminentemente rural.

3. Uma releitura do sistema urbano do Noroeste Português

A especificidade do perfil urbano do Noroeste Português descrita no final do ponto anterior tem levado os especialistas a concordar que coexistem na região duas lógicas diferenciadas, ainda que não independentes, de organização territorial: uma mais próxima de um sistema metropolitano estruturado em moldes convencionais, que é aquela que caracteriza a relação entre o Porto e os concelhos da sua coroa urbana, e outra de tipo *extensivo* ou *difuso*, aqui e ali pontuada por centros urbanos com relativa capacidade de polarização dos territórios adjacentes, que é aquela que caracteriza a envolvente regional do Grande Porto.

Se, quanto à organização territorial da área metropolitana portuense, pouco haverá a acrescentar aos sucessivos diagnósticos que vêm sendo feitos pelos especialistas – que destacam, sobretudo, o acentuado processo de suburbanização característico da sub-região e a não menos acentuada desdensificação da cidade central, ocorridos num quadro de relativa perda de capitalidade económica e política do centro metropolitano –, a organização territorial da vasta área exterior ao Grande Porto, frequentemente designada como “conurbação não-metropolitana do Noroeste”², merece, estamos em crer, atenção mais detalhada.

Com uma população de cerca 1 650 000 habitantes, em 2001, esta conurbação, definida por um triângulo cujos vértices se localizam em Viana do Castelo, Amarante e Aveiro, excluindo os concelhos da Área Metropolitana do Porto, é geralmente apontada como exemplo de uma área que, se exceptuarmos Braga, se foi densificando em função, sobretudo, de um processo de industrialização difusa, organizado territorialmente em “distritos industriais” ou “sistemas de produção” especializados em fileiras. Estão neste caso, por exemplo, os moldes em Oliveira de Azeméis, a cortiça em Santa Maria da Feira, o calçado em S. João da Madeira e em Felgueiras (este último, no Vale do Sousa), a madeira/mobiliário, ainda no Vale do Sousa, e, em Barcelos e no Ave, o têxtil/vestuário.

Ainda que esta descrição genérica do perfil urbano da envolvente regional do Grande Porto possa ser útil para, em contraste com o que se passa na área metropolitana, destacar o modo específico como aqui se estrutura o território, a análise dos processos de urbanização na conurbação não-metropolitana do Noroeste ganhará bastante se descermos na escala de observação e procurarmos destacar alguns traços de diferenciação interna desta vasta região. Ao fazê-lo, estaremos também a aproximar-nos do caso particular de Fonte Arcada e a

² Cf. Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral (2003), *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, Porto, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto/Fundação Calouste Gulbenkian.

colocar-nos no encaixe de alguns dos processos sociais que marcam a evolução da nossa colectividade nos últimos trinta anos.

Assim, e deixando de parte as zonas mais excêntricas do Tâmega e do Minho-Lima, o que propomos é que se opere uma distinção entre os territórios de industrialização e urbanização difusa, entendidos em sentido mais estrito, e os territórios que, sendo caracterizados por um povoamento disperso – ou, se preferirmos, pela concentração do povoamento em lugares dispersos no território –, detêm um perfil produtivo e uma estrutura de emprego menos marcados pela indústria transformadora e, por isso, uma trajectória de urbanização largamente associada, nas últimas décadas, ao assalariamento dos seus activos, através de movimentos migratórios (saídas definitivas e migrações pendulares), em actividades dos sectores secundário e terciário localizadas noutros pontos da região.

O primeiro conjunto de territórios – em que se inclui parte significativa do Cávado, o norte do Vale do Sousa, o Entre Douro e Vouga e, sobretudo, o Vale do Ave – aproxima-se mais da caracterização genérica que habitualmente se faz da conurbação não-metropolitana do Noroeste – e que acima se reproduziu. São áreas que se caracterizam pela dispersão simultânea dos sistemas produtivos locais e da função residencial, onde, por isso, predominam as deslocações casa-trabalho de raio e duração relativamente curtos.

Na última década e meia, com a degradação do dinamismo industrial a que estas áreas têm assistido e com a correspondente diminuição das oportunidades de emprego proporcionadas pelos sistemas produtivos locais – a que um número considerável de trabalhadores tem respondido através da adesão a percursos de mobilidade profissional que passam muitas vezes pela construção civil e aos quais estão associadas migrações pendulares para áreas afastadas dos locais de residência, incluindo o território espanhol –, coloca-se com cada vez mais premência a hipótese de uma alteração das características fundamentais dos processos de urbanização característicos deste conjunto de territórios, com expectáveis repercussões nas respectivas formas de organização social. Trata-se de uma linha de pesquisa a explorar atentamente no futuro.

O segundo agrupamento de territórios – que integra a metade meridional do Vale do Sousa, o Baixo Tâmega, a margem sul do segmento mais ocidental do Rio Douro e mesmo algumas das freguesias mais excêntricas e menos urbanas do Grande Porto – apresenta, entretanto, características em boa medida distintas. Trata-se, desde logo, de áreas que se caracterizam por uma grande promiscuidade funcional, mas em que predomina a função residencial. As actividades industriais são em número reduzido, por comparação com o outro contexto territorial da conurbação não-metropolitana do Noroeste a que se fez referência, e concentram-se geralmente em torno dos sectores da construção civil, indústrias extractivas e confecção de vestuário. O emprego na agricultura, sendo já residual, é ainda superior à média regional, verificando-se igualmente a manutenção, no seio de um número considerável de famílias, de formas de agricultura desenvolvidas a título de actividade complementar. As ocupações na construção civil e no terciário desqualificado aparecem também sobre-representadas nas estruturas de emprego locais e persistem debilidades significativas em matéria de qualificação da população.

São territórios tradicionalmente repulsivos: saídas definitivas, migrações pendulares e até mesmo emigração constituem aqui fenómenos de grande relevância estatística e social. É nestas áreas, aliás, que, fora do Grande Porto, mais se fazem sentir os efeitos da polarização exercida pelo centro metropolitano e foi nelas que, num quadro geral de aumento da mobilidade casa-trabalho interconcelhia, mais se reforçou, quando já não era muito forte, o peso dos activos cujo local de exercício da profissão se situa noutro concelho que não o de residência (veja-se, no Quadro 1, a evolução da importância destes fluxos em concelhos como Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães ou Penafiel, entre 1981 e 2001). Com efeito, as migrações pendulares têm funcionado aqui, cada vez mais, como mecanismo de compensação das debilidades dos aparelhos industriais locais, que não conseguiram absorver os excedentes resultantes do declínio da actividade agrícola, muito intenso particularmente depois de meados da década de oitenta. É, de resto, destas áreas que é originária a maior parte dos activos que, nos últimos anos, e na sequência do agravamento da situação económica do Noroeste Português (com diminuição acentuada do volume de emprego regional), têm vindo a compor o fluxo de trabalhadores que, semanal ou quinzenalmente, se desloca para Espanha para trabalhar na construção civil³.

QUADRO 1
Taxas de mobilidade casa-trabalho interconcelhia no Noroeste Português (1981-2001)

Taxa de mobilidade casa-trabalho interconcelhia nos concelhos do Noroeste Português									
1981					2001				
< 10%	10-19%	20-29%	30-44%	> 45%	< 10%	10-19%	20-29%	30-44%	> 45%
Braga	Amarante	Marco de C.	Espinho	Gondomar		Barcelos	Esposende	Amarante	Baião
Cab. de Basto	Amares	Paredes	Lousada	Maia		Braga	Fafe	Amares	Cinfães
Cel. de Basto	Baião	Santo Tirso	Matosinhos	Valongo		Felgueiras	Mond. de Basto	Cab. de Basto	Espinho
Fafe	Barcelos	Vila do Conde	Penafiel			Guimarães	Porto	Cast. de Paiva	Gondomar
Felgueiras	Cast. de Paiva		VN Gaia			Paços de F.	P. de Lanhoso	Cel. de Basto	Maia
Guimarães	Cinfães					VN Famalicão	P. de Varzim	Lousada	Valongo
Mond. de Basto	Paços de F.						Resende	Marco de C.	
Resende	Porto						Rib. de Pena	Matosinhos	
Rib. de Pena	P. de Lanhoso						Santo Tirso	Paredes	
T. de Bouro	P. de Varzim						T. de Bouro	Penafiel	
V. do Minho	VN Famalicão							Trofa	
	Vila Verde							V. do Minho	
								Vila do Conde	
								VN Gaia	
								Vila Verde	
								Vizela	

Fonte: INE - Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 2001.

Fonte Arcada enquadra-se, em grande medida, no perfil territorial que acabámos de descrever. Centremo-nos, pois, nesta freguesia de Penafiel, tentando reconstituir, ainda que a

³ Não existem informações precisas sobre a evolução recente da emigração portuguesa. A acreditar nos dados do Sindicato da Construção do Norte, trabalharão actualmente na construção civil em Espanha mais de 70 mil portugueses, a maioria oriundos de concelhos do distrito do Porto, designadamente dos concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Segundo o Sindicato, terão rumado nos últimos tempos a Espanha 8 mil operários da construção civil originários do Marco de Canaveses, 4 mil originários de Paredes e 3,5 mil originários de Penafiel. Cf. o artigo da jornalista Isabel Forte, "Milhares de operários do Marco de Canaveses partiram para Espanha", publicado no *Jornal de Notícias* de 12 de Janeiro de 2007.

traços largos, as particularidades do seu processo de urbanização ao longo das últimas três décadas.

4. Os processos de urbanização em Fonte Arcada: a centralidade das migrações pendulares

4.1. Fonte Arcada, 1977: uma colectividade em processo de extroversão

Este capítulo começou por sublinhar o facto de, logo após os primeiros contactos com a realidade local, terem os autores dos estudos sobre Fonte Arcada realizados no final dos anos 1970 percebido que os movimentos de transferência pendular de força de trabalho constituíam, se não o mais influente, um dos mais influentes motores da transformação então verificada nas estruturas sociais da freguesia.

À época, as informações recolhidas através do inquérito aplicado às famílias fontarcadenses permitiram confirmar ser já bastante elevada, por comparação com o contexto concelhio e regional, a percentagem de assalariados da indústria e dos serviços que, apesar de residir em Fonte Arcada, exercia a sua actividade no exterior: nada menos do que 38,9% do total de activos, ou seja, 70,9% dos postos de trabalho não agrícolas recenseados. Perto de 30% da população activa deslocava-se diariamente para o Grande Porto, sobretudo para a cidade central, distribuindo-se os restantes 9% pelas freguesias adjacentes a Fonte Arcada e por outros concelhos do país (Quadro 2).

Os migrantes pendulares, constatou-se então, afirmavam-se, de dia para dia, como agentes da urbanização e protagonistas das transformações em curso na colectividade. Com efeito, a emergência deste grupo social estava a consolidar padrões de relações sociais, desde a esfera familiar à das redes de sociabilidade, passando pela própria estrutura da actividade agrícola, em divergência com o modelo até então dominante, que era o de uma sociedade camponesa relativamente fechada sobre si própria.

QUADRO 2

Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada (1978)

Local de trabalho	Activos com profissão %
	100,0
Fonte Arcada	58,5
Fora de Fonte Arcada	38,9
Penafiel, Paredes e outros concelhos do Vale do Sousa	8,4
Grande Porto	29,3
Outros concelhos do país	1,2
Sem informação	2,6

Fonte: Inquérito P2, 1978.

Acerca do que aqui mais nos interessa, o modo de estruturação do território fontarcadense na sua relação com o espaço envolvente, constatarem os autores dos trabalhos originais que, não estando o processo de assalariamento urbano-industrial a implicar uma redução acentuada (por abandono ou concentração) do número de explorações agrícolas (mais de 80% dos grupos domésticos mantinham algum tipo de ligação ao trabalho na terra), nem havendo decorrido do mesmo processo uma reconversão drástica e generalizada dos sistemas de culturas e dos processos de trabalho na agricultura, estava a generalizar-se na freguesia um processo social baseado na combinação, graças ao mecanismo das migrações pendulares, da proletarianização em processos de trabalho extra-agrícolas com a manutenção da agricultura familiar – o que significou, para além da extensão do fenómeno da pluriactividade, o reforço muito expressivo dos números relativos a idosos, jovens e, sobretudo, mulheres no âmbito da população activa local e, em particular, da população activa agrícola (que, em 1978, correspondia ainda a cerca de metade do total de activos).

A constatação desta realidade levou a que se falasse em *sobreprego* dos activos ligados a título principal ou complementar à agricultura. Parafraseando a designação marxista de “exército industrial de reserva”, cujo grande mérito consistiu em, de maneira expressiva, reconduzir um conjunto de fenómenos demográficos às respectivas determinações económicas e sociais, concluiu-se então estarmos perante um autêntico *exército agrícola de recurso*, tão dependente como o primeiro do processo global de acumulação económica que tem na dominação do espaço urbano sobre o espaço rural um dos traços mais salientes da sua lógica.

Com uma base de recrutamento parcialmente comum – nomeadamente na franja correspondente ao conjunto dos operários camponeses –, os dois “exércitos”, concluiu-se também, não se constituíam nem se movimentavam de forma desarticulada ou disfuncional no respeitante às exigências de reprodução global das relações de produção capitalistas. No seu conjunto, eles permitiam, de facto, que duas das funções historicamente desempenhadas pelo espaço rural nessas formações sociais – fornecimento de força de trabalho assalariada que, por vezes, deu lugar a espectaculares êxodos rurais, por um lado, e fornecimento de bens alimentares a baixo custo, por outro – se compatibilizassem, sem recurso quer à drástica reconversão das estruturas produtivas, exigida, noutros contextos, pela penetração do capitalismo na agricultura, quer à custosa e potencialmente arriscada reestruturação global do quadro de vida dos activos, que aconteceria se estes fossem obrigados ao corte radical com a colectividade (através da migração definitiva) ou à reconversão total da sua trajectória profissional.

4.2. Fonte Arcada, 2007: espaço de *deslocamento contínuo* de mão-de-obra para o crescimento urbano-industrial

O período que nos separa dos primeiros estudos sobre Fonte Arcada foi de profunda transformação económica, social e urbana da colectividade.

É inegável, desde logo, que as possibilidades de interação entre Fonte Arcada e o território envolvente são hoje bem mais numerosas do que há trinta anos atrás. Os principais pólos urbanos da região estão agora mais perto, não apenas porque a urbanização se aprofundou, mas sobretudo porque melhoraram significativamente as vias e meios de a eles aceder. Encontra-se concluída uma rede de caminhos de boa qualidade entre os vários lugares da freguesia e entre esta e a rede de estradas municipal e supramunicipal, a acessibilidade à auto-estrada faz-se em 5-7 minutos, a via férrea foi electrificada e a eficiência e comodidade do transporte ferroviário melhoraram sensivelmente, criaram-se condições para o transbordo entre automóvel particular e comboio e aumentaram as possibilidades de intermodalidade (automóvel, comboio, metropolitano, autocarro), disponibilizaram-se transportes escolares ligando a freguesia à sede do concelho. Simultaneamente, generalizou-se a posse de automóvel: a grande maioria das famílias de Fonte Arcada possui pelo menos um veículo, sendo considerável o número de famílias com duas ou até mais viaturas.

Todas estas mudanças acompanharam as transformações operadas ao nível das estruturas económico-produtivas locais, cuja reconfiguração foi, ela própria, acompanhando as principais alterações registadas na envolvente regional e no conjunto do país. Merecem especial destaque no diagnóstico desta evolução o declínio muito acentuado da actividade agrícola (em termos de superfície cultivada e, sobretudo, em volume de mão-de-obra empregue a título principal ou complementar) e o aprofundamento do processo de assalariamento urbano-industrial, com envolvimento de novas categorias sociais, designadamente mulheres, que assim viram significativamente alterados os seus quadros de vida.

A mobilidade associada a percursos casa-trabalho, muito importante já em finais da década de setenta, é agora uma realidade com a qual a quase totalidade das famílias fontarcadenses convive quotidianamente. O Quadro 3, que reproduz informação obtida através do inquérito exaustivo aos grupos domésticos da freguesia realizado no terceiro trimestre de 2007, permite-nos verificar que 80% dos activos empregados exerce a sua profissão fora de Fonte Arcada⁴. Este valor, que duplica o registado no final dos anos 1970, ultrapassa os 92% no grupo dos activos empregados do sexo masculino, aproximando-se dos 65% no grupo correspondente do sexo feminino.

A estrutura de destinos das migrações pendulares dos activos residentes em Fonte Arcada alterou-se também substancialmente. Polarizados, há trinta anos, sobretudo pela bacia de emprego industrial e terciário do Grande Porto, os movimentos pendulares de activos fontarcadenses viram bastante diversificados os seus destinos: para além do Grande Porto, que continua a ser o local de trabalho de cerca de 30% da população activa local, destaca-se agora o Vale do Sousa, destino de 20% dos trabalhadores fontarcadenses, assumindo igualmente grande relevância as migrações pendulares de destino variável (22,6%), protagonizadas essencialmente por operários da construção civil. É, de resto, na construção civil que trabalha a esmagadora maioria dos fontarcadenses cuja profissão é desenvolvida no

⁴ Os valores apresentados reportam-se a um universo de activos definido exclusivamente a partir da análise das actividades principais dos inquiridos com residência permanente em Fonte Arcada.

estrangeiro, principalmente em Espanha. Este grupo representa actualmente 4% da população activa local.

QUADRO 3

Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada, segundo o sexo (2007)

Local de trabalho	Activos com profissão		
	Total	Homens	Mulheres
	%	%	%
	100,0	100,0	100,0
Fonte Arcada	19,9	7,6	35,2
Fora de Fonte Arcada	80,1	92,4	64,8
Penafiel (outras freguesias)	12,7	7,1	19,7
Paredes e outros concelhos do Vale do Sousa	8,3	6,8	10,2
Porto	19,6	18,1	21,4
Outros concelhos do Grande Porto	11,1	13,1	8,6
Outros concelhos do país	1,8	2,1	1,3
Espanha	3,4	5,8	0,3
Outros países	0,6	1,0	0,0
Sem local fixo de exercício da profissão	22,6	38,1	3,3
Sem informação	0,1	0,3	0,0

Fonte: Inquérito PFA, 2007 (dados preliminares).

Uma leitura mais dinâmica da evolução da mobilidade casa-trabalho dos activos fontarcadenses, possibilitada pela análise dos dados apresentados no Quadro 4, que se refere ao local de trabalho da população activa empregada residente em Fonte Arcada, segundo o grupo etário, permite confirmar a diminuição do efeito polarizador da bacia de emprego centrada no Porto e as correlativas diversificação dos destinos e distensão dos percursos. Para se ter uma ideia precisa do que representa esta mudança – intimamente relacionada com a degradação da situação económica e a precarização do emprego a que o Grande Porto e, em geral, a Região Norte têm assistido nos últimos anos –, bastará que se constate que, no grupo dos activos do sexo masculino que acederam pela primeira vez ao mercado de trabalho na última década e meia, a itinerância abrange perto de metade dos efectivos, ascendendo a 13% a proporção dos que, semanal ou quinzenalmente, se deslocam para Espanha para trabalhar na construção civil.

QUADRO 4

Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada, segundo o grupo etário e o sexo (2007)

Local de trabalho	Activos com profissão								
	15-29 anos			30-49 anos			50 e mais anos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
		%			%			%	
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fonte Arcada	14,1	4,0	25,9	18,3	7,6	31,2	38,0	13,6	81,8
Fora de Fonte Arcada	85,9	96,0	74,1	81,7	92,4	68,8	62,0	86,4	18,2
Penafiel	12,0	5,1	20,0	14,2	7,2	22,6	7,6	10,2	3,0
Outros concelhos do Vale do Sousa	13,0	7,1	20,0	6,8	6,3	7,5	5,4	8,5	0,0
Porto	12,5	9,1	16,5	22,7	19,7	26,3	8,7	10,2	6,1
Outros concelhos do Grande Porto	9,8	10,1	9,4	11,0	13,5	8,1	14,1	16,9	9,1
Outros concelhos do país	3,8	5,1	2,4	0,7	0,4	1,1	1,1	1,7	0,0
Espanha e outros países	7,6	13,1	1,2	3,2	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem local fixo de exercício da profissão	27,2	46,5	4,7	22,5	38,6	3,2	14,1	22,0	0,0
Sem informação	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Inquérito PFA, 2007 (dados preliminares).

A evolução dos números relativos à incidência local das migrações pendulares reflecte com grande clareza a tendência, hoje plenamente consumada, de esvaziamento do “exército agrícola de recurso” e de “proletarização total” das famílias fontarcadenses – concretizada sobretudo através dos mercados de trabalho ligados à indústria transformadora, construção civil e segmentos menos qualificados das actividades terciárias, como atesta o Quadro 5.

“Subtopia” para os urbanistas mais críticos face ao estatuto ambíguo que aqui o território assume – encravado entre o urbano e o rural, submetido ao ritmo do deslocamento contínuo da população local –, “subúrbio verde” numa acepção porventura menos conotada ideologicamente, mais “esperançosa”, Fonte Arcada é, com efeito, antes de tudo, espaço de recrutamento de efectivos do “exército” de mão-de-obra destinada ao crescimento urbano-industrial do Grande Porto e, cada vez mais, de áreas localizadas noutros pontos da região e do país – e até fora dele.

Território dependente, subalterno, socialmente periférico, ainda que geograficamente não muito distante dos principais centros económicos e políticos da região, Fonte Arcada constitui um exemplo especialmente nítido da clivada *divisão regional do trabalho* que caracteriza o Noroeste Português – a qual, por seu turno, reflecte uma trajectória de urbanização (homóloga, enfim, à trajectória de urbanização do país) que se tem revelado incapaz de contrariar a produção e reprodução de profundas assimetrias de desenvolvimento entre territórios, inclusive entre territórios contíguos⁵.

⁵ A economia política institucional e a sociologia económica por ela inspirada fariam certamente aqui em *path-dependency*, como forma de destacar a importância do estudo da trajectória social, económica e política deste território, bem como das suas relações com os territórios contíguos, para uma compreensão do seu estatuto actual e das limitações com que se confronta em matéria de desenvolvimento. Para uma panorâmica sobre os principais conceitos e preocupações da sociologia económica contemporânea e sobre a sua aplicabilidade à análise territorial, vd. Neil Smelser e Richard Swedberg (orgs.) (2005), *The Handbook of Economic Sociology*, New Jersey, Russell Sage Foundation.

QUADRO 5

Activos com profissão residentes em Fonte Arcada, segundo o grupo profissional e o sexo (2007)

Grupo profissional	Activos com profissão		
	Total	Homens %	Mulheres
	100,0	100,0	100,0
Directores e quadros sup. de empresas ou da administração pública	0,3	0,3	0,3
Empresários (empresas de dimensão variável)	5,0	5,2	4,6
Especialistas de profissões intelectuais e científicas	3,8	2,1	5,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1,9	2,6	1,0
Pessoal administrativo e similar; pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança	14,7	8,9	22,0
Pessoal do comércio e vendedores	3,6	2,6	4,9
Agricultores	4,4	1,0	8,6
Trabalhadores da construção civil	22,3	40,2	0,0
Trabalhadores da produção industrial, operadores e condutores	27,0	24,7	29,9
Trabalhadores não qualificados dos serviços	13,0	7,6	19,7
Trabalhadores não qualificados da ind. transformadora e transportes	2,9	3,4	2,3
Membros das Forças Armadas	0,7	0,8	0,7
Sem informação	0,3	0,5	0,0

Fonte: *Inquérito PFA*, 2007 (dados preliminares).

5. Nota final: cinco programas de pesquisa para uma *sociologia dos espaços sociais dominados*

Enunciadas as grandes tendências de evolução da organização territorial do Noroeste Português nas últimas três décadas, e analisado o caso particular de Fonte Arcada, é altura de apresentar algumas propostas de pesquisa que julgamos poderem fornecer contributos relevantes para a produção de uma análise propriamente sociológica destas temáticas.

A primeira dessas propostas, a explorar no quadro de um projecto de investigação em fase de arranque no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – e centrado nesta cidade –, apenas indirectamente se articula com as questões levantadas até aqui. Diz ela respeito à avaliação do modo como as transferências de população na região e, sobretudo, no interior da área metropolitana se estão a repercutir na estrutura social e na organização territorial da cidade central. A submeter a teste, estará aqui a hipótese da perda de diversidade social e do correlativo aprofundamento da segmentação do tecido urbano portuense.

Os restantes programas de pesquisa materializam horizontes de trabalho directamente decorrentes da investigação realizada em Fonte Arcada.

Um deles é o que pretende estudar o modo como, em Fonte Arcada e, em geral, no Vale do Sousa, estruturas produtivas, dinâmicas de escolarização e movimentos migratórios *conjugadamente* têm contribuído para reproduzir aquilo a que decidimos chamar a “condição social periférica” destes territórios – localizados no que o imaginário comum frequentemente assume como o “litoral desenvolvido” do país. O objectivo é o de tentar

perceber, a partir da análise da configuração das relações económico-sociais locais, por que motivos não têm sido aqui ultrapassados condicionamentos objectivos e disposições subjectivas geradores de resistência à escolarização e de distância em relação às performances escolares médias de outros espaços sociais, incluindo os que lhe são contíguos⁶.

Outra linha de trabalho é a que se debruça sobre os processos de identificação dos fontarcadenses com o espaço local. Neste caso, o que se pretende é mostrar até que ponto, numa colectividade profundamente marcada por fenómenos de mobilidade geográfica pendular que complexificam a estrutura dos espaços de pertença e a relação destes com os espaços de referência, o lugar mantém o seu “peso” enquanto gerador de identidade. A ideia que se defende é que o “peso do lugar” pouco terá a ver, como acontece noutros processos de construção identitária, com racionalizações ideológico-discursivas de alegadas qualidades essenciais da colectividade (“Nós”) ou com elaboradas estratégias de legitimação das diferenças face ao exterior (os “Outros”), sendo antes, essencialmente, o produto e, simultaneamente, o motor ideológico da subalternização social objectiva experimentada por grande parte dos fontarcadenses.

Em grande medida associada à que acabámos de referir, uma quarta frente de trabalho é a que analisa as consequências sociais da “mobilidade de deslocamento contínuo”, como lhe chamam alguns especialistas, que caracteriza o quotidiano de grande parte dos activos, não apenas dos que residem em Fonte Arcada, mas de toda região. Focada nos movimentos pendulares que têm Espanha como destino, esta frente de trabalho começou a ser explorada em Fonte Arcada e áreas envolventes e incluiu já um período passado no país vizinho junto de operários da construção civil portugueses. Neste caso, o objectivo tem sido o de estudar os efeitos desestruturadores, ao nível das identidades pessoais e profissionais, das sociabilidades, da organização familiar, da vida comunitária nas colectividades de origem, deste verdadeiro “nomadismo” vivido por milhares de trabalhadores do Noroeste.

Um último programa de pesquisa diz respeito à centralidade da construção civil na estruturação da vida económica e social da colectividade em estudo. Tratando-se de um assunto em fase de desenvolvimento no quadro das actividades do projecto de investigação a que este texto se reporta, e não querendo antecipar o que será divulgado posteriormente, valerá a pena sublinhar a relevância, para a compreensão das dinâmicas sociais do Noroeste Português, da reflexão em torno de um sector de actividade que, em muitos concelhos – como, de resto, em Fonte Arcada –, ocupa entre 40 a 50% dos activos locais do sexo masculino, funcionando frequentemente como “amortecedor” da *crise* e meio de resposta ao desemprego noutros sectores de actividade.

Através da concretização de programas de pesquisa como os que acabam de ser apresentados, estaremos – é esse, pelo menos, o objectivo –, a contribuir para que se passe de uma *geografia das condições sociais periféricas* a uma *sociologia dos espaços sociais dominados*, sem a qual dificilmente poderão ser criadas as condições políticas da negação prática do

⁶ Cf. José Madureira Pinto e João Queirós (2008), “Estruturas produtivas, escolarização e desenvolvimento no Vale do Sousa. Análise da reprodução da condição social periférica numa região metropolitana portuguesa”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, n.º 25/26.

diagnóstico realista traçado – por outras palavras, as condições da promoção da coesão social e territorial da região e do país.

Actividade económica na região do Vale do Sousa

Ester Gomes da Silva

1. Introdução

O primeiro trabalho de investigação sociológica sobre os processos de reprodução e de transformação social na região do Vale do Sousa e na colectividade de Fonte Arcada, realizado no final da década de 1970, dava conta de um processo de transformação irreversível, induzido pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esta transformação era caracterizada, do ponto de vista das estruturas económicas e demográficas, por um conjunto de aspectos fundamentais, a saber:

1. Envelhecimento e progressiva feminização das populações, com consequências nos níveis de vitalidade demográfica e no funcionamento do mercado do trabalho.
2. Perda de relevo da actividade agrícola, visível no constante declínio da proporção de activos na agricultura, mas com manutenção de uma importância significativa no total de riqueza criada¹.
3. Debilidade do sector não agrícola no concelho de Penafiel, patente, entre outros indicadores, no reduzido número de estabelecimentos industriais, nos baixos valores da capitação média da produção industrial e do investimento industrial e no baixo contributo, em termos relativos, da produção industrial no valor acrescentado bruto.
4. Manutenção de um sector agrícola de tipo tradicional. A debilidade das estruturas produtivas no sector industrial não havia conduzido à implantação de um sector agrícola com capacidade de potenciar o crescimento económico endógeno do concelho. A actividade agrícola continuava a ser realizada com recurso intensivo ao factor produtivo trabalho, sobretudo de tipo familiar, com incipiente utilização de capital técnico, predomínio de explorações de reduzida dimensão e persistência de formas e relações de produção não capitalistas.

¹ Na década de 1970, o produto agrícola bruto constituía ainda a parte mais relevante do PIB no concelho de Penafiel.

5. Baixa qualificação da mão-de-obra, caracterizada por elevadas taxas de analfabetismo e índices de frequência do ensino secundário e do ensino superior muito abaixo dos valores médios distrital e nacional.

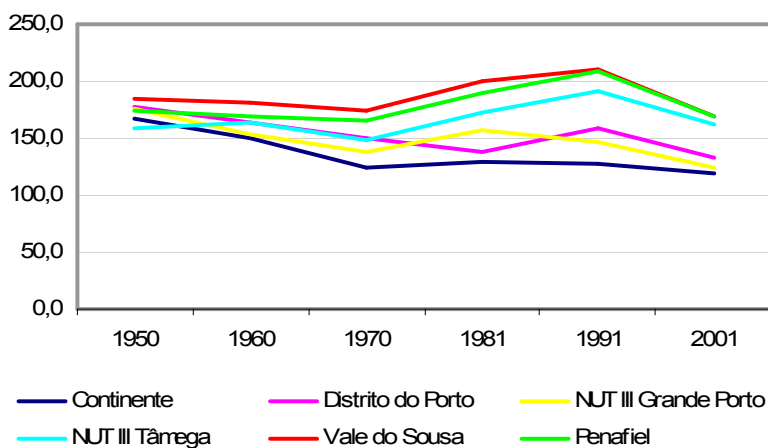
6. Existência de um fenómeno de migrações pendulares por motivo laboral de grande importância, perceptível no grande desfasamento entre o número de activos residentes no concelho de Penafiel e o número de activos a exercerem a actividade nesse concelho.

A análise mais recente dos processos de estruturação social da actividade económica nesta região evidencia a manutenção das principais tendências de evolução registadas, havendo, no entanto, um aumento de intensidade no ritmo de transformação operada.

2. Envelhecimento e feminização da população activa

Reportando-nos, em primeiro lugar, à caracterização da evolução da população activa, a tendência de envelhecimento parece manter-se, não obstante verificar-se uma evolução de sentido contrário durante a década de 1980. Com efeito, na última década há uma aproximação dos índices de juventude e de renovação da população activa regionais aos níveis nacionais, embora se mantenha a este nível um diferencial bastante alargado, revelador de uma população activa consideravelmente mais jovem à escala regional.

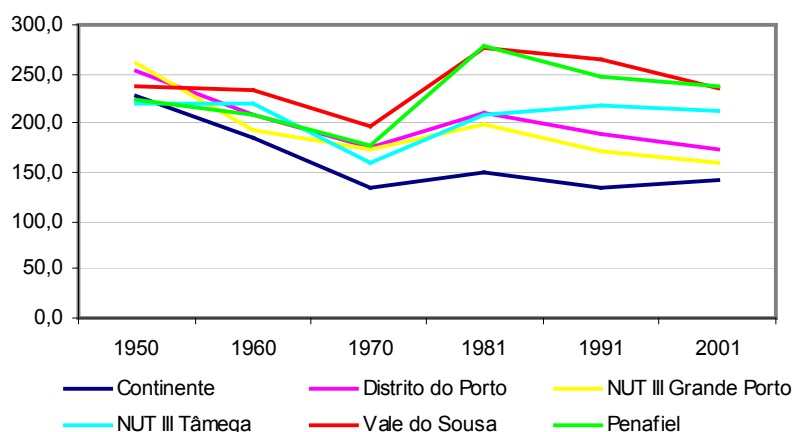
FIGURA 5
Evolução do índice de juventude da população em idade activa (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001*.

FIGURA 6

Evolução do índice de renovação da população em idade activa (1950-2001)

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Em simultâneo, mantém-se a tendência de crescente importância da participação feminina no mercado de trabalho. Nas últimas duas décadas verifica-se uma elevação geral progressiva da participação das mulheres, que, em 2001, passam a representar praticamente metade da população activa, embora nos concelhos do Vale do Sousa e, em particular, em Penafiel, a participação feminina seja relativamente mais reduzida. Fonte Arcada regista, como no primeiro trabalho, valores de participação feminina na população activa superiores à média concelhia, mas o diferencial é, agora, bastante menos significativo².

² Na década de 1970, as mulheres representavam cerca de 41% dos activos na freguesia de Fonte Arcada, enquanto que, em Penafiel, o valor correspondente era de apenas 15,3%. Uma tal discrepância de valores era justificada pela intensidade dos movimentos de migração pendular por motivo laboral dos indivíduos do sexo masculino de Fonte Arcada, que fazia com que as mulheres assumissem a condução dos trabalhos agrícolas, passando da condição de domésticas para activas do sector agrícola.

QUADRO 6
População activa, segundo o sexo (1981-2001)

	População Activa (%)					
	1981		1991		2001	
	H	M	H	M	H	M
Portugal	64,7	35,3	58,8	41,2	54,9	45,1
Continente	64,4	35,6	58,5	41,5	54,8	45,2
Distrito do Porto	62,7	37,3	57,9	42,1	54,9	45,1
Grande Porto	61,0	39,0	56,5	43,5	53,5	46,5
Tâmega	69,1	30,9	63,2	36,8	59,9	40,1
Vale do Sousa	69,6	30,4	61,7	38,3	58,1	41,9
Castelo de Paiva	70,4	29,6	65,4	34,6	58,5	41,5
Felgueiras	61,3	38,7	57,5	42,5	55,3	44,7
Lousada	68,1	31,9	58,7	41,3	57,2	42,8
Paços de Ferreira	70,5	29,5	60,4	39,6	57,9	42,1
Paredes	75,1	24,9	64,6	35,4	58,6	41,4
Penafiel	71,2	28,8	64,0	36,0	60,3	39,7

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

QUADRO 7
População activa com profissão, segundo o sexo, em Fonte Arcada (2007)

	Activos com Profissão	
	N.º	%
Homens	398	55,2
Mulheres	323	44,8
<i>Total</i>	<i>721</i>	<i>100,0</i>

Fonte: *Inquérito PFA*, 2007 (dados preliminares).

A tendência para uma representação mais equilibrada de ambos os sexos no mercado de trabalho é igualmente visível na evolução das taxas de actividade. No interior da região do Vale do Sousa verificam-se, no entanto, diferenças assinaláveis entre concelhos, com os concelhos relativamente menos dinâmicos – Castelo de Paiva e Penafiel – a apresentarem taxas de actividade feminina mais baixas. Contrariamente, os concelhos que registam a maior variação na taxa de actividade feminina são precisamente os que apresentam maior crescimento da população activa e da taxa de actividade global. Assim, nestes concelhos, o maior incremento da população activa está relacionado, em primeiro lugar, com um aumento muito significativo da participação feminina no mercado de trabalho.

QUADRO 8
Evolução da taxa de actividade (1950-2001)

	Taxa de Actividade (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	39,0	38,5	39,2	42,5	44,6	48,2
Continente	39,4	38,9	39,5	42,9	44,8	48,4
Distrito do Porto	40,5	38,7	39,2	44,5	48,2	50,6
Grande Porto	42,4	40,3	Nd	45,9	49,0	51,4
Tâmega	34,3	33,8	Nd	38,5	42,7	46,0
Vale do Sousa	35,0	33,5	Nd	39,5	46,6	49,6
Castelo de Paiva	35,0	31,3	Nd	34,4	38,8	45,1
Felgueiras	38,1	36,2	Nd	44,6	49,1	50,1
Lousada	34,4	34,2	Nd	40,5	48,9	50,5
Paços de Ferreira	35,4	33,6	Nd	40,9	50,6	51,7
Paredes	33,5	32,3	Nd	37,3	45,6	50,6
Penafiel	34,0	32,6	Nd	37,7	43,8	47,0

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

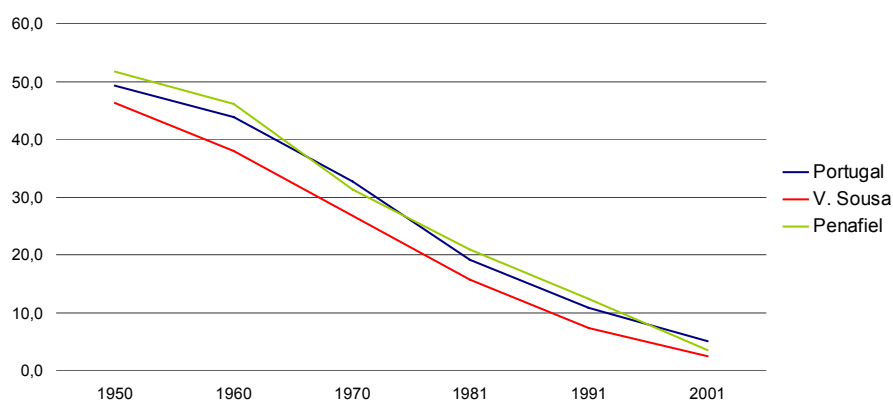
3. Declínio da actividade agrícola e industrialização

A análise da população activa de acordo com a sua divisão em sectores de actividade (primário, secundário e terciário) revela com clareza o persistente declínio da actividade económica na agricultura. Contrariamente ao que acontece à escala nacional, onde este declínio é compensado sobretudo pelo crescimento no sector dos serviços, à escala regional verifica-se predominantemente a transferência da força de trabalho para actividades de natureza industrial.

Embora a perda de relevo da actividade agrícola fosse já evidente durante as décadas de 1960 e 1970, no período mais recente esta tendência é fortemente acentuada, com a percentagem de activos em Penafiel a declararem realizar essa actividade a título principal a ser mesmo inferior à do país como um todo (2,5% contra 4,8%, em 2001).

FIGURA 7

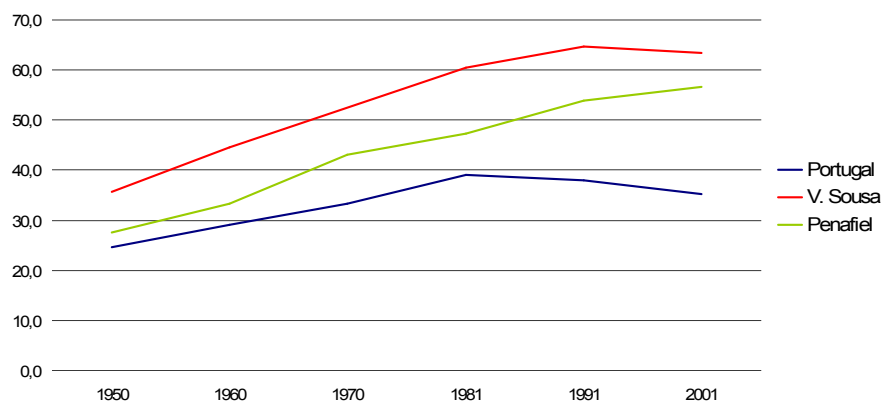
Evolução da proporção de activos com profissão no sector primário no total de activos com profissão (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

FIGURA 8

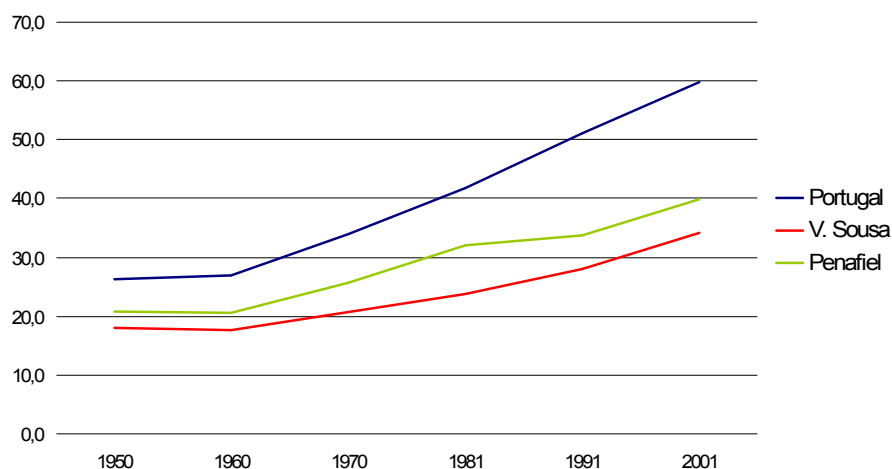
Evolução da proporção de activos com profissão no sector secundário no total de activos com profissão (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

FIGURA 9

Evolução da proporção de activos com profissão no sector terciário no total de activos com profissão (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

O declínio acentuado do número de activos com ocupação principal na agricultura é igualmente visível em Fonte Arcada, onde a percentagem correspondente de indivíduos nesta situação é de apenas 5%, valor que, ainda assim, é superior ao valor concelhio e à média nacional. Na sua maioria estes indivíduos são do sexo feminino e têm idade entre os 30 e os 49 anos, o que sugere a realização da actividade agrícola a título complementar relativamente ao salário auferido pelo “chefe de família” na sua ocupação principal.

QUADRO 9

Activos com profissão, segundo o ramo de actividade da profissão principal, em Fonte Arcada (2007)

Ramo de Actividade	% Activos com Profissão
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	5,0
Indústrias extractivas	0,1
Indústrias transformadoras	24,1
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	4,2
Construção	18,9
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	9,8
Alojamento e restauração	2,5
Transportes, armazenagem e comunicações	4,3
Actividades financeiras	0,6
Actividades imobiliárias, aluguer e serviços prestados às empresas	4,2
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	6,2
Educação	4,2
Saúde e acção social	3,2
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	3,1
Famílias com empregados domésticos	7,2
Actividade mal definida	1,2
NS/NR	1,2

Fonte: *Inquérito PFA, 2007* (dados preliminares).

QUADRO 10

Activos com profissão na agricultura, segundo o grupo etário, em Fonte Arcada (2007)

	Activos com Profissão	
	N.º	%
15-29	5	14,3
30-39	7	20,0
40-49	7	20,0
50-59	9	25,7
60 ou mais anos	7	20,0

Fonte: *Inquérito PFA, 2007* (dados preliminares).

Também o exercício da actividade agrícola a título complementar sofre uma grande redução, com apenas 7% dos activos com profissão a indicarem desempenhar esta actividade paralelamente à actividade principal.

Sendo assim, a actividade agrícola assume actualmente uma importância residual em Penafiel e na freguesia de Fonte Arcada. O produto e produtividade agrícolas são baixos e o

número de estabelecimentos empresariais no sector primário é muito reduzido, não atingindo sequer 3% do total de empresas na região do Vale do Sousa, em 2004.

A desruralização da região é compensada sobretudo pelo aumento da importância do sector secundário: no último Censo, a diferença entre a região e a taxa relativa ao território nacional era, no respeitante ao peso do emprego no sector secundário, de quase 30 pontos percentuais. No entanto, a especialização industrial, feita de um modo geral em torno de actividades tradicionais assentes em mão-de-obra pouco qualificada, apresentava uma importância variável entre concelhos, sendo menos expressiva no concelho de Penafiel (57% contra quase 70% nos concelhos mais dinâmicos)³. Mais ainda: o padrão de especialização de Penafiel ocorre em ramos de actividade como a construção (ou, até recentemente, a exploração mineira), em claro contraste com outros concelhos que se apresentam orientados para as indústrias do mobiliário, do vestuário e do calçado. A particular debilidade da actividade não agrícola no concelho de Penafiel relativamente à região circundante parece assim manter-se.

QUADRO 11
Activos com profissão na indústria transformadora, por subsector (1981-2001)

	1981			1991			2001		
	Portugal	V. Sousa	Penafiel	Portugal	V. Sousa	Penafiel	Portugal	V. Sousa	Penafiel
Alimentação, bebidas e tabaco	8,93	3,03	9,88	7,58	1,95	5,48	8,06	1,91	4,38
Têxteis	17,72	16,33	18,63	17,19	18,10	17,84	8,78	5,95	8,96
Vestuário	9,29	10,51	22,11	16,31	22,24	45,51	17,52	26,00	52,00
Calçado	3,12	12,63	0,64	6,37	19,78	0,78	6,35	20,29	0,65
Madeira	6,86	4,92	7,55	6,44	2,98	4,24	6,21	3,56	4,56
Mobiliário	4,74	38,42	6,42	4,34	25,29	3,15	5,98	29,54	3,44
Metalúrgica base	9,69	6,21	9,34	9,94	3,87	4,21	10,26	3,64	4,18
Outras indústrias	39,65	7,95	25,42	31,83	5,78	18,80	36,84	9,10	21,82

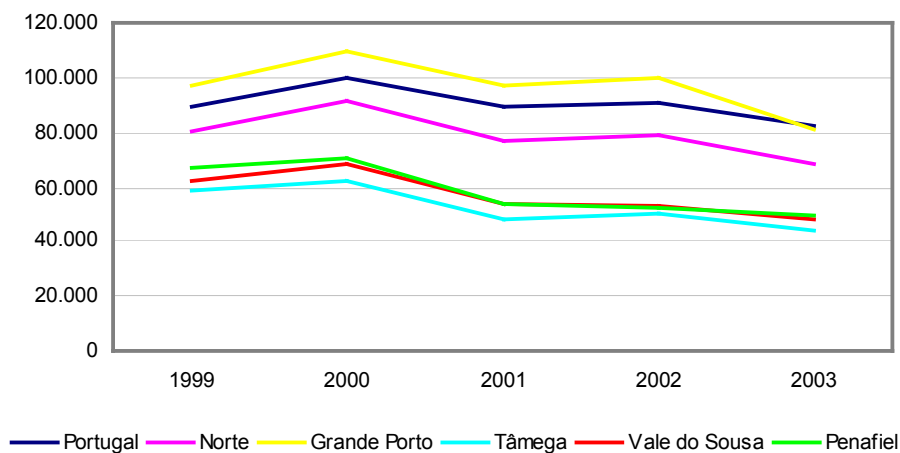
Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

A análise do volume médio de negócios por sociedade revela, ao mesmo tempo, uma grande discrepância entre o Vale do Sousa e o país no seu conjunto, com aquela região a apresentar, em 2003, um valor que não atinge 60% do valor médio nacional. Uma tão grande diferença de valores está seguramente relacionada com algumas das debilidades do tecido empresarial da região, nomeadamente a prevalência de empresas com dimensão muito reduzida e a especialização em torno de actividades de baixo valor acrescentado.

³ Penafiel regista, ao mesmo tempo, índices de terciarização da população activa mais elevados.

FIGURA 10

Volume médio de negócios, em milhares de euros, por sociedade com sede na unidade territorial (1999-2003)

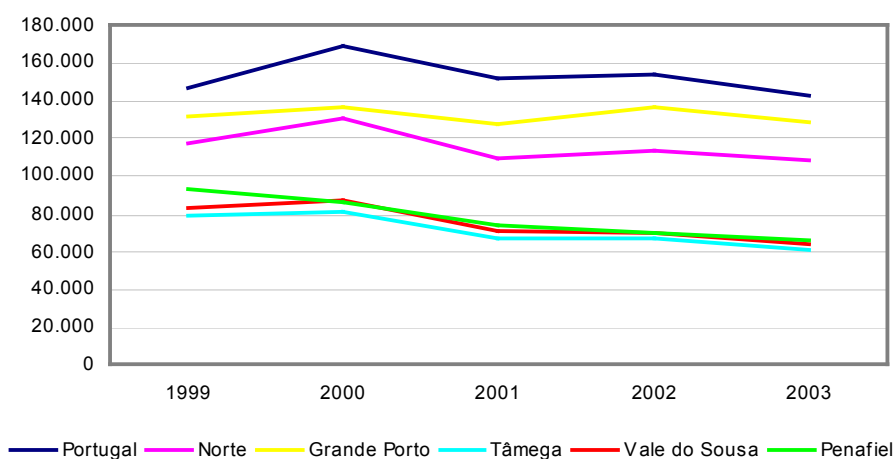


Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1999-2003.

Ao nível da indústria transformadora, actividade que, como vimos, tem uma importância preponderante na região, a situação é ainda mais desnivelada. Neste caso, o volume médio de negócios por sociedade no Vale do Sousa nos últimos três anos não atinge sequer metade do valor equivalente à escala nacional. Os dados sugerem um agravamento da situação neste período, mas a reduzida dimensão da série temporal não permite retirar conclusões definitivas a este respeito.

FIGURA 11

Volume médio de negócios, em milhares de euros, por sociedade da indústria transformadora com sede na unidade territorial (1999-2003)



Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1999-2003.

4. Reduzida qualificação da mão-de-obra

A substituição dos antigos padrões de especialização agrícola pelas ocupações na indústria foi feita na região do Vale do Sousa, ao longo das últimas décadas, no quadro de um modelo de emprego pouco qualificado. Este modelo torna-se especialmente evidente sempre que analisamos as qualificações da população activa.

Ainda que não tão forte quanto seria necessário, ao longo dos últimos 50 anos o país experimentou, em termos gerais, um movimento de redução contínua dos altos níveis de analfabetismo e iliteracia que o caracterizavam e um ganho correlativo de qualificações escolares superiores (níveis secundários e universitários), mesmo que metade da população activa não tenha mais de 6 anos de educação formal – um registo que sobe significativamente até aos 72% na região do Vale do Sousa. Uma tal discrepância é uma boa ilustração de um dos mais sérios problemas do contexto regional em análise, que também é visível quando se verifica que apenas 11% da mesma população detém pelo menos um nível de educação secundário (29% à escala nacional) e 4% um diploma universitário (com as mulheres a deterem uma performance melhor do que os homens neste domínio específico, mesmo se comparadas com os registos nacionais). A este propósito, Penafiel detém uma posição que se revela semelhante à da região como um todo.

QUADRO 12
População activa, segundo o nível de instrução (1981-2001)

	1981			1991			2001		
	Portugal	V. Sousa	Penafiel	Portugal	V. Sousa	Penafiel	Portugal	V. Sousa	Penafiel
Não sabe ler nem escrever	11,11	9,29	10,92	4,01	2,68	2,88	1,75	1,16	1,38
Menos de 4 anos	11,32	13,99	13,77	8,08	10,51	11,08	4,32	5,44	5,68
4 anos	44,21	57,68	56,23	36,75	48,24	44,47	26,05	36,75	34,17
Freq. 1º CEB	0,13	0,18	0,13	0,20	0,23	0,16	0,15	0,12	0,09
Menos de 6 anos	2,96	2,66	2,31	3,55	3,44	3,44	3,26	3,44	3,59
6 anos	7,26	8,17	6,93	12,72	22,23	22,01	12,79	25,26	24,56
Freq. 2º CEB	0,16	0,12	0,10	0,26	0,50	0,63	0,09	0,12	0,10
Menos de 12 anos	7,15	2,77	3,38	9,72	4,40	5,13	21,33	15,58	17,18
12 anos	7,98	2,60	3,09	12,49	4,71	5,16	11,99	5,96	6,24
Freq. Ens. Sec.	1,13	0,35	0,51	2,01	1,01	1,24	1,59	0,81	0,86
Ens. Méd./Sup. Incompleto	0,77	0,18	0,22	1,60	0,24	0,34	1,83	0,45	0,52
Ens. Méd./Sup. Completo	5,32	1,94	2,34	7,57	1,67	3,15	11,82	3,99	4,63
Freq. Ens. Sup.	0,50	0,07	0,07	1,04	0,15	0,31	3,02	0,92	1,00

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Fonte Arcada regista uma situação similar, com cerca de 64% dos activos a apresentarem níveis de educação formal não superiores ao sexto ano de escolaridade. Ainda assim, a importância relativa dos activos com ensino superior completo é praticamente o dobro do valor concelhio.

QUADRO 13

População activa com profissão, segundo o nível de instrução, em Fonte Arcada (2007)

Grau de escolaridade	%	% Acumulada
Não sabe ler nem escrever	0,6	0,6
Ensino Primário/1º CEB incompleto	3,3	3,9
Ensino Primário/1º CEB completo	28,2	32,1
Ensino Preparatório/2º CEB incompleto	3,1	35,2
Ensino Preparatório/2º CEB completo	24,3	59,5
Ens. Sec. Unificado/3º CEB incompleto	4,2	63,7
Ens. Sec. Unificado/3º CEB completo	15,3	79,0
Ens. Sec. (Complementar) incompleto	3,2	82,2
Ens. Sec. (Complementar) completo	9,3	91,5
Ensino Superior incompleto	0,6	92,1
Ensino Superior completo	7,4	99,4
Mestrado	0,4	99,9
Doutoramento	0,1	100,0

Fonte: *Inquérito PFA*, 2007 (dados preliminares).

5. Desemprego

A especialização da região em torno de actividades tradicionais baseadas no recurso intensivo a mão-de-obra pouco qualificada a baixo custo e fortemente expostas à concorrência internacional torna-a particularmente vulnerável a situações de recessão económica. De acordo com a informação mais recente, as taxas de desemprego terão disparado na região: a par de Castelo de Paiva, concelho com a taxa estruturalmente mais elevada, segundo dados do IEFP, são sobretudo os concelhos mais industrializados que registam um crescimento mais acentuado do desemprego nos últimos anos (a título de exemplo, veja-se o concelho de Felgueiras, que apresenta uma taxa de desemprego na ordem dos 14 pontos percentuais, em 2006).

QUADRO 14
Evolução da taxa de desemprego (1950-2006)

	Taxa de Desemprego (%)						
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2006
Portugal	2,8	2,4	2,7	6,8	6,1	6,8	8,8
V. Sousa	1,0	2,8	Nd	7,7	3,5	4,1	9,6
Penafiel	1,3	3,8	Nd	8,7	4,2	4,6	7,4

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001; IIEFP, *Desemprego Mensal Concelhio*, 2006.

A análise do desemprego revela, ao mesmo tempo, o predomínio do desemprego feminino. No censo de 1981, a taxa de desemprego feminina é superior em quase 8 pontos percentuais à taxa de desemprego masculina (valores para o Continente). Os censos de 1991 e 2001 reflectem novamente esta tendência, embora a diferença entre sexos seja atenuada.

Em Fonte Arcada, o desemprego feminino também é predominante. De acordo com os dados apurados no inquérito, 60% do total de desempregados é do sexo feminino e a taxa de desemprego feminina (11,8%) é praticamente o dobro da registada pelos indivíduos do sexo masculino (6,3%).

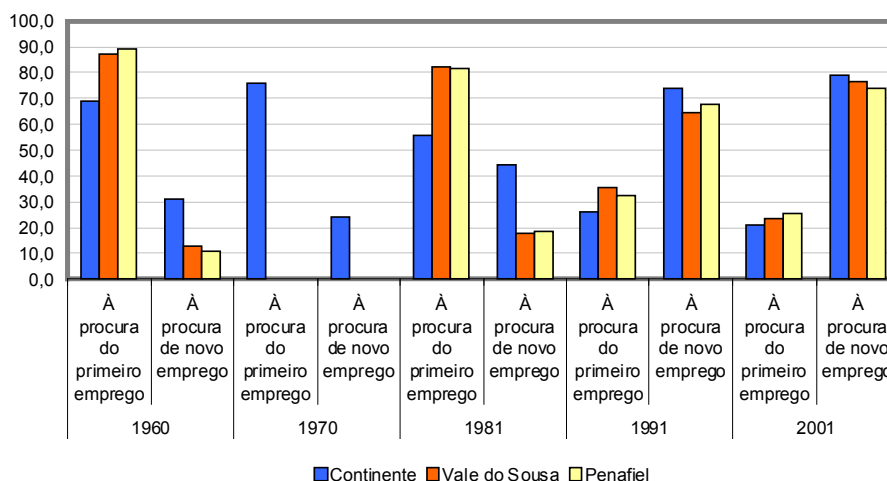
QUADRO 15
Evolução da taxa de desemprego, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Desemprego (%)					
	1981		1991		2001	
	H	M	H	M	H	M
Portugal	4,13	11,75	4,15	8,86	5,21	8,73
Continente	4,20	11,82	4,19	8,84	5,30	8,73
Distrito do Porto	4,63	12,34	4,13	7,03	5,73	8,74
Grande Porto	4,81	11,86	4,65	7,73	6,82	9,38
Tâmega	4,50	15,05	2,94	6,09	3,24	7,98
Vale do Sousa	3,98	16,26	2,56	5,08	2,91	5,64
Castelo de Paiva	4,59	11,03	5,03	17,41	4,52	13,60
Felgueiras	3,89	9,71	2,27	3,06	3,19	4,34
Lousada	4,52	19,95	2,15	2,51	2,94	4,46
Paços de Ferreira	3,24	16,29	1,72	3,28	2,15	3,56
Paredes	3,77	19,77	2,39	7,02	2,84	6,08
Penafiel	4,30	19,58	3,28	5,95	2,99	7,02

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Finalmente, no que se refere à decomposição do desemprego segundo a situação de procura de emprego, ocorre uma profunda mudança entre 1960 e 2001. Enquanto que nos censos de 1960 e 1970 a procura de novo emprego assume uma importância relativamente reduzida no conjunto das situações de desemprego (31% e 24% dos casos em 1960 e 1970, respectivamente), a partir da década de 1980 esta categoria assume gradualmente mais relevo, representando quase 80% do desemprego no último recenseamento. Esta mudança reflecte indubitavelmente a transformação operada no mercado de trabalho na segunda metade do século XX, com especial incidência a partir de meados da década de 1970, com a crescente precarização da situação de emprego e consequente intensificação da situação de desemprego associada à procura de novo emprego.

FIGURA 12
Desempregados, segundo a situação de procura de emprego (1960-2001)



Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População, 1960-2001*.

6. Migrações pendulares

A comparação entre os valores da população activa e os valores do pessoal ao serviço nas sociedades com sede no concelho de Penafiel parece confirmar os dados apresentados no capítulo anterior, que dão conta da presença local de importantes movimentos pendulares por motivo laboral. Os principais sectores em que ocorrem estes movimentos são o sector terciário, sobretudo a categoria “Outros serviços”, que inclui predominantemente serviços colectivos, sociais e pessoais, serviços da Administração Pública, educação, saúde e acção social, e o subsector do sector secundário “Construção e obras públicas”, que, como vimos, ocupa uma parte muito considerável da população activa masculina⁴.

⁴ As diferenças apontadas estão ligeiramente sobredimensionadas porque a comparação é feita considerando a população activa (em vez da população empregada) e o pessoal ao serviço nas sociedades (em vez do total de empresas).

QUADRO 16

População activa com profissão e pessoal ao serviço nas sociedades dos sectores secundário e terciário com sede na unidade territorial (2001)

	População Activa		Pessoal ao Serviço		(1) - (2)	
	(1)		(2)			
	V. Sousa	Penafiel	V. Sousa	Penafiel	V. Sousa	Penafiel
<i>Sector Secundário</i>						
Indústrias extractivas	1.872	1.433	1.103	1.047	769	386
Ind. transformadoras	73.728	8.557	55.059	7.152	18.669	1.405
Prod. e distrib. de electricidade, gás e água	810	340	31	Conf.	779	n.d.
Construção e OP	22.403	7.891	9.829	4.035	12.574	3.856
Total	98.813	18.221	66.022	12.234	32.791	5.987
<i>Sector Terciário</i>						
Comércio e reparação de automóveis	21.779	4.611	10.549	2.272	11.230	2.339
Alojamento e restauração	4.036	1.018	852	346	3.184	672
Transp., armazen. e comunicações	3.465	1.078	1.287	422	2.178	656
Actividades financeiras	1.063	261	89	Conf.	974	n.d.
Imobiliário, alugueres e serviços às empresas	3.412	724	1.851	297	1.561	427
Outros serviços	19.508	5.128	1.493	315	18.015	4.813
Total	53.263	12.820	16.121	3.652	37.142	9.168

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamento Geral da População*, 2001; *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2001.

7. Conclusão

A análise dos processos de transformação da actividade económica na região do Vale do Sousa e em Penafiel nas últimas duas décadas evidencia a persistência das principais tendências de evolução registadas no primeiro trabalho, realizado no final da década de 1970.

Assim, manteve-se o processo de feminização e envelhecimento da população activa (com interrupção, neste último caso, durante a década de 80), verificando-se, ao mesmo tempo, a permanência do movimento de desruralização, o qual é acompanhado, mais recentemente, de um importante movimento de activos em direcção às ocupações profissionais na indústria. Os dados estatísticos oficiais revelam, no entanto, uma intensificação do ritmo de mudança, que é particularmente evidente no rápido declínio do sector agrícola. Ainda relevante no final da década de 1970, a agricultura constitui actualmente uma actividade de importância residual, com pouco significado em termos de criação de riqueza, realizada com vista à obtenção de uma remuneração complementar. O desenvolvimento industrial da região

assenta, no entanto, num conjunto de actividades tradicionais, com fraco potencial de crescimento, baseadas na utilização de mão-de-obra pouco qualificada e fortemente expostas à concorrência internacional, embora revelando alguma propensão empreendedora e uma capacidade importante de multiplicação de unidades produtivas.

Deste modo, ainda que com variações intra-regionais relevantes (Penafiel, por exemplo, apresenta uma especialização relativamente importante na construção civil e na exploração mineira, que contrasta com as actividades de especialização da região envolvente), a transformação do mundo agrícola camponês não significou a implantação de um modelo económico com potencial de desenvolvimento endógeno. Pelo contrário, a região (e Penafiel, em particular), apresentam sinais de grande vulnerabilidade a situações de agravamento conjuntural da envolvente macroeconómica, a qual se torna bastante evidente na observação dos movimentos cíclicos da taxa de desemprego.

Escolarização e reprodução social

José Madureira Pinto

PARTE I

O processo de escolarização no Vale do Sousa ao longo das últimas décadas

1. Introdução

Apesar de fazer fronteira com o Grande Porto, um dos pólos mais dinâmicos do país, a região do Vale do Sousa apresenta, ainda hoje, indicadores de desenvolvimento e de instrução que contrastam fortemente, pela negativa, com os da área metropolitana vizinha, constituindo-se como uma espécie de *periferia* no litoral.

Dando especial atenção às questões da escolarização, procuraremos analisar neste capítulo de que modo e por que razão tal condição periférica se tem reproduzido ao longo do tempo.

2. Privação cultural extrema

Começemos por observar o Quadro 17, onde se apresentam valores relativos ao que podemos considerar destituição escolar ou privação cultural extrema (isto é: proporção de “analfabetos” e de indivíduos que, embora sabendo ler e escrever, não possuem qualquer grau académico).

Partindo, no início do período, de valores mais elevados do que os do Continente, o Vale do Sousa passa a apresentar, quatro décadas depois, níveis de privação cultural extrema mais baixos do que os registados no conjunto do território continental. Já a comparação dos concelhos da sub-região em causa com a área vizinha do Grande Porto revela-se desfavorável. Em Penafiel, por exemplo, a privação cultural extrema atinge, em 2001, 8,7% da população residente, contra 5,3% na Área Metropolitana contígua.

QUADRO 17

Proporção de indivíduos em situação de privação cultural extrema, segundo o sexo (1960-2001)

	Indivíduos em situação de privação cultural extrema (%)								
	1960			1981			2001		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Continente	48,1	61,9	55,4	14,3	24,3	19,5	6,1	11,5	8,9
Grande Porto	38,0	56,9	48,3	7,1	16,9	12,3	3,0	7,4	5,3
Vale do Sousa	49,4	65,9	58,0	13,9	23,9	19,0	5,5	9,9	7,7
Penafiel	50,1	67,8	59,4	14,2	23,8	19,1	6,3	11,0	8,7

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1981 e 2001.

2. A hierarquia do capital escolar

Vejamos agora o ritmo a que, nas duas últimas décadas do século XX, foram os portugueses acedendo aos patamares que, na perspectiva das vantagens associadas à detenção dos títulos académicos, se podem considerar críticos: (i) escolaridade obrigatória, (ii) escolaridade secundária e (iii) escolaridade de nível superior.

O Quadro 18 permite-nos verificar que, apesar do aumento significativo da proporção de indivíduos que, em Portugal, completaram, nas duas últimas décadas do século XX, os primeiros nove anos de escolaridade, continua a ser muito reduzido, no conjunto da população portuguesa com mais de 15 anos, o peso dos que detêm pelo menos o actual nível mínimo de instrução obrigatória (38,1% do total).

Mais preocupante ainda é que esse valor baixe muito em determinados contextos regionais. Em Penafiel, concretamente, a proporção de indivíduos com mais de 15 anos munidos com pelo menos o certificado de escolaridade mínima obrigatória não chegava sequer, à entrada do século XXI, a um quarto do total.

QUADRO 18

Taxa de conclusão da escolaridade de 9 anos, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Conclusão da Escolaridade de 9 Anos (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Continente	15,5	12,8	14,1	23,9	22,1	22,9	39,2	37,5	38,3
Grande Porto	19,7	15,7	17,5	28,6	25,6	27,0	45,2	42,0	43,5
Vale do Sousa	5,3	4,9	5,1	9,0	9,2	9,1	20,4	21,3	20,9
Penafiel	6,4	5,2	5,8	10,2	9,6	9,9	22,3	21,6	21,9

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Que dizer, entretanto, do acesso a patamares intermédios de certificação escolar?

Depreende-se da leitura do Quadro 19 que a proporção de indivíduos com, pelo menos, o ensino secundário no conjunto daqueles com idade para “teoricamente” o poderem concluir (18 ou mais anos) cresceu no Continente, na última vintena do século, um pouco mais de três vezes, conduzindo, em 2001, a um valor de cerca de 23%. O ritmo de crescimento verificado, em idêntico período, no Vale do Sousa e em Penafiel, não diferiu substancialmente do ocorrido à escala nacional, embora, por ser muito baixo o ponto de partida, fossem ainda pouco mais de 10% os que, em 2001, aqui haviam completado pelo menos doze anos de escolaridade. Além disso – e aqui está mais uma manifestação da especificidade regional que vimos sublinhando –, o contraste com o Grande Porto é muito acentuado.

QUADRO 19
Taxa de conclusão da escolaridade de 12 anos, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Conclusão da Escolaridade de 12 Anos (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Continente	8,2	6,8	7,5	13,9	13,2	13,5	22,4	23,8	23,1
Grande Porto	11,0	9,0	9,9	17,9	16,4	17,1	27,3	27,6	27,4
Vale do Sousa	2,4	2,7	2,6	4,3	5,2	4,8	8,9	11,4	10,2
Penafiel	2,9	3,0	3,0	5,2	5,6	5,4	9,6	11,5	10,6

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Quanto aos números referentes à frequência, com ou sem obtenção de grau, do nível superior do sistema de ensino (Quadro 20), a conclusão a retirar é a de que, em vinte anos, cresceu muito, no conjunto do país, o seu peso (passando de 3,6%, em 1981, para um pouco menos de 15%, em 2001). Não sendo muito diferente o ritmo de crescimento verificado nas outras escalas territoriais, o valor no ponto de chegada é, porém, nesses casos, bastante mais modesto: em Penafiel, por exemplo, só 6,2% dos maiores de 18 anos que, em 2001, residiam no concelho tinham frequentado ou completado estudos superiores. Mais uma vez, a desvantagem em relação ao Grande Porto é muito notória.

Se quisermos reter, finalmente, a composição, segundo o género, do conjunto de indivíduos que, no universo dos maiores de 18 anos, alcançaram níveis de escolaridade superiores à escolaridade obrigatória (completando o ensino secundário/frequentando ou completando o ensino superior), o facto a sublinhar é que, desde a década de setenta, o avanço para patamares de instrução mais exigentes tem sido, nas unidades territoriais que estamos a analisar, significativamente mais intenso entre as raparigas do que entre os rapazes.

QUADRO 20

Taxa de realização de estudos de nível superior, com ou sem obtenção de grau, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Realização de Estudos de Nível Superior (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Continente	3,6	3,7	3,6	8,7	8,5	8,6	13,7	15,4	14,6
Grande Porto	4,8	4,9	4,9	11,9	11,1	11,5	17,2	18,4	17,9
Vale do Sousa	1,0	1,8	1,4	2,5	3,4	3,0	4,7	6,9	5,8
Penafiel	1,3	2,0	1,6	3,1	3,9	3,5	5,1	7,2	6,2

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

3. Resistência ao investimento escolar

Para se obter uma imagem mais dinâmica do processo de escolarização ou, se preferirmos, da resistência ao investimento escolar, é habitual recorrer às taxas de abandono, de saída antecipada e de saída precoce da escola.

Quanto à primeira (proporção de jovens com idade entre os 10 e os 15 anos que abandonou o sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória), tem-se assinalado o facto de, nos últimos anos, ela ter descido, em Portugal, para valores residuais. Note-se que, no Vale do Sousa, o abandono da escola no ciclo de escolaridade obrigatória tem, apesar de tudo, expressão não desprezível (concretamente, em Penafiel, 5,7%, no ano de 2001).

Passando para a taxa de saída antecipada da escola – a qual nos indica a proporção de indivíduos com idade entre os 20 e os 24 anos que não concluiu a escolaridade obrigatória, nem se encontra a frequentar o sistema de ensino (Quadro 21) –, a conclusão a retirar é, mais uma vez, a de que, o panorama, sendo grave à escala nacional, surge ainda mais negativo quando a atenção se concentra nos territórios que privilegiamos. E isso não apenas por serem muito elevados os valores correspondentes aos dois últimos momentos censitários, mas por se ter verificado, na década imediatamente anterior à viragem de milénio, uma tendência de agravamento.

Olhando agora para os números relativos às taxas de saída precoce do sistema de ensino (Quadro 22) – as quais representam a proporção de indivíduos com idade entre os 20 e os 24 anos que não concluiu o ensino secundário –, o que se constata é que, revelando significativa melhoria em períodos mais recentes, sobretudo no segmento feminino da população residente, as referidas taxas permanecem, no Vale do Sousa, em patamares muito altos e significativamente superiores às médias nacionais e do vizinho Grande Porto.

QUADRO 21

Taxa de saída antecipada do sistema de ensino, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Saída Antecipada do Sistema de Ensino (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Continente	50,1	50,5	50,3	27,8	25,6	26,7	30,1	21,7	26,0
Grande Porto	47,6	50,0	48,8	28,5	26,4	27,5	26,8	20,0	23,4
Vale do Sousa	76,2	78,0	77,1	45,4	48,9	47,1	59,8	53,0	56,5
Penafiel	74,9	78,7	76,7	40,5	48,1	44,2	55,8	50,6	53,3

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

QUADRO 22

Taxa de saída precoce do sistema de ensino, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Saída Precoce do Sistema de Ensino (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Continente	82,1	78,1	80,1	72,6	62,9	67,8	54,4	39,8	47,2
Grande Porto	78,9	76,4	77,6	70,4	62,5	66,4	48,6	37,0	42,8
Vale do Sousa	94,6	92,8	93,7	90,0	87,0	88,5	77,8	67,1	72,5
Penafiel	93,1	91,9	92,5	89,9	86,9	88,4	78,0	65,7	72,0

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

PARTE II

Resistência à escolarização e reprodução da condição social periférica no Vale do Sousa, em Penafiel e em Fonte Arcada: uma proposta interpretativa

1. A relação com a escola num quadro de economia camponesa em declínio

1.1.

Se quisermos encontrar uma explicação para os baixos níveis de escolarização no Vale do Sousa e em Penafiel na altura em que foi realizado o primeiro estudo sobre Fonte Arcada, é indispensável atender, antes de mais, ao facto de os territórios em causa continuarem a ser, há três décadas, muito marcados por relações económicas e sociais de matriz camponesa – apesar da aceleração do processo de industrialização na região e da crescente atractividade, para as populações locais, da bacia de emprego centrada no Porto.

Os estudos disponíveis sobre espaços sociais camponeses têm, com efeito, mostrado que as formas de socialização primária de âmbito familiar aí predominantes conduzem quase

sempre a um relacionamento relutante das crianças com as aprendizagens privilegiadas pela instituição escolar.

Sabe-se, concretamente, que, no quadro de vida em causa, a assimilação de procedimentos práticos associados aos trabalhos agrícolas se concretiza quase sempre por imitação ou com recurso a uma oralidade restrita, segundo técnicas pedagógicas muito centradas no exercício físico e na domesticação do corpo, cuja racionalidade instrumental raramente é explicitada. Nestas condições, é reduzida a probabilidade de as aprendizagens de âmbito doméstico difundirem disposições culturais individuais favoráveis à apreensão metódica de saberes formais, universais, situados “para além dos particularismos culturais familiares”, o que, como sublinhava Durkheim, constitui precisamente o traço distintivo da escola moderna.

São conhecidos os efeitos associados a este estágio de relacionamento das classes camponesas com a escolarização: resistência ao ingresso, abandono precoce, dissidência face às dinâmicas de ensino-aprendizagem na sala de aula, insucesso escolar, etc..

Acontece que, a partir de finais dos anos 1970, tal relacionamento passou a ser influenciado pelo facto de, em todo o Vale do Sousa e, em especial, no concelho de Penafiel, a persistência de lógicas camponesas na vida económica da região se passar a conjugar com intensos fluxos migratórios envolvendo as bacias de emprego industrial e terciário adjacentes, especialmente as polarizadas no Grande Porto.

Tudo indica, com efeito, que as exigências em matéria de qualificação da força de trabalho impostas pelo sistema de emprego urbano-industrial começavam a interferir, nessa altura, com as aspirações de mobilidade social de algumas famílias camponesas, de forma a estimularem, em alguns casos, o alongamento da duração dos estudos. Para isso contribuía também, naturalmente, o próprio reforço das exigências legais relativas ao cumprimento da escolaridade obrigatória – primeiro quatro, depois seis, finalmente nove anos.

Mas a mudança nas atitudes colectivas perante a escola e os títulos escolares foi, apesar de tudo, muito lenta.

E porquê?

Em primeiro lugar, porque a participação dos chefes de família em mercados de trabalho localizados no exterior das colectividades, inserindo-se em estratégias de diversificação das fontes de rendimento de agregados domésticos com fracos recursos, obrigava com frequência a uma intensificação da utilização de mão de obra familiar, designadamente infantil, nos trabalhos agrícolas. Numerosas crianças eram assim afastadas, quer da frequência da escola, quer de um envolvimento cognitivo e afectivo sustentado com as práticas de ensino e as formas culturais nela privilegiadas.

Mas a mudança foi lenta também porque, sendo poucas as exigências colocadas por uma grande parte dos empregadores do Grande Porto em termos de qualificações escolares, poucos eram igualmente os estímulos ao investimento em escolarização dirigidos aos

migrantes pendulares da região – o que, frequentemente, significava, para si e para os seus descendentes, cumprir, quando muito, o patamar da escolaridade mínima.

1.2.

Os resultados da primeira pesquisa sobre Fonte Arcada corroboram plenamente esta interpretação sobre a resistência à escola em meio camponês.

Concluiu-se, de facto, nessa altura, que, sobre um pano de fundo de retracção perante a escola, a procura de emprego no Grande Porto motivava, para um certo número de famílias camponesas em processo de semi-proletarização, um reforço, ainda que ténue, do investimento escolar, quer para assim se assegurar uma melhor integração profissional, quer para evitar o recurso à teia de favores e dependências em que tradicionalmente assentava o recrutamento da mão de obra local para o mercado de trabalho da Área Metropolitana.

Por outro lado, constatava-se que a ligação profissional ao Grande Porto de muitos chefes de família da freguesia, sobretudo nas chamadas famílias de campesinato parcial (ou seja, aquelas em que pelo menos um elemento já se encontrava em situação de assalariamento fora da agricultura), continuava a dar lugar a uma utilização intensa de mão de obra familiar, designadamente infantil, nos trabalhos do campo – o que se traduzia em absentismo e diminuição da disponibilidade das crianças para as tarefas escolares, em especial nos períodos mais exigentes do ciclo produtivo agrícola, para não falar do reduzido investimento das famílias no acompanhamento da vida escolar dos filhos.

Reconheciam, ainda assim, as professoras então em funções que a situação tinha melhorado nos últimos tempos.

2. No limiar do século XXI: uma aproximação relutante às exigências da “economia do conhecimento” e da “sociedade educativa”

2.1.

Nas décadas posteriores ao primeiro estudo sobre Fonte Arcada verificaram-se, no Vale do Sousa, importantes fenómenos de deslocamento de activos da agricultura para outros sectores de actividade, sem que, como foi explicado no capítulo anterior, tal tenha implicado uma mudança qualitativa do tecido produtivo da região, designadamente em termos de abertura dos quadros organizacionais ao reconhecimento de habilitações de nível médio e superior.

O facto de, desde os anos noventa, o peso da mão de obra industrial estabilizar não implicou mudança significativa a tal respeito, já que essa estabilização tem sido compensada pelo reforço de sectores igualmente pouco exigentes em qualificações – como é o caso da construção civil e, no grupo das mulheres, de ramos do terciário como o comércio, a

restauração ou os serviços domésticos e de apoio social –, onde, além disso, têm grande incidência formas de recrutamento de mão de obra muito marcadas pela informalidade.

Compreende-se que, num quadro económico-social com estas características, onde, aliás, a agricultura enquanto actividade económica (ainda que, ou justamente porque, realizada a tempo parcial) e, sobretudo, enquanto herança cultural, não se extinguiu, o prosseguimento de estudos com sucesso no ensino secundário e a frequência do ensino superior tenham sido oportunidades raramente concretizadas em muitas famílias da região. Ainda que construam, para os mais novos, vagos projectos de mobilidade social baseados na escolarização, tais famílias optam frequentemente por evitar os riscos e perdas associados a um investimento escolar de longo prazo: insucesso, inutilidade ou obsolescência dos títulos académicos, etc..

É uma opção tanto mais provável, quanto é certo a inserção precoce nos mercados de trabalho locais permitir conciliar as necessidades de ampliação dos orçamentos familiares com as aspirações de acesso antecipado dos jovens às vantagens da condição de “adulto”, em particular no que toca à materialização de desejos de consumo e independência pessoal.

O quadro não se altera significativamente quando deslocamos a atenção para o concelho de Penafiel, embora não devamos ignorar algumas particularidades.

A primeira diz respeito ao facto de o peso relativamente reduzido que o emprego na indústria transformadora aqui assume, ter vindo a ser contrabalançado, no universo masculino, com a criação de postos de trabalho no terciário e, sobretudo, na construção, a ponto de, em 2001, pertencerem à construção civil cerca de 40% do total de activos empregados do sexo masculino.

A segunda particularidade, em parte consequência da primeira, tem a ver com a ampliação, no concelho de Penafiel, do fenómeno das migrações pendulares.

A terceira particularidade consiste na muita significativa entrada de mulheres no mercado de trabalho, quer na indústria, sobretudo têxtil e vestuário, na década de oitenta, quer, mais tarde, em actividades terciárias globalmente pouco qualificadas.

Concentrando-nos, para já, nas migrações pendulares, vale a pena dizer que, constituindo elas importantes catalisadores da transformação da economia e sociedade camponesas, não parece, contudo, que tenham produzido, nas últimas décadas, alterações significativas no perfil de qualificações dos activos empregados residentes no concelho de Penafiel. Pelo contrário, é provável que tenham contribuído para a sua reprodução, ao proporcionarem a rápida ocupação do espaço deixado vago pela agricultura por actividades igualmente pouco exigentes em recursos escolares, e ao configurarem um incentivo – frequentemente mais apelativo do que o proveniente do tecido industrial da região – à saída antecipada do sistema de ensino e ao acesso precoce ao mercado de trabalho.

Passando à questão do assalariamento das mulheres, importa lembrar que, num território fortemente marcado por processos de transferência geográfica de força de trabalho, elas foram, até ao início da década de oitenta, o garante da manutenção de grande parte das

explorações agrícolas familiares e da própria reprodução do modo de vida camponês (designadamente ao nível das solidariedades de vizinhança e da educação das gerações mais jovens).

Acontece que o acesso ao trabalho industrial, além de permitir um reforço considerável dos orçamentos familiares, possibilitava às mulheres a libertação de alguns dos constrangimentos impostos pela economia camponesa (penosidade do trabalho nos campos, fixação no lar, fechamento do círculo de relacionamentos sociais), favorecendo de algum modo a sua emancipação face às figuras tutelares do pai e do marido.

O assalariamento de um número crescente de mulheres penafidelenses está, de resto, ao que tudo indica, na origem das grandes transformações sociodemográficas das últimas décadas, tais como o acentuado declínio das taxas de fecundidade, as alterações no uso do tempo nas famílias, a desintegração do espaço de vizinhança e das solidariedades locais, as mudanças no enquadramento e prestação de cuidados a crianças e idosos, etc..

A conquista do direito a participar em actividades económicas exteriores à agricultura, em especial nalguns redutos pouco qualificados do emprego industrial, não deixou, entretanto, de se inserir na engrenagem de reprodução sócio-educacional que vimos analisando. Enquanto, para mulheres relativamente libertas da necessidade económica de compensar orçamentos familiares débeis, o prosseguimento de estudos para além das exigências da escolaridade obrigatória tem tido aqui alguma concretização (à semelhança, aliás, do que, como já vimos, vem ocorrendo no conjunto da sociedade portuguesa), já para muitas outras o ingresso em actividades económicas pouco exigentes em qualificações escolares, ainda que vivido no registo simbólico da ascensão social, não deixa de actuar como inibidor de uma valorização pessoal e profissional fundada nos saberes e títulos escolares.

2.2.

É altura de voltar a Fonte Arcada, para perscrutar de relance o que, nestes trinta anos, terá mudado em matéria de relacionamento das populações com a escola.

Quanto à incidência de formas extremas de privação cultural (Quadro 23), vemos que o valor encontrado através de inquérito exaustivo realizado na freguesia em 2007 indica que só 6,7% dos habitantes estão nessa situação – um valor que não deverá diferir significativamente do registado no concelho, uma vez que, em 2001, este já se situava em 8,7%, e tudo indica que, entretanto, tenha diminuído. Não deixa de ser gratificante saber que, em trinta anos, a percentagem de indivíduos em situação de privação cultural extrema baixou para um quinto.

Em matéria de conclusão da escolaridade obrigatória de 9 anos, os números relativos a Fonte Arcada deverão estar algo acima da bitola concelhia, já que, em 2001, esta era de cerca de 22% e, na freguesia, ela supera ligeiramente, em 2007, os 36%. A comparação com 1978 é, quanto a este aspecto, igualmente lisonjeira.

Dado que, por outro lado, a taxa de saída antecipada apresenta valores mais baixos do que os registados em Penafiel em 2001, é de crer que a conclusão do ensino obrigatório de nove anos se tenha vindo a concretizar ultimamente de forma generalizada. Embora se saiba que continua a haver alguma dificuldade por parte das famílias em fazerem o acompanhamento escolar dos filhos, verifica-se serem muito baixos os índices de insucesso escolar nas duas escolas do 1º Ciclo de Ensino Básico da freguesia e baixos também os que se verificam no 2º e 3º Ciclos, ambos leccionados fora de Fonte Arcada. O empenhamento das equipas docentes, que inclui um relacionamento intenso com grande parte das famílias, a par do conjunto de apoios já existentes a nível do pré-escolar, actividades de tempos livres, transportes escolares explicarão em grande parte os bons resultados conseguidos neste patamar do sistema de ensino.

QUADRO 23

População com 15 e mais anos residente em Fonte Arcada, segundo o nível de instrução e o sexo (1978-2007)

Nível de Instrução	Homens				Mulheres				Total	
	1978		2007		1978		2007		1978	2007
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%	%
Privação cultural extrema	125	30,6	25	4,3	206	40,9	62	9,5	36,3	7,3
Até 4 anos de escolaridade	233	57,0	216	37,6	266	52,8	253	40,6	54,7	39,1
5-11 anos de escolaridade	36	8,8	270	47,0	16	3,2	206	33,1	5,7	39,7
12 e mais anos de escolaridade	15	3,7	64	11,1	16	3,2	102	16,4	3,4	13,9
<i>Total</i>	<i>409</i>	<i>100,0</i>	<i>612</i>	<i>100,0</i>	<i>504</i>	<i>100,0</i>	<i>665</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fontes: Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (dados preliminares).

Os maiores problemas de desenvolvimento dos jovens fontarcadenses situam-se a partir da conclusão da escolaridade obrigatória. É isso o que sugerem os indicadores de conclusão da escolaridade de 12 anos e de frequência do nível de ensino superior, por um lado, e de saída precoce dos sistema de ensino, por outro.

Tudo indica que, para muitas famílias da freguesia, frequentar o sistema de ensino durante nove anos – período muito superior ao dos curtos trajectos escolares outrora realizados por muitos dos seus membros –, já constitui uma exigente e prolongada provação, não se vendo razões fortes para investimentos escolares adicionais, com retorno incerto e custo de oportunidade elevado.

Enquanto, há cerca de trinta anos, era o complexo constituído pela agricultura camponesa declinante e o sistema de postos de trabalho pouco qualificados do Grande Porto que, no essencial, limitavam as aspirações de mobilidade social fundadas na procura de

escolarização, a tendência é para que seja nos segmentos pouco qualificados e mesmo informais do sistema de emprego da indústria transformadora, da construção e do terciário, polarizados cada vez menos no Grande Porto e cada vez mais em áreas relativamente distantes que hoje se inscrevem aqueles mesmos limites – voltando as migrações pendulares a estar muito presentes no quotidiano dos jovens da freguesia.

QUADRO 24
Alguns indicadores de escolarização em Fonte Arcada, segundo o sexo (1978-2007)

	Homens	Mulheres	Total
	%	%	%
Taxa de privação cultural extrema	4,0	9,1	6,7
Taxa de conclusão da escolaridade de 9 anos	29,4	31,8	30,6
Taxa de conclusão da escolaridade de 12 anos	12,0	16,7	14,4
Taxa de acesso a estudos de nível superior	5,7	9,4	7,6
Taxa de saída antecipada do sistema de ensino	27,1	10,4	18,8
Taxa de saída precoce do sistema de ensino	77,1	41,7	59,4

Fonte: *Inquérito PFA, 2007* (dados preliminares).

A extensão da escolarização é considerada, na literatura sobre colectividades rurais, como um dos mais notáveis factores da sua abertura e mudança estrutural. Com a generalização da instrução básica a quatro, seis e nove anos, e dado que, como vimos, até hoje não se ministra em Fonte Arcada mais do que o 1º Ciclo do Ensino Básico, muitos foram aqueles que, nas últimas décadas, tiveram de prosseguir os estudos na vizinha freguesia de Paço de Sousa. Mas a abertura de perspectivas associadas à escolarização não chegou a ter, para um número significativo de fontarcadenses, o grau de concretização que resultaria da frequência do ensino secundário e superior, hoje já ao alcance de muitos outros portugueses dos mesmos escalões etários.

Vimos que, na base desta resistência à escolarização, está, por um lado, a necessidade, tantas vezes consagrada como virtude, de alargar a participação na formação dos orçamentos familiares (“mais vale agarrar já um emprego do que andar a perder tempo na escola”), e, por outro, a facilidade objectiva de acesso, através de migrações pendulares, a um posto de trabalho em segmentos pouco qualificados e precários das bacias de emprego envolventes.

Prematuramente afastados da escola com o objectivo de aceder, sem as pausas impostas pela procura do primeiro emprego, ao mercado de trabalho, muitos destes jovens acabam por perder a possibilidade de construir carreiras profissionais minimamente estruturadas, ao mesmo tempo que vão alienando a possibilidade de reiniciar um percurso escolar consequente numa lógica de segunda oportunidade. Ligados a redes de recrutamento de mão-de-obra de base regional pouco exigentes em termos de capital escolar, é o investimento

em capital social com reduzida taxa de rentabilidade a estratégia de promoção que, à entrada do actual “século do conhecimento”, fica ao seu alcance – e com isso vão engrossando as fileiras de um exército de assalariados eminentemente móveis, embora irreversivelmente “presos ao lugar”.

Talvez seja por isso que, depois de confessarem “Aqui não há nada!”, acabem por garantir: “Não saía daqui!”.

Divisões sociais e estratégias de reprodução das famílias num «campo» determinado pela construção civil, ou sobre como continuar a compreender Berlim

Virgílio Borges Pereira

Perspectivar

Há mais de trinta anos atrás tinha início aquela que, na minha perspectiva, seria uma das etapas mais estimulantes e criativas do processo de consolidação da sociologia portuguesa.

A pretexto do estudo dos processos de arrendamento rural e da sua relevância nos complexos processos de modernização da actividade económica e social em Portugal, o Noroeste Português, o concelho de Penafiel e Fonte Arcada, por força do seu especial relevo na dinâmica do referido arrendamento, eram assumidos progressivamente como um contexto empírico de referência para investigação sociológica detalhada.

A importância do contexto e do que dele se fez do ponto de vista sociológico é conhecida de todos. Contudo, o que foi que realmente se encontrou em Fonte Arcada e, face ao referenciado, o que se reproduziu e o que mudou?

Acentuando um ponto de vista centrado em dois dos grandes contributos teóricos dinamizados pelas investigações sociológicas originais, procurarei responder às questões formuladas a partir da sociologia das classes sociais e das práticas simbólico-ideológicas, sendo, necessariamente, muito selectivo e breve no grau de aprofundamento que darei às respostas às perguntas efectuadas.

As respostas em causa envolvem, na perspectiva aqui apresentada, três grandes momentos analíticos. Num primeiro momento, e seguindo as coordenadas subjacentes à estratégia de abordagem desenvolvida originalmente e agora redinamizada, procurarei identificar a configuração do campo das classes sociais em Fonte Arcada, em 1977-78 (*ir*); num segundo momento, ensaiarei um retrato das propriedades mais relevantes do processo de formação de classes na região do Vale do Sousa e em Penafiel ao longo dos últimos trinta anos

(*enquadrar*) e, num terceiro momento, destacarei os contornos das divisões sociais em Fonte Arcada em 2007 e a sua relação, exploratoriamente encarada ainda, com as estratégias de reprodução social das famílias (*voltar*).

1. Ir a Fonte Arcada em 1977

Não é fácil sintetizar o significado sociológico da freguesia de Fonte Arcada, concelho de Penafiel, distrito do Porto, em 1977. Não podendo participar plenamente do *ir* que o exercício aqui em construção implica, julgo, não obstante, que não se poderá compreender sociologicamente a envergadura do processo que neste texto pretendemos debater sem ter uma noção minimamente aproximada da realidade que o *ir* aqui em causa descobriu e, então, teorizou.

Como afirmava inicialmente, a pretexto do arrendamento rural, ir a Fonte Arcada em 1977, para além das interrogações que gerou – interrogações aliás muito preciosas e decisivas pelas implicações teóricas e problemas que resolviam –, garantiu a produção de um olhar social menos opaco sobre um pequeno contexto da realidade portuguesa, que permitia, não obstante, o estabelecimento de cenários sociais mais informados na análise de realidades mais vastas e com configurações semelhantes. Nessa progressiva redução de opacidade assumia um estatuto especial o conjunto de respostas que se produziam em torno do conhecimento da velha incógnita sociológica representada pelo campesinato em Portugal e que, em última análise, tinha estado na origem da preocupação em torno do arrendamento rural.

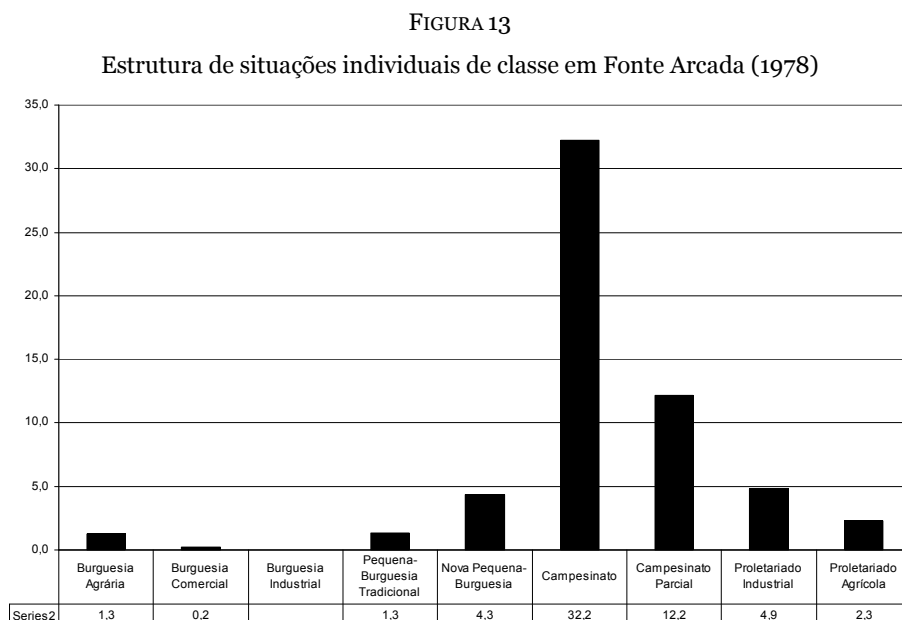
Para conceptualizar Fonte Arcada acentuava-se, então, a pertinência de um ponto de vista sociológico centrado sobre a família e sobre a terra, de que resultava um processo de vinculação entre actividade agrícola, grupo doméstico e interconhecimento.

Num tal quadro analítico, era assim possível destacar três grandes conjuntos de traços específicos. Um primeiro grande conjunto organizava-se em torno da proximidade e dependência relativamente à natureza na organização da vida camponesa. Um segundo salientava a importância da família e do grupo doméstico como unidade de produção, consumo e residência e enquanto contexto de socialização estruturado em torno de uma ética social e económica específica – uma ética de *subsistência* fundada na urgência da satisfação das necessidades dos membros da *casa*, e, não raro, definida por uma matriz de percepção, de acção prática e simbólica de tipo *individualista* e relativamente *conservador*. Um terceiro grande conjunto (complementar do anterior) destacava a relevância do *interconhecimento* na configuração dos principais processos sociais que constituem as colectividades sociais de inserção destes grupos domésticos, em particular, as lógicas e ritmos de sociabilidades traduzidas nas relações de vizinhança e na entreaajuda¹.

¹ Para além dos trabalhos já citados dos autores das pesquisas originais, vd. também José Madureira Pinto (1981), “O espaço social rural: especificidades, funções, transformações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8.

Contudo, em simultâneo com esta conceptualização, dava-se, igualmente, conta do modo como, através da recomposição de vários destes elementos por força da dinâmica da urbanização e do que, nas palavras de Patrick Champagne, podemos classificar como “alargamento do espaço social”, os sempre delicados equilíbrios sociais característicos do espaço aldeão e camponês eram, progressivamente, colocados em causa².

Contexto marcado por um vincado processo de concentração da propriedade da terra, Fonte Arcada continuava a ter uma parte importante da estrutura do seu espaço social marcada por lógicas desiguais; tais desigualdades, de resto, fundamentadas no lado agrícola da estrutura das situações de classe, possuíam, no entanto, particularidades que obrigavam a um olhar ainda mais atento. A uma primeira vista, e tal como se pode ver na Figura 13, as desigualdades em causa remetiam-nos para uma estrutura do espaço social no interior da agricultura claramente tripartida: uma muito diminuta posição burguesa, significativamente definida por proprietários absentistas, via-se acompanhada por um muito denso campesinato e por um mais restrito proletariado agrícola, corporizando-se, assim, a tal prevalência do espaço social camponês. Contudo, e tal como os efectivos relativos às pertenças individuais de classe já faziam adivinhar a propósito do relevo de camponeses parciais e de proletários industriais, a realidade seria substancialmente mais complexa, revestindo-se a gravitação em torno da actividade agrícola de contornos menos nítidos e, nessa medida, mais dependente do mundo extra-agrícola, obviamente, então como agora, claramente exterior à freguesia. Com efeito, em 1978, o inquérito realizado revelava que, na realidade, mais de 50% das famílias locais pertenciam ao campesinato parcial, estando já em curso um processo intenso e vincado de semi-proletarização destas mesmas famílias (ver Figura 14).



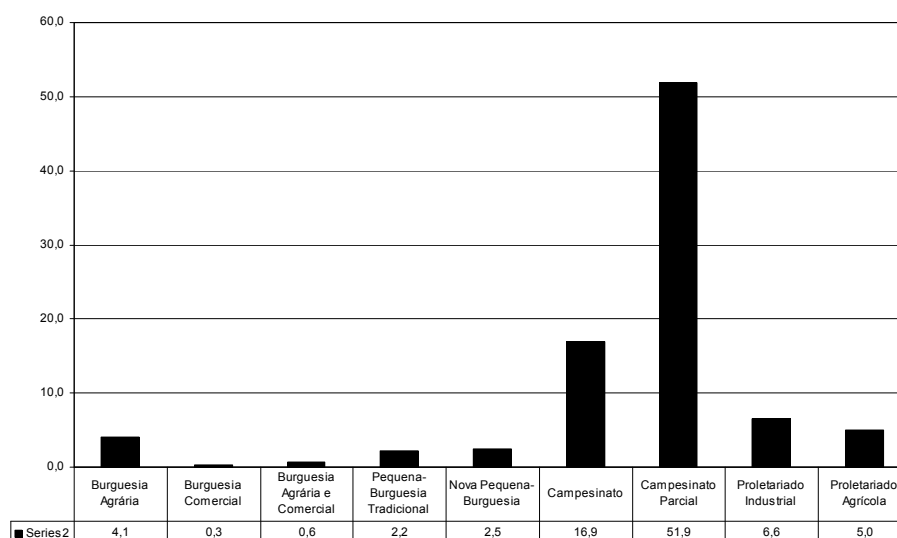
Fonte: Inquérito P2, 1978.

² Vd., a este propósito, Patrick Champagne (2002), *L'Heritage refusé*, Paris, Seuil.

A tradicional e tendencialmente centrípeta aldeia camponesa perspectivava-se em mudança, uma mudança exogenamente determinada e realimentada por uma dinâmica diária de centrifugação de mão-de-obra gerida familiarmente.

O intenso processo de semi-proletarização assim afirmado não se desenvolvia sem tensões e reequilíbrios sociais, mais ou menos visíveis, mais ou menos silenciosos. O envelhecimento físico e social de camponeses e antigos fidalgos contrapunha-se à juventude de operários e camponeses parciais; com tais protagonismos em acção, contrapunham-se também lógicas alternativas de relacionamento quotidiano na vizinhança, reconfiguravam-se práticas, ostentavam-se consumos, reformulavam-se divisões. Uma das mais destacadas nos estudos originais passava pela reconfiguração, na realidade e nas representações, da relação com o espaço físico local, através da emergência de lugares na vizinhança progressivamente mais marcados pela presença de densos grupos de famílias proletárias, semi-proletárias e de camponeses parciais, como aquelas que se encontravam em Anho Bom, e de que reconstruções simbólicas de divisões como as do “muro de Berlim”³ eram um dos mais expressivos e significativos exemplos. Muro real e simbólico, Berlim trazia em si a diferença e uma história de transformação, a que voltaremos... Voltaremos a Berlim...

FIGURA 14
Famílias de classe em Fonte Arcada (1978)



Fonte: *Inquérito P2*, 1978.

2. Enquadrar: o Vale do Sousa e Penafiel, 1981-2001

Contudo, e tal como se podia esperar, este processo de transformação não era um exclusivo local. Nas suas especificidades, trazia consigo propriedades relativas às do contexto

³ O “muro de Berlim” deve o seu nome a um café/snack-bar situado no centro cívico da freguesia, junto à estrada principal que a atravessa.

imediatamente envolvente, do concelho e da região e, nessa medida, acentuava também continuidades relativamente a estes contextos, mas também, e em conjunto, claras diferenças relativamente ao que se estava a estruturar no país e em alguns segmentos territoriais mais próximos.

De resto, no novo exercício de *enquadramento*, posterior ao que foi realizado nos estudos originais, decorrente do *voltar* a Fonte Arcada, são precisamente esses movimentos cruzados de continuidade inexorável do processo de transformação que podemos documentar, mas também inevitáveis contradições e especificidades no modo como no contexto regional e concelhio se produziu o mencionado alargamento do espaço social.

Assim, logo em 1981, e tal como se pode ver no Quadro 25, era possível, com base nos resultados do censo desse ano, verificar como a estrutura de ocupações profissionais da população activa de Penafiel e do Vale do Sousa tinha padrões muito divergentes daqueles que caracterizavam o país.

Em primeiro lugar, deve reter-se que os segmentos mais qualificados do espaço social estavam claramente sub-representados nos espaços sociais regional e concelhio.

Uma segunda diferença relevante estava associada às modalidades de constituição das profissões nos serviços: pessoal administrativo, do comércio e dos serviços domésticos e protecção eram mais relevantes no país do que regional e localmente; apenas num grupo profissional específico podíamos identificar um registo minimamente aproximado ao nacional (10,43%), o caso, significativo, dos trabalhadores domésticos e de segurança em Penafiel (8,56%), tradicionalmente um grupo socioprofissional com qualificações reduzidas no interior da pequena-burguesia de execução.

Uma terceira tendência diferenciadora dizia principalmente respeito à presença do operariado industrial e à preponderância que este detinha nos três níveis territoriais aqui em consideração, ainda que com o facto extremamente relevante de a sua preponderância nacional (40%) ser então já menos importante do que era em Penafiel (53%) e, especialmente, no Vale do Sousa (62%).

Não obstante, e num registo bem revelador das contradições que temos vindo a elencar, um quarto padrão diferenciador envolvia, necessariamente, a agricultura; ainda que relativamente vaga na sua definição formal e conceptual, a categoria de 1981 que reunia as profissões agrícolas demonstrava que o processo de desruralização tinha mais relevância na região do Vale do Sousa como um todo do que no país (19%) e do que em Penafiel (21,1%): o concelho de Penafiel, não obstante, permanecia ainda como um território com evidente ligação à agricultura.

QUADRO 25
População activa, segundo o grupo profissional (1981)

	Portugal	Vale do Sousa %	Penafiel
Pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas e similares	7,19	2,75	3,43
Quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	1,31	1,60	0,93
Pessoal administrativo e similar	13,14	5,64	6,71
Pessoal do comércio e vendedores	8,09	5,30	5,90
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e similares	10,43	6,53	8,56
Agricultores, criadores de animais, trabalhadores agrícolas, pescadores e caçadores	18,99	15,74	21,10
Trabalhadores da produção das indústrias extractiva e transformadora, operadores e condutores de máquinas	40,31	62,30	53,16
Membros das Forças Armadas	0,53	0,12	0,21

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamento Geral da População*, 1981.

Contudo, as tendências que se esboçavam como que ganharam plena força durante a década de 1990. A análise, a partir dos elementos fornecidos pelo Quadro 26, dos processos de estruturação de classe neste período é disso prova evidente. Assim, os padrões de estruturação de classe nos segmentos mais qualificados do espaço social da região do Vale do Sousa e de Penafiel apresentam-se como claramente diferentes daqueles que podemos observar a nível nacional. Estas diferenças não se colocam muito no que diz respeito à estruturação do posicionamento empresarial, ou mesmo no que reporta aos dirigentes e profissionais burgueses, visto que é aqui que podemos identificar, através da relevância da propriedade económica, um certo traço comum entre os elementos do exercício comparativo em elaboração. A situação torna-se extremamente diferente quando tomamos em consideração os grupos detentores de profissões intelectuais e científicas. Neste caso, e ainda que o crescimento relativo possa ter uma configuração semelhante em muitos dos contextos identificados, as suas presenças não o são: com efeito, os 7% de agentes activos neste segmento do espaço social vêm-se reduzidos, no Vale do Sousa e em Penafiel, para uns restritos 2% e 3%, respectivamente, e tudo isto em resultado de um sério problema de escolarização persistente.

Conclusões semelhantes podem igualmente ser estabelecidas a propósito dos processos de formação dos técnicos de enquadramento intermédio.

A situação da pequena-burguesia proprietária e do campesinato é similar seja qual for a perspectiva sócio-espacial consagrada. No entanto, deve destacar-se o facto de os efectivos percentuais do campesinato terem agora expressões residuais semelhantes tanto na região do Vale do Sousa como no próprio concelho de Penafiel, um processo tanto mais significativo

quanto, há algumas décadas atrás, a situação era totalmente diferente: no caso de Penafiel, não se poderá, por outro lado, deixar de salientar que este processo de erosão do campesinato tradicional atingiu um ponto de grande expressão, sendo, inclusive, esta fracção de classe marcada por efectivos ainda mais frágeis do que os relativos ao operariado agrícola.

A divergência é também uma marca relevante da análise comparada dos efectivos do operariado industrial no espaço social nacional, na região do Vale do Sousa e em Penafiel. Uma tal relevância, tal como decorre da análise de informação anteriormente apresentada, pode ser verificada pelo facto de estes representarem mais de 50% da população activa (em 2001: 56% na região do Vale do Sousa; 53% em Penafiel e 33% no país). Por outro lado, é possível identificar a situação exactamente oposta no que diz respeito aos empregados de execução, em que, com uma dinâmica de crescimento nas três unidades em análise (5 pontos percentuais para o país e para a região do Vale do Sousa e 4 pontos percentuais para o concelho de Penafiel), as suas proporções relativas são muito diferentes: em 2001, podemos identificar no continente 32% de posicionamentos sociais na pequena-burguesia de execução, enquanto tais registos são bem menores na região do Vale do Sousa (19%) e em Penafiel (21%).

QUADRO 26

Fracções de classe dos indivíduos da população activa (1991-2001)

	Portugal		Vale do Sousa		Penafiel	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
	%					
Empresários	8	9	8	8	7	8
Dirigentes e profissionais	1	3	0	2	0	2
Intelectuais e cientistas	5	7	1	2	2	3
Técnicos intermédios	7	8	4	4	4	4
Pequenos proprietários	8	5	7	5	6	4
Agricultores	6	2	3	1	5	1
Empregados de execução	27	32	14	19	17	21
Operários industriais	33	30	59	56	54	53
Operários Agrícolas	4	2	2	1	3	2

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1991-2001.

3. Voltar a Fonte Arcada em 2007

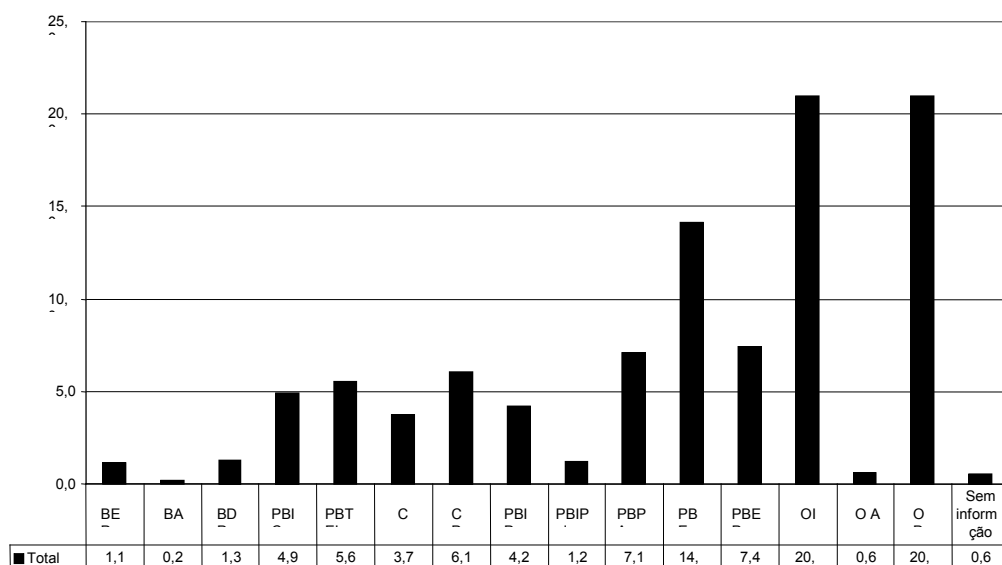
Salvaguardadas várias diferenças de cariz teórico e metodológico passíveis de serem accionadas quando dependemos de dados directamente recolhidos por nós, por comparação com os números subjacentes aos processos que acabámos de descrever, o que nos diz, neste

domínio, o trabalho de revisitação sociológica⁴ efectuado ao longo dos últimos anos em Fonte Arcada?

Privilegiando, desde logo, o olhar mais complexo no processo de construção garantido pelo conceito de família de classe⁵, a ideia de que não será difícil vislumbrar que se verificou localmente um processo relevante de recomposição do campo das classes sociais ganha forma.

Com efeito, é, na verdade, de um alargamento especial do espectro classista de que teremos de falar para descrever a este nível a lógica da relação com a actividade económica e da produção das divisões sociais em torno desta em Fonte Arcada. Tal como se pode verificar a partir dos elementos fornecidos pela Figura 15, em 2007, e ainda a partir de um ponto de vista que abarca a totalidade das situações individuais e familiares recenseadas, num total de 485 grupos domésticos e de 1585 indivíduos, a classe mais densamente representada localmente é o operariado, com 2/5 das pertenças sociais e, neste, assumem igual protagonismo o operariado industrial e o operariado pluriactivo, com 1/5 cada das pertenças. A alguma distância, afirmam-se as fracções de execução da PBE, sem (mais densa, cerca de 14% das pertenças) e com pluriactividade (7%).

FIGURA 15
Famílias de classe em Fonte Arcada (2007)



Fonte: Inquérito PFA, 2007.

⁴ As fontes de informação utilizadas a partir deste momento, retomam análises em curso decorrentes do trabalho de campo efectuado na freguesia de Fonte Arcada durante os anos de 2006 e 2007. O trabalho em causa contemplou, para além de entrevistas e observações etnográficas de vária índole, um inquérito por questionário exaustivo dos grupos domésticos da freguesia.

⁵ Para desenvolvimentos conceptuais suplementares em torno desta matéria, vd. João Ferreira de Almeida (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

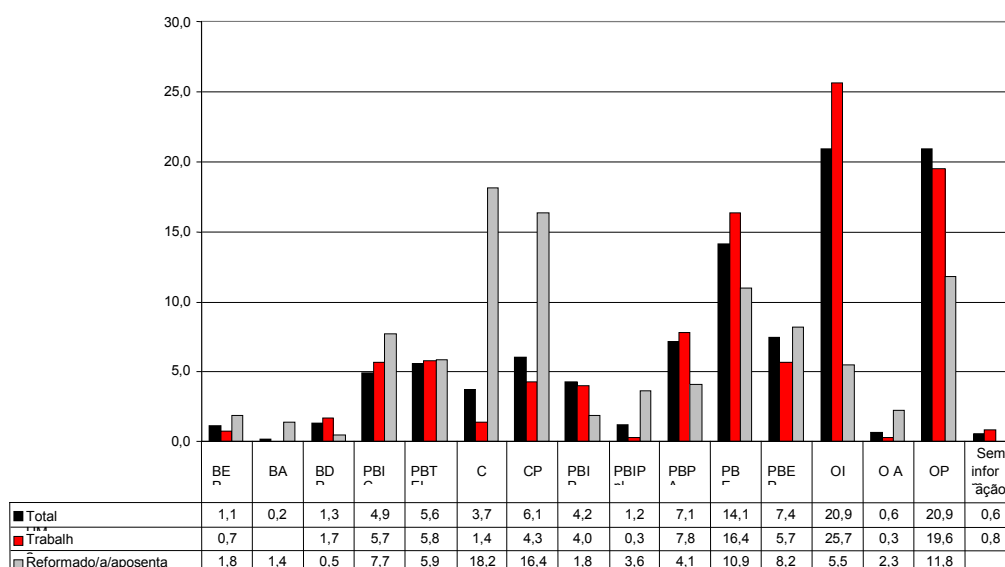
O reverso destas situações, sobretudo quando se tem em conta o modo como este retrato começou, obtém-se atentando no esvaziamento praticamente total do operariado agrícola e do próprio campesinato tradicional (convertido ou não a agricultor proprietário...), passando-se algo de muito semelhante no próprio campesinato parcial, cujas pertenças de classe se ficam agora pelos 6%.

Não tendo, por outro lado, os pontos mais qualificados em propriedade económica (a modalidade mais relevante, regional e concelhamente falando, de constituição de capitais) conhecido emancipação maior e tendo, na realidade, as velhas famílias da burguesia agrária visto reduzir o seu posicionamento ao abrigo de mais do que prováveis reconversões, assiste-se localmente, não obstante, ao crescimento ténue das fracções intelectuais e técnicas da pequena-burguesia e a um mais dinâmico e efectivo movimento de combinação entre assalariamento e propriedade.

Contudo, é conveniente registar que este é um retrato geral da dinâmica do campo das classes; quando atentamos na mesma dinâmica assumindo um ponto de vista que privilegia exclusivamente o exercício da actividade económica, verifica-se um acentuar selectivo das tendências identificadas, crescendo, por isso, e de um modo muito relevante, o peso do operariado industrial (reunindo nada mais nada menos do que $\frac{1}{4}$ das pertenças familiares de classe entre os activos) e da própria pequena-burguesia de execução e diminuindo, também de um modo muito substancial, o peso do já de si diminuto campesinato e do próprio campesinato parcial (sendo, aliás, profundamente significativo que sejam estas as fracções de classe a contribuir de modo mais destacado para o grupo daqueles que se encontram reformados), para só destacar os casos mais significativos (Figura 16).

FIGURA 16

Famílias de classe em Fonte Arcada, segundo a condição perante a actividade económica do indivíduo (2007)

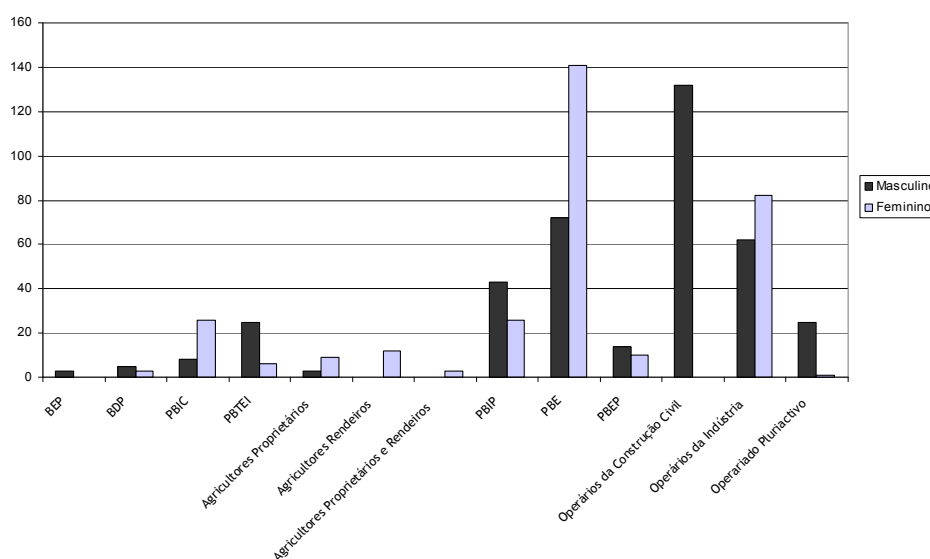


Fonte: Inquérito PFA, 2007.

Por outro lado, e assim nos aproximamos do argumento principal que aqui estou a sustentar, tudo indica que o processo de recomposição da economia, sociedade e cultura camponesas que estava em curso há trinta anos em Fonte Arcada, e que se foi apurando ao longo das últimas três décadas, tenha implicado, na ausência de um movimento de efectiva escolarização, o aprofundamento do assalariamento na economia urbana dos serviços de reduzido valor acrescentado e, sobretudo, a generalização, entre os jovens e os adultos do sexo masculino, do trabalho operário na construção civil: em 720 agentes com actividade económica, 133 têm um trabalho com estas características (ver, a propósito, a Figura 17).

FIGURA 17

Fracções de classe dos agentes economicamente activos, segundo o sexo (2007)



Fonte: Inquérito PFA, 2007.

Assim, e tal como se pode ver na figura onde procurámos sintetizar um ainda primeiro olhar exploratório sobre a estrutura do espaço social local⁶ (Figura 18), estruturou-se em Fonte Arcada uma divisão entre o aprofundamento da ruralidade – típica dos camponeses e, na realidade, de todas as fracções com ligação mais ou menos evidente à agricultura, e daqueles que, globalmente, pouco qualificados escolarmente, foram envelhecendo (primeiro factor, lado esquerdo do plano) – e o alargamento extrovertido do espaço social – mais jovem e envolvendo quase todas as fracções de classe não agrícolas (primeiro factor, lado direito do plano). Um segundo eixo de divisão opõe o assalariamento operário na indústria modal, com origens sociais na classe ou até com alguma sensibilidade ao central campesinato parcial (segundo factor, lado superior), aos minoritários, por vezes típicos de “novos rurais”,

⁶ Produto de uma análise de correspondências múltiplas (ACM), com selecção de modalidades activas, efectuada com recurso ao software informático SPAD (versão 5.0), a estrutura do espaço social assim produzida dinamiza um olhar sobre este organizado em torno de três variáveis activas: Grupo etário (4 modalidades usadas na análise), Fracção de classe da família dos indivíduos (10 modalidades usadas na análise; as restantes dimensões da variável foram, por maior exiguidade de efectivos, usadas em termos suplementares) e Capital escolar dos indivíduos (12 modalidades usadas na análise). Para além de tais variáveis, foram ainda consideradas em termos suplementares as variáveis Fracção de classe da família de origem do indivíduo, Sexo, Contexto de residência na freguesia e Estatuto da residência (principal ou secundária).

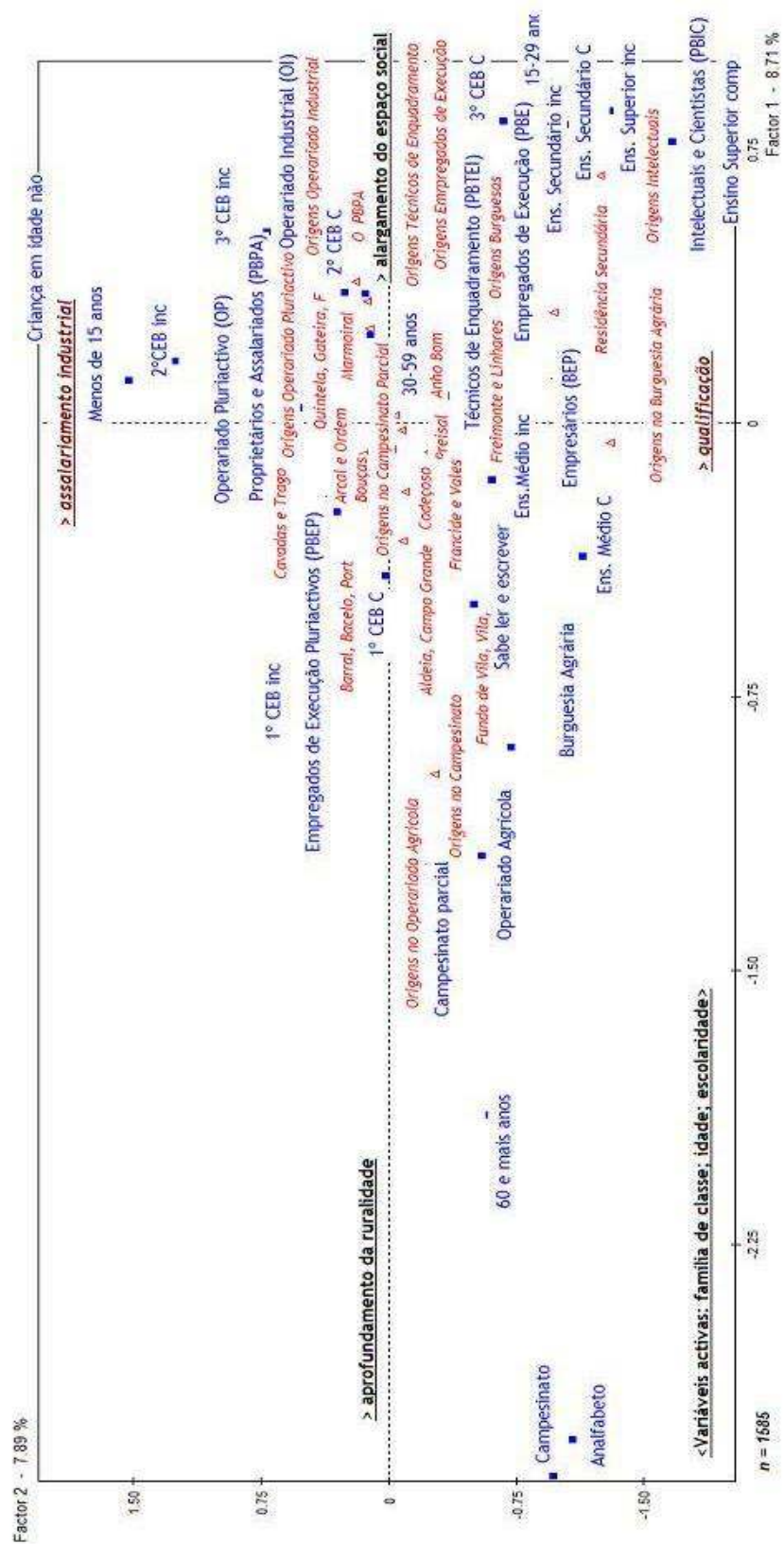
posicionamentos sociais qualificados em propriedade económica e em capital escolar (segundo factor, lado inferior).

Nesse sentido, e com isto termino, o muro de Berlim ainda lá está, mas, possivelmente, perdeu parte do significado social e simbólico que outrora lhe esteve ligado. Símbolo, mais ou menos esquecido, de uma luta entre a tradição e o progresso, entre o campo camponês e o campo do assalariamento na indústria e nos serviços, parafraseando Bourdieu, dos descampaneizados⁷, esse muro de Berlim, assim pensado, já não existe. A generalização do trabalho industrial e nos serviços retirou-lhe a resistência. Também aqui o muro caiu e Anho Bom tornou-se modal. De resto, no Berlim, no Café Berlim, não será difícil descobrir um dos novos motores do movimento centrífugo, que rarefaz, à procura de um melhor salário, qualificadamente os protagonistas sociabilitários da freguesia; entre os cartazes das festas dos santos da região, lá encontraremos um simples papel colado no vidro, que, para além de um número de telemóvel, não terá muita informação; dirá qualquer coisa como: Precisam-se de homens para trabalhar na construção civil; destino: Espanha.

A luta diária continua...

⁷ Vd. Pierre Bourdieu (2002), *Le Bal des Célibataires*, Paris, Seuil.

Divisões sociais em Fonte Arcada (2007)



Fonte: *Inquérito PFA*, 2007.

Valores e religiosidade: alguns apontamentos

João Ferreira de Almeida

A religiosidade, sobre a qual gostaria de deixar neste capítulo “alguns apontamentos”, deverá ser entendida como um sistema de valores, eles próprios constituindo referência para comportamentos.

O conceito de valores sociais, por seu turno, tenho-o no sentido de conjunto organizado de preferências dotadas de alguma estabilidade. Elas podem dizer respeito a indivíduos, a grupos, ou até a unidades sociais mais amplas e orientam as respectivas práticas.

Mesmo só do lugar da sociologia, a religiosidade – com as suas múltiplas formas de relação ao sagrado – é susceptível de ser analisada em diferentes perspectivas e com selecção de diferentes observáveis.

De entre esses níveis e planos de análise possíveis julgo que, neste contexto de trabalho de terreno em sede local, nos interessam essencialmente cinco, ligados muito de perto à observação empírica.

O primeiro diz respeito à componente sociográfica de auto-identificação religiosa, procurando apurar crenças genéricas numa dimensão transcendente e, em particular, adesões a uma religião específica.

As auto-identificações num determinado espaço ganham, evidentemente, em ser comparadas quer no tempo, quer com níveis regionais, nacionais e transnacionais.

Um segundo nível, ainda sociográfico, liga-se ao recenseamento da prática religiosa, que sempre interessa comparar com a auto-identificação.

No caso do catolicismo, pode ser observada, por exemplo, a frequência de cerimónias de passagem, de ritos únicos como o baptismo e o matrimónio. Mas o mais significativo será a contagem dos missalizantes regulares, ou seja, daqueles que cumprem o preceito da frequência pelo menos semanal da missa.

Sabe-se que, desde 1977, embora sem intervalos regulares, existem a esse respeito dados em Portugal.

Já numa perspectiva sociológica, importa estudar as componentes de poder, de influência e de intervenção das Igrejas enquanto instituições organizadas, entendendo poder e influência no seu sentido mais genérico de capacidade mais ou menos alargada e com pontos de aplicação diversificados.

Será o caso, por exemplo, do funcionamento como grupo de pressão sobre políticas públicas, ou a intervenção directa das Igrejas em dimensões sociais como a saúde, a assistência, a educação. Karel Dobbelaere identificava também, nestas últimas intervenções, modos de resistência ao chamado processo de secularização, construindo-se “pilares” como espaços autónomos de funções a desempenhar na vida social¹.

Num plano um pouco distinto, interessa depois olhar os prolongamentos do domínio estritamente religioso para o seu exterior. A sociologia avaliará aí influências que a religião exerce sobre valores e práticas das pessoas no seu dia a dia, influências por assim dizer difusas e independentes de estratégias intencionais das Igrejas.

Os domínios observáveis são neste caso os mais variados: desde logo as atitudes ético-morais, a cultura, a economia (recordem-se as propostas weberianas), a família, a educação, a política, as sociabilidades...

Um quinto e último ponto supõe um nível de análise sociológica metodologicamente mais intensivo. Os estudos de caso permitem, com efeito, olhar de perto, por exemplo, as relações entre a grande tradição religiosa (central e erudita) e as pequenas tradições (locais e populares).

Cabe aí, no nosso caso, avaliar transformações bem como diversidades coexistentes nos modos de viver a religiosidade e as relações, nos dois sentidos, com os contextos sociais.

O culto dos santos e o relacionamento com os párocos constituirão porventura observáveis estratégicos, já que se trata de formas de mediação com o sagrado de diferente natureza, mas ambas de grande importância nas comunidades rurais portuguesas.

Mas também cabe aí, por exemplo, a análise da modernização e do conservadorismo em matéria de crenças, de práticas e de rituais. Ou as formas de socialização religiosa, os seus instrumentos e a sua eficácia. Ou os eventuais conflitos que a propósito de religião se geram. E, duma forma mais geral, tudo o que de relevante possa a este propósito resultar da observação atenta e sistemática dos processos locais.

Não se trata, agora, de seguir ordenadamente os cinco aspectos enunciados e muito menos de preencher cada um deles com informação sistemática. Nem ela está ainda disponível, nem, se existisse, haveria nesta ocasião oportunidade para a expor. Limitar-me-ei a “alguns apontamentos”, como no título deste capítulo se promete.

¹ Cf. Karel Dobbelaere (1981), “Secularization: a multi-dimensional concept”, *Current Sociology*, 29 (2).

As duas dimensões sociográficas que deixei mencionadas estão razoavelmente documentadas para diferentes espaços.

A título de enquadramento genérico, e para se ter referências do contexto europeu, é útil recorrer à informação mais recente proveniente do *European Social Survey* (ESS), aplicado em 2006.

Os resultados referentes à auto-identificação religiosa na Europa permitem duas verificações.

Por um lado, em todos os países, com a excepção de Chipre, em que praticamente existe paridade, é sistemática e significativamente mais elevada a auto-identificação religiosa das mulheres.

Por outro lado, revelam-se muito fortes as diferenças intra-europeias de religiosidade declarada. Ela não ultrapassa 30% na Suécia e na Estónia; fica ainda abaixo de 50% no Reino Unido, França, Holanda, Bélgica, Eslovénia e Rússia; está, pelo contrário, acima dos 70% na Áustria, Suíça, Irlanda, Polónia, Eslováquia, Bulgária, Chipre, Espanha, Portugal e Ucrânia.

Mas mesmo no conjunto destes últimos países, quando passamos aos indicadores de prática – frequência regular de serviços religiosos – os valores apurados são baixos ou muito baixos, com as excepções da Polónia e da Irlanda.

Vejamos agora o que se pode dizer sobre Fonte Arcada, comparando com outros espaços nacionais.

A auto-identificação católica em Portugal é como se sabe muito elevada, ultrapassando os 80% da população. Em Fonte Arcada, porém, confirmando tendência antiga na freguesia, tal como também no conjunto de Penafiel, ela é esmagadora: 95,7% dos respondentes ao nosso inquérito de 2007 declaram-se católicos, com apenas 2,4% identificando-se como “indiferentes”.

No que se refere agora aos missalizantes pelo menos semanais, já se lembrou que existem recenseamentos de iniciativa da Conferência Episcopal, com dados para o território português. O primeiro foi aplicado em 1977, seguindo-se os de 1991 e 2001.

Para o conjunto da Diocese do Porto, os valores para as três datas são, respectivamente 35,1%, 29,1% e 22%. Mais altas do que na média nacional, que era de 28% em 1977 e 26% em 1991. O concelho de Penafiel tinha, em 2001, 38,5% de missalizantes regulares e Fonte Arcada 36,1%.

O inquérito directamente aplicado em 2007 ao conjunto dos fontarcadenses resultou, por seu turno, no apuramento declarado de 41,2% de missalizantes regulares e de 42,1% que responderam “raramente ou nunca” irem à missa. Na entrevista que lhe foi feita, o pároco Paulo Jorge era um pouco mais pessimista, já que avaliava em 30 a 40% os paroquianos com efectiva prática religiosa e apenas 10% os que mantinham regularmente essa prática. Visão mais pessimista que parece corroborada por uma outra entrevista a uma catequista residente,

na opinião da qual “a igreja não enche hoje tanto como dantes”, no tempo dos padres Joaquim e Leal: “as pessoas dizem que estão cansadas”.

São estes os dados disponíveis, que, se apontam para a tendência de algum declínio da prática, não deixam de igualmente revelar, no que a Fonte Arcada respeita e apesar de as fontes não serem inteiramente congruentes, um ainda alto nível comparativo de religiosidade, mesmo na sua dimensão de prática regular, com o que isso implica no reforço de socializações cruzadas. Há também que recordar que o peso feminino nos missalizantes, em toda a Diocese do Porto, ultrapassa consistentemente os 60%.

António Teixeira Fernandes, num novo livro que escreveu sobre estes temas, ao analisar a prática dominical, chama a atenção para as diversidades regionais e locais e para os efeitos que podem ter em termos de religião. E mostra que mesmo a Diocese do Porto constitui um “mosaico” de espaços com diferentes dinamismos. De uma forma global, no entanto, identifica a passagem da “identidade confessional” a uma “identidade religiosa” ou ao “abandono”. Essa “identidade religiosa” – correspondendo *grosso modo* à auto-identificação católica – mesmo que conserve a referência cultural à Igreja, não se traduz necessariamente em prática colectiva, nem na aceitação da totalidade das respectivas crenças e normas. É o que Teixeira Fernandes designa por “fim da cultura paroquial”².

Quando, como em Fonte Arcada, o “habitus” religioso conserva vitalidade, ele funciona, para usar uma expressão de Bourdieu, como uma bússola, ou seja, como uma orientação de valores capaz de organizar comportamentos. Hoje, de resto, Bourdieu diria porventura que os sistemas de disposições funcionam mais como GPS, já que estes se não limitam a fornecer indicações de sentido mas também situam no espaço, o que, para prolongar a metáfora, corresponde a definições identitárias.

Parece, por outro lado, que na freguesia continua a não se verificar coexistência real do catolicismo com outras formas de culto, o que faz que não tenha localmente relevo, do ponto de vista prático, a questão da pluralidade religiosa, ao contrário do que vai crescentemente acontecendo noutros espaços nacionais e, em particular, noutros países europeus. Helena Vilaça dedicou ao tema um muito interessante livro a partir da sua tese de doutoramento³.

Mas então nada estará a mudar nesse plano em Fonte Arcada, à parte algum declínio da prática religiosa?

Weber, como é sabido, é o autor clássico de referência no estudo dos efeitos das crenças religiosas nas estruturas sociais e, em particular, nas suas dimensões económicas.

Foi ele quem primeiro também falou de um progressivo “desencantamento do mundo”. A um tempo em que toda a vida social estava impregnada pelo sagrado, ia sucedendo, nas nossas sociedades a caminho da modernidade, a separação cada vez mais nítida entre esse domínio

² Cf. António Teixeira Fernandes (2004), *Prática Dominical: sua redefinição em novos universos simbólicos*, Porto, Fundação “Voz Portucalense”.

³ Vd. Helena Vilaça (2006), *Da Torre de Babel às Terras Prometidas. Pluralismo religioso em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

do sagrado e o domínio em que prevalecem racionalidades laicas. Durkheim diagnosticava também a perda de terreno da religião no conjunto do espaço social.

A afirmação da modernidade trouxe consigo, no plano analítico, dois conceitos geralmente convocados para dar conta das evoluções entrevistadas pelos autores clássicos: são eles a secularização e a individualização.

A secularização, sem o ser exclusivamente, é um conceito de aplicação *macro*. Ele denota o processo de laicização genérica da vida social, com traduções múltiplas, como, por exemplo, e no plano político, as diferentes modalidades de separação entre a Igreja e o Estado.

De uma forma geral, o plano do sagrado, como o da crença e da prática religiosas, passou a ocupar um domínio próprio, distinto e, por assim dizer, especializado, ainda que reconhecido e influente.

As racionalidades de tipo laico e de tipo religioso coexistem assim no plano societal, como também no plano individual ou grupal. Claro que nem sempre são historicamente pacíficas essas coexistências, havendo também situações de confronto e de conflito.

O outro conceito, o de individualização, procura dar conta da tendência contemporânea, ainda uma vez em sociedades do tipo da nossa, para que cada pessoa se sinta no direito de fazer as suas próprias opções no plano simbólico – o das representações e dos valores – como no plano dos comportamentos.

Às situações tradicionais de prevalência de lógicas institucionais ou comunitárias, bem como da influência global e totalizante de cada sistema de valores – de cada ideologia –vão sucedendo, por parte dos indivíduos, adesões condicionais, parciais e revisíveis.

Talvez valha a pena ilustrar com um exemplo remetendo para o plano institucional.

O matrimónio outrora indissolúvel foi sendo substituído por uma forma de casamento que sem necessariamente abandonar dimensões sacramentais ou patrimoniais, passou a dar forte centralidade às dimensões propriamente afectivas. A avaliação por cada um dos cônjuges do seu bem estar individual pode então afectar a própria continuidade do laço, já que se considera que a família está bem apenas quando nela estão bem cada um dos seus membros. E a possibilidade de divórcio, por exemplo, tal como a possibilidade “normal” de renovação afectiva, estão entre as resultantes deste novo estado de coisas.

É curioso notar que, em Portugal, com os seus mais de 80% de católicos auto-identificados, só 14% digam que o casamento deve sempre manter-se para preservar a família, percentagem que apenas sobe para 20% entre os católicos praticantes⁴.

A primeira coisa a reconhecer em relação às ideologias, entendidas como sistemas mais ou menos organizados e coerentes de valores, é que não desapareceram – o anúncio feito por alguns da sua morte foi manifestamente prematuro.

⁴ Cf. Anália Torres (2002), *O Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta Editora.

O que mudou, isso sim, foi o tipo de relação das pessoas com essas ideologias.

Chamei “artesanato das ideias” à tendência afirmada e crescente de cada um ir buscar, mesmo a sistemas ideológicos eventualmente contraditórios, os valores que considera adequados para guiar os seus próprios caminhos. Será esse reivindicado direito de seleccionar e combinar ingredientes do plano simbólico na procura da realização pessoal, de ensaiar e praticar hibridações, que porventura constitui a marca mais importante da chamada individualização.

Saliente-se que são significativos, no tema que nos ocupa, os efeitos conjugados dos processos de secularização e de individualização.

Autores como Thomas Luckmann dizem que estaríamos perante uma “privatização” da atitude religiosa, consequência da segmentação/especialização institucional. Ou seja, a autonomia da religião levaria a “religiosidades auto-construídas”⁵. Seria, por assim dizer, o culminar de um processo que Peter Berger radica no protestantismo, com a ideia, como ele diz, de “um Deus radicalmente transcendente e de um mundo radicalmente humano”⁶. Ainda a ideia weberiana do desencantamento do mundo.

Talvez seja um pouco excessiva essa noção de privatização da atitude religiosa se tivermos em conta a importância conservada pelo culto, pela reunião regular dos crentes, pela partilha colectiva.

Em contrapartida, a noção de “protestantização” do catolicismo pode ajudar a traduzir alguns aspectos de evolução.

Por um lado, parece assistir-se, não sem resistências, ao relativo esmorecimento de certas antropomorfizações nas crenças em sede mais rural, ou seja, a uma certa “purificação” da fé e alguma renúncia a mediações na relação com o transcendente. Por outro, e sobretudo, é clara, por parte de muitos católicos, a busca de interpretações mais livres do que a Igreja prescreve, com escolha de caminhos próprios de cada um em matéria de fé e de comportamento.

O nosso inquérito em Fonte Arcada ilustra indirectamente as tendências referidas, quando, por exemplo, perante a afirmação “para ser religioso é necessário estar ligado a uma Igreja ou confissão religiosa” 75,6% dos inquiridos dizem que não e apenas 22,3% respondem afirmativamente.

Dito isto, a religiosidade em espaços dominantemente rurais sempre teve especificidades. Elas mantêm-se em parte, sem deixarem de sofrer impactos de “contaminações” várias.

Em Portugal, a desruralização comparativamente rápida a partir dos anos 60 do século passado contribuiu poderosamente para acelerar essas contaminações.

⁵ Cf. Thomas Luckmann (1974), *The Invisible Religion. The problem of religion in modern society*, New York, Macmillan Publishing Co..

⁶ Peter L. Berger (1967), *The Sacred Canopy. Elements of a sociological theory of religion*, New York, Doubleday & Company, p. 112.

Não se engana certamente o actual pároco, há quatro anos em Fonte Arcada, quando aponta, entre as causas do relativo alheamento dos paroquianos, o facto de trabalharem no Porto muitos, e desde muito cedo. Atribui as influências negativas do ponto de vista religioso ao que vem de fora: “...é um fenómeno da cidade, acho eu”, dizia-nos em entrevista.

Nos campos foi persistindo longamente um certo “paganismo”, uma espécie de panteísmo provindo do contacto íntimo e continuado com a natureza, da submissão às suas áleas e aos seus recorrentes ritmos, que o calendário litúrgico veio depois a acompanhar e a organizar.

Sempre houve alguma distância entre a “grande tradição” religiosa, produzida e conservada a partir da centralidade da Igreja e as “pequenas tradições” regionais e locais, as chamadas religiões populares, com as suas necessidades traduzidas em procuras específicas e desembocando geralmente em hibridações adaptativas.

A religiosidade camponesa e popular tende a articular formas de conformidade/submissão às regras definidas pelos representantes legítimos da Igreja – em particular em matéria de culto – com elementos de auto-consumo religioso, por vezes assimilados à magia, à superstição e ao paganismo.

O culto personalizado de santos, eles próprios com características distintivas e frequentemente especializadas, constitui justamente um meio de chamar para mais perto, para antropomorfizar, um Deus abstracto. Claro que nem sempre isso era bem visto pelos párocos mais modernizantes.

Ouvimos nos anos 1970, da parte de paroquianos insatisfeitos, expressões como: “os novos padres são iguais aos protestantes; querem arrumar com os santos”, ou “os padres derrotaram um pouco a nossa freguesia”.

Pudemos, no passado, de resto, reconstituir na memória e no relato dos vizinhos, episódios mais ou menos coloridos do relacionamento com os párocos, desde os inícios da 1ª República.

Lembrava-se ainda, com efeito, a prisão e a libertação de um padre, em 1913. Veio depois um pároco popular, moderadamente modernizador e “purificador”, que ficou na freguesia até quase ao termo da 2ª Guerra. De 1943 até finais dos anos 1970 esteve em Fonte Arcada o último padre residente, que pudemos aliás entrevistar em 1977.

Contou que se tinha declarado “lusófilo”, i.e. democrata, durante a guerra, contra uma maioria de padres germanófilos e dizia-se tolerante com os comunistas, embora preocupado, no pós-Abril.

Em matéria de liturgia assumia um progressismo que o levou a inaugurar a “missa nova”, de frente para o povo.

Como se imagina, transformações tão significativas, bem acolhidas por alguns, não deixaram de ser contestadas por outros.

Atribuía-se-lhe, por outro lado, misoginia: a extinção da Juventude Católica (que também atingiu a Liga Eucarística) teria resultado da sua permanente desconfiança em relação às raparigas: ele achava que as reuniões eram pretexto para erotismos encapotados. E também recusava a abertura do salão paroquial a tudo o que não fosse casamento ou baptismo. Havia ainda quem lhe apontasse comportamentos autocráticos, tratamento de favor e reverência a notáveis locais e ainda tomadas de posição políticas e partidárias na igreja. Finalmente, teria tido origem num relatório negativo por ele elaborado sobre a freguesia e os paroquianos a decisão de impedir um substituto residente quando ele faleceu.

Fosse ou não essa a razão, é certo que o padre que lhe sucedeu ficou à frente de três paróquias e deixou de residir em Fonte Arcada. E isso muitos vizinhos não perdoavam: “os padres novos não querem trabalhar; querem cumprir a obrigação da missa e depois estarem livres para passear de carro”, desabafou um deles. O automóvel surgia assim como o indesejável símbolo de mobilidade entre três freguesias, como instrumento de inaceitável ausência e abandono.

Muitos apreciavam, no entanto, o empenho do pároco na “purificação” dos actos de culto e nos sacramentos, as imposições que fez de maior preparação e de maior rigor, a eliminação de certas componentes dramáticas na comunhão solene. Outra das suas controversas iniciativas foi a de cancelar os “leilões do menino Jesus”.

Pároco activo e determinado nas suas opções, as aprovações e as críticas tinham de resultar da própria heterogeneidade dos paroquianos. Os mais tradicionalistas não podiam aprovar aquele que só designavam por “padre de Lagares”, mas a verdade é que já nessa altura se tratava de um sector envelhecido, em perda de protagonismo, de influência e de dimensão. Estavam progressivamente a ficar de fora da nova oferta de bens religiosos, que não lhes convinha nem aprovavam. Outros, em contrapartida, valorizavam a cedência do salão paroquial para reuniões do clube de futebol, para a catequese, desde 1979, para os cursos de preparação para o matrimónio.

O pároco actual não deixa ele próprio de referir a existência de conflitos na freguesia mas minimiza-os, considerando-os “tempestades em copo de água”. A sua visão global não é, em todo o caso, muito positiva. Queixa-se, por exemplo, que, sendo fácil entusiasmar os jovens paroquianos para actividades positivas, já se torna muito difícil que o entusiasmo perdure. E acha que têm tido escasso êxito os esforços no sentido de construir o salão paroquial, de dinamizar os “leilões”, entretanto retomados, de valorizar o S. Tiago, padroeiro da paróquia. Mas diz também que já é reconhecido como o “nosso padre”, muito embora mantenha a situação de não residência.

Na apreciação de uma participante do Grupo de Jovens, o padre é “rígido” e de “ideias feitas” mas é mais “presente” e chama mais os jovens. Em contrapartida diz-nos também que os mais velhos continuam ainda a resistir ao “novo estilo”.

A Igreja, através dos seus representantes legítimos nas comunidades aldeãs, tinha outrora uma particular centralidade, reforçada também por mediações extra-religiosas com a

sociedade exterior que os padres estavam em condições de desempenhar em benefício dos seus paroquianos.

Os tempos mudaram e algumas dessas funcionalidades perderam importância ou desapareceram. Mas em espaços como Fonte Arcada, onde a Igreja continua a ter vitalidade e a constituir elemento organizador importante da vida local, o relacionamento das populações com os seus párocos é ainda um bom revelador dos processos sociais e da evolução dos valores.

No quadro das reflexões sobre este “ir e voltar”, ocorreu-me uma pergunta porventura não muito interessante: os trinta anos que vão de 1950 ao nosso primeiro “ir” terão assistido a maiores ou menores modificações sociais do que os trinta seguintes que o nosso “voltar” nos revela?

É inegável a evidência de muitas transformações recentes e da sua importância, em particular em dimensões sociodemográficas.

Julgo, em todo o caso, que houve duas mutações de enorme impacto ainda antes do final dos anos 1970: refiro-me a Abril e às suas consequências, por um lado, e ao processo de rápida desruralização do espaço português. Já um outro fenómeno maior que esses anos trouxeram ao país – a feminização do trabalho exterior – esperou mais tempo para se repercutir de forma significativa na freguesia.

Aqui, foram evidentemente específicos os impactos dos dois primeiros processos e em particular o crescimento da pendularidade implicou dinâmicas pluridimensionais de acentuada importância.

Alguns dos efeitos até se expressaram na conservação, no essencial, de estruturas agrárias e produtivas, já que a pendularidade, com o seu semi-abandono da agricultura, funcionou como uma espécie de equivalente funcional da modernização agrícola, a qual não teve sequer de ser ensaiada. Foram claras e múltiplas, no entanto, as mudanças implicadas na prevalência da pendularidade: elas vão da recomposição social e classista às formas e conteúdos das socializações, dos habitus aos valores, ou seja, ela contribuiu para transtornar globalmente a lógica dos processos dominantes e imprimiu em Fonte Arcada marcas que ainda hoje duram e se aprofundam.

Se se mantiver a lógica deste ir e voltar da pesquisa, desta peculiar pendularidade de longo prazo, poderá então verificar-se por que caminhos terá a história conduzido a freguesia nos próximos trinta anos.

Nota sobre comportamentos político-eleitorais

José Luís Casanova

1. Introdução

Neste capítulo serão apresentados alguns dados já tratados relativos a comportamentos político-eleitorais na freguesia de Fonte Arcada. Trata-se de uma observação ainda incompleta e essencialmente descritiva de parte dos dados que têm vindo a ser recolhidos nesta pesquisa. Sempre que existam dados que permitam uma comparação pertinente, recorre-se a análises no plano concelhio e nacional.

O capítulo encontra-se dividido em duas partes, que envolvem dois conjuntos distintos de informação disponível. Começa-se pelos resultados mais globais sobre participação cívica e política obtidos na sequência da realização, em 2007, de um inquérito por questionário a uma amostra da população da freguesia, resultados que fornecem, portanto, uma imagem actual destes aspectos da vida social dos fontarcadenses. De seguida, focaliza-se a atenção nos resultados de eleições e referendos existentes no Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral (STAPE), que permitem uma análise diacrónica (1974-2006) e comparativa (entre a freguesia de Fonte Arcada, o concelho de Penafiel e o país) desta dimensão particular dos comportamentos político-eleitorais.

2. Fonte Arcada, 2007: indicadores de participação cívica e política

No âmbito da participação cívica e política são contemplados dados relativos à participação em organizações, a tipos de actividade cívica e política, às razões para não votar e ao hábito de discutir temas políticos. Além dos apuramentos globais, é depois avaliada, com base em indicadores genéricos de caracterização social, a variação em algumas das práticas consideradas.

2.1. Participação em organizações

Em Fonte Arcada, a participação em organizações é, em geral, baixa ou residual. Os valores percentuais dos que não são membros nem participam varia entre 84,5% e 97,1%.

As organizações em que a participação é mais baixa são as associações profissionais. Seguem-se os partidos políticos e os sindicatos. E é nas associações culturais ou recreativas e clubes desportivos que o défice de participação é menos marcado.

QUADRO 27

Participação em organizações por parte dos residentes em Fonte Arcada (2007)

	Organização				
	Assoc. Cultural ou Recr.	Clube Desport.	Sindicato	Partido Político	Assoc. Profiss.
Militância muito activa, com desempenho de cargos	2,1	1,8	0,5	1,5	0,0
Militância activa, sem desempenho de cargos	0,6	0,9	1,0	1,8	0,5
Membro e participante nas actividades ou utilizador dos serviços	3,7	4,3	2,0	0,0	0,0
Membro e participante muito esporádico nas actividades	2,7	3,0	1,5	0,9	1,0
Membro, mas não participante	3,0	1,8	4,9	0,9	0,0
Não membro, mas participante	3,4	3,7	1,5	2,4	1,5
Não membro e não participante	84,5	84,5	88,2	92,1	97,1
NS/NR	0,0	0,0	0,5	0,3	0,0
Total	100	100	100	100	100
	(N=328)	(N=328)	(N=204)*	(N=328)	(N=204)*

Fontes: *Inquérito PFA*, 2007 (dados preliminares).

* Valores reportados apenas à população activa.

Apesar de tudo, encontram-se pessoas em quase todas as possibilidades de resposta, com excepção dos casos das associações profissionais e dos partidos políticos.

A participação diminui, portanto, quando passamos da esfera local – recreativa e desportiva –, para as esferas mais societárias – sindicais, partidárias e, sobretudo, profissionais.

2.2. Actividade cívica e política

Os valores respeitantes a diversas actividades cívicas e políticas desempenhadas no ano anterior à data da inquirição são também, em geral, muito baixos. O hábito de votar nas eleições legislativas é, não obstante, bastante elevado.

Do conjunto de actividades realizadas destaca-se o contacto directo com um político (trata-se do presidente da Junta de Freguesia), seguida da participação em debates ou sessões de esclarecimento.

QUADRO 28
Actividades cívicas e políticas dos residentes em Fonte Arcada (2007)

	Sim	Não
(N = 328)	%	
Contactar directamente um político	15,9	84,1
Participar num debate/sessão de esclarecimento	13,7	86,3
Assinar uma petição ou abaixo-assinado	8,8	91,2
Organizar uma reunião/encontro	6,4	93,6
Desenvolver actividade num partido ou grupo de activistas	4,3	95,7
Fazer greve	4,0	96,0
Colar cartazes e distribuir panfletos	3,0	97,0
Escrever uma carta para um jornal	2,4	97,6
Participar numa manifestação	1,2	98,8
Bloquear uma estrada/linha férrea	0,0	100,0

Fonte: *Inquérito PFA*, 2007 (dados preliminares).

A percentagem dos que dizem votar regularmente nas legislativas é de 93,2%, mas os valores efectivos presentes nos dados do STAPE referem apenas 71,5% nas legislativas de 2005, ou uma média de 67,9% nas últimas quatro eleições para a Assembleia da República.

Isto significa que pelo menos 21,7% parecem ter incorporado esta norma cívica e apoiar valorativamente a prática eleitoral, sem contudo participarem efectivamente nela.

Se tivermos em conta resultados de 2001 de um estudo europeu que inclui referência ao caso nacional, é possível apontar algumas ilações em termos comparativos, ainda que sujeitas a confirmação, já que as condições de comparatividade são grosseiras pois, por exemplo, o

questionário utilizado nos dois inquéritos não é o mesmo e o processo de amostragem é também diferente¹.

A participação é mais elevada na freguesia de Fonte Arcada por relação à média nacional nos casos do voto, do contacto com um político, das sessões de debate e da subscrição de petições, sendo inferior ao valor médio do país nas manifestações e greves. A percentagem referente à colaboração com um partido político é idêntica nos dois níveis de análise².

Ou seja, a freguesia de Fonte Arcada parece destacar-se do panorama nacional na participação eleitoral e no contacto ou colaboração com instituições de representação política, mas fica aquém da média do país na participação de protesto (com excepção da subscrição de petições).

2.3. Razões para não votar

Do conjunto daqueles que declaram não votar habitualmente nas legislativas na amostra de Fonte Arcada, metade justifica-se com a falta de interesse por política. Os que dizem não gostar nem confiar em partidos são os que se seguem em maior proporção.

Não perceber nada de política e ausência de temas importantes em jogo são as outras razões apontadas, ainda com algumas respostas, para não se votar.

QUADRO 29

Razões para não votar apontadas pelos fontarcadenses que assumiram ter essa atitude perante os actos eleitorais (2007)

	N.º	%
Não me interessa por política	10	50,0
Não gosto de partidos nem confio em partidos	7	35,0
Outra razão	3	15,0
Total	20	100

Fonte: *Inquérito PFA*, 2007 (dados preliminares).

A declaração de incompetência para a participação eleitoral é residual, se bem que o desinteresse pela política possa, pelo menos em parte, ser interpretado como uma atitude assente em falta de informação e de reflexão neste âmbito.

¹ Cf. José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria (2007), “Participação política: o caso português numa perspectiva comparativa europeia”, in José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud (orgs.), *Instituições e Política – Portugal no Contexto Europeu*, vol. 1, Oeiras, CIES-ISCTE/Celta Editora.

² Os resultados relativos a Portugal são os seguintes: voto nas legislativas, 73,5%; contacto com político, 4,9%; participação em reunião política ou comício, 4,2%; assinar petição, 5,9%; participação em manifestação, 2,7%; participação em greve, 4,4%; colaboração com partido político, 4,2%. Cf. o trabalho, citado na nota anterior, de José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria.

Não gostar de partidos não é o mesmo que não confiar neles; enquanto a segunda parte da afirmação é de distanciamento, mas não envolve necessariamente um avaliação negativa da democracia parlamentar, denotando uma atitude sobretudo defensiva, a primeira parte da frase pode eventualmente transmitir uma rejeição desta forma de organização política. Como as duas respostas estão numa só modalidade, não é possível observar tendências específicas.

Naturalmente, dados os pequenos valores em causa, estes resultados são fundamentalmente ilustrativos.

2.4. Hábito de discussão de temas políticos

A maior parte da população da freguesia de Fonte Arcada nunca ou raramente discute temas políticos. Estas duas possibilidades de resposta abarcam cerca de 70% da amostra; os que declaram abertamente nunca discutir estes temas são 41%.

Apesar de tudo, há ainda um grupo considerável (perto de 30% dos respondentes) que afirma discutir estes temas regularmente com toda a gente ou sobretudo com a família.

QUADRO 30
Hábito de discussão de temas políticos pelos fontarcadenses (2007)

	N.º	%
Não, nunca discuto	135	41,2
Não, raramente discuto	94	28,7
Sim, regularmente com toda a gente	42	12,8
Sim, com a família	36	11,0
Sim, com os amigos	18	5,5
Sim, com os colegas de trabalho	3	0,9
Total	328	100

Fonte: *Inquérito PFA*, 2007 (dados preliminares).

Dado que a percentagem dos que participam de modo frequente no processo eleitoral é substancialmente maior do que este último valor, isto significa que uma parte muito significativa desta participação não se baseia na troca e no debate de ideias políticas.

2.5. Características sociográficas dos indivíduos que não discutem política, dos “activistas”, dos votantes regulares e dos não recenseados

Uma primeira análise das características sociográficas dos indivíduos que nunca ou raramente discutem temas políticos apenas revela que as diferenças percentuais nas respostas se devem às proporções das categorias na amostra (% em coluna).

A observação das percentagens em linha, entretanto, permite-nos afirmar que o défice de discussão destes temas é particularmente relevante na população com escolaridade mais baixa, feminina, inactiva e jovem (se bem que o peso nos mais idosos também seja elevado).

QUADRO 31

Características sociográficas dos fontarcadenses que nunca ou raramente discutem política (2007)

(N = 229)	Amostra (% coluna)	% em coluna	% em linha
<i>Sexo</i>			
Masculino	47,3	44,1	65,2
Feminino	52,7	55,9	74,0
<i>Grupo etário</i>			
15-29 anos	28,0	30,1	75,0
30-59 anos	53,7	51,1	66,5
60 e mais anos	18,3	18,8	71,7
<i>Condição perante a actividade económica</i>			
Activo	62,2	60,3	67,7
Inactivo	37,8	39,7	73,4
<i>Nível de escolaridade</i>			
Até 6 anos de escolaridade	61,0	64,6	74,0
7-12 anos de escolaridade	30,2	30,6	70,7
Mais de 12 anos de escolaridade	8,8	4,8	37,9

Fonte: Inquérito PFA, 2007 (dados preliminares).

Fez-se uma selecção dos inquiridos que participaram em três ou mais iniciativas de cariz cívico-político no ano anterior à data da inquirição, com vista a analisar as características da população mais activista.

Chegou-se a um número reduzido de inquiridos (28), mas que permite, apesar de tudo, apontar algumas tendências.

QUADRO 32
Características sociográficas do grupo dos “activistas” (2007)

(N = 28)	Amostra (% coluna)	% em coluna	% em linha
<i>Sexo</i>			
Masculino	47,3	75,0	13,6
Feminino	52,7	25,0	4,0
<i>Grupo etário</i>			
15-29 anos	28,0	39,3	12,0
30-59 anos	53,7	53,6	8,5
60 e mais anos	18,3	7,1	3,3
<i>Condição perante a actividade económica</i>			
Activo	62,2	75,0	10,3
Inactivo	37,8	25,0	5,7
<i>Nível de escolaridade</i>			
Até 6 anos de escolaridade	61,0	32,1	4,5
7-12 anos de escolaridade	30,2	35,7	10,1
Mais de 12 anos de escolaridade	8,8	32,1	31,0

Fonte: *Inquérito PFA*, 2007 (dados preliminares).

Aqui, as diferenças percentuais em coluna entre as respostas não se devem tão claramente às características da amostra, como no caso anterior, o que pode ficar a dever-se à pequena dimensão desta sub-amostra, mas a análise das percentagens em linha fornece resultados bastante claros: os activistas têm maior presença entre as pessoas com graus de escolaridade elevados, activas, jovens e do sexo masculino.

Prolongou-se esta análise das características sociais também aos inquiridos que dizem votar regularmente nas eleições legislativas. Neste caso, chegou-se a uma sub-amostra de 294 indivíduos.

QUADRO 33
Características sociográficas do grupo dos “votantes regulares” (2007)

(N = 294)	Amostra (% coluna)	% em coluna	% em linha
<i>Sexo</i>			
Masculino	47,3	46,7	92,1
Feminino	52,7	53,3	94,1
<i>Grupo etário</i>			
15-29 anos	20,4	19,7	90,0
30-59 anos	59,5	59,5	93,1
60 e mais anos	20,1	20,8	96,6
<i>Condição perante a actividade económica</i>			
Activo	66,3	66,1	92,8
Inactivo	33,7	33,9	93,9
<i>Nível de escolaridade</i>			
Até 6 anos de escolaridade	66,4	66,0	92,8
7-12 anos de escolaridade	24,1	24,1	93,0
Mais de 12 anos de escolaridade	9,5	9,9	96,4

Fonte: Inquérito PFA, 2007 (dados preliminares).

Volta a verificar-se aqui que as percentagens em coluna das respostas reflectem o perfil de dominância na amostra.

Mas as percentagens em linha demonstram que os que se afirmam votantes regulares têm maior expressão entre os mais idosos, os que têm graus de escolaridade mais elevados, as mulheres e os inactivos.

Para complementar estes resultados, analisou-se ainda a população inquirida com 18 ou mais anos que diz não estar recenseada. Foram apurados apenas nove casos, o que fragiliza o alcance da análise bivariada, mas registe-se que a falta de recenseamento está mais presente entre os que têm idades entre os 18 e os 29 anos, o sexo feminino, os inactivos (por uma diferença mínima), e os que têm entre 7 e 12 anos de escolaridade (logo seguidos pelos que têm até 6 anos de idade).

No global, os dados mostram, sem surpresa, que o grau de escolaridade é, do conjunto de indicadores considerado, o mais importante e o que mais sistematicamente se evidencia na diferenciação dos comportamentos cívico-políticos analisados: é nos mais escolarizados que sobressai o activismo e o voto regular, enquanto nos menos escolarizados se destacam os que raramente ou nunca discutem temas políticos e os que não se recensearam.

No sexo feminino, encontramos resultados dissonantes: é nesta categoria social que menos se discutem temas políticos, que há menos activistas e que há mais pessoas não recenseadas, mas é também aí que o peso dos votantes é maior.

Nos jovens também se observa esta inconsistência, pois é nesta categoria que menos se discutem assuntos políticos, que há mais pessoas que não se recensearam, e que há menos votantes, mas é igualmente aqui que existem mais activistas.

Alguns dos resultados são imediatamente sobreponíveis; nos inactivos, por exemplo, contam-se proporções mais elevadas de idosos (e alguns jovens) e do sexo feminino. A maior expressão nesta população dos que menos discutem assuntos políticos e dos que não se recensearam deverá ficar a dever-se a essas sobreposições.

3. Eleições e referendos (1974-2006)

Neste ponto apresentam-se, como se disse no início do capítulo, os resultados de eleições e referendos realizados entre 1974 e 2006 disponibilizados pelo STAPE. Estes resultados referem-se a 32 eventos políticos particulares (só não se disponibiliza informação relativa ao último referendo à interrupção voluntária da gravidez) e estão arrumados em três níveis de análise: a freguesia de Fonte Arcada, o concelho de Penafiel e o país.

Numa primeira parte apresentam-se dados básicos sobre os eleitores inscritos, seguindo-se uma análise descritiva sobre votantes e abstenção, votos brancos e nulos e entidades mais votadas. No final definem-se algumas características político-partidárias da freguesia de Fonte Arcada e faz-se uma comparação entre as características desta freguesia, do concelho de Penafiel e do país.

3.1. Eleitores inscritos

O número de eleitores inscritos na Freguesia de Fonte Arcada era de 784 nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 e de 1126 no acto eleitoral para a Presidência da República de 2006.

Entre 1975 e 1999, o número de eleitores cresce cerca de 38%, de forma relativamente regular, verificando-se apenas ligeiras quebras em cinco momentos e por variações negativas insignificantes.

Desde 1999, e até 2005, observa-se uma tendência de decréscimo do número de eleitores, ainda que não muito expressiva.

3.2. Votantes e abstenção

A freguesia de Fonte Arcada apenas apresenta percentagens de abstenção superiores à média nacional em quatro casos: nas eleições para a Assembleia da República de 1983 e 1985, na primeira volta da eleição para a Presidência da República de 1986 e no Referendo às Regiões

Administrativas de 1998. Noutros cinco eventos, essa percentagem é mais ou menos a mesma que a nacional, sendo eles as eleições para a Assembleia em 1976 e para a Presidência da República em 1976 e 1980 e as eleições para o Parlamento Europeu em 1989 e 1994. Em todas as restantes situações a abstenção nesta freguesia é sempre inferior à do país.

Todavia, a percentagem de não-votantes na freguesia é, em geral, superior à do concelho de Penafiel. Apenas no Referendo à Interrupção Voluntária da Gravidez de 1998, na eleição para o Parlamento Europeu de 1999 e nas eleições para a Presidência da República de 2001 e 2006 a abstenção é maior no concelho de Penafiel do que na freguesia de Fonte Arcada. Nas eleições seguintes, a proporção de votantes volta a ser maior na freguesia, mas por diferenças mínimas.

A trajectória da abstenção na freguesia acompanha tendências globais, como a nacional, verificando-se um aumento continuado da percentagem de não-votantes desde 1974, percentagem esta que atinge uma média de 34% nos últimos 7 anos.

Os valores mais elevados de abstenção são os que se observam nas eleições para o Parlamento Europeu e nos Referendos.

Os eventos que obtêm maior percentagem de votantes desde 1974 na freguesia são as eleições para a Assembleia da República.

As proporções médias de votantes nas eleições para a Assembleia de Freguesia e para a Presidência da República são praticamente iguais e inferiores aos das eleições para a Assembleia da República.

3.3. Votos brancos e nulos

A percentagem de votos brancos e nulos na freguesia de Fonte Arcada tem um valor máximo nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 (13%) e tende a decrescer ligeiramente em termos médios a partir de 1994.

O peso destes votos é, em geral, menor nas eleições para a Presidência da República; existe, contudo, uma excepção na eleição para a Presidência em 2001, em que este peso é um pouco maior do que o que se observa nas duas eleições anteriores (para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu).

O valor mais baixo registado entre 1975 e 2006 é o que se refere ao Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez de 1998 (0,7%). No Referendo sobre as Regiões Administrativas, o valor é bem mais significativo (4,5%), sendo o mais elevado desde 1994.

QUADRO 34
Eleitores, abstenção e votos brancos e nulos (1974-2006)

Acto Eleitoral	Eleitores (N.º)	Abstenção (%)		Brancos e Nulos (N.º)	
	Fonte Arcada	Portugal	Penafiel	Fonte Arcada	Fonte Arcada
Assembleia Constituinte – 1975	784	8,3	5,0	5,6	13,1
Assembleia da República – 1976	833	16,7	11,0	16,7	7,0
Presidência da República – 1976	832	24,6	20,0	24,8	2,2
Assembleia de Freguesia – 1976	832	-	-	46,3	6,6
Assembleia de Freguesia – 1979	891	-	-	20,9	3,7
Assembleia da República – 1979 (intercalares)	891	12,5	7,8	9,8	5,8
Assembleia da República – 1980	917	14,6	10,3	12,0	5,3
Presidência da República – 1980	914	15,8	11,8	15,2	2,3
Assembleia de Freguesia – 1982	979	-	-	21,5	4,0
Assembleia da República – 1983	979	21,4	17,3	23,9	3,0
Assembleia da República – 1985	1067	24,6	21,0	25,1	3,6
Assembleia de Freguesia – 1985	1067	-	-	27,3	3,8
Presidência da República – 1986 (1ª volta)	1064	24,4	20,4	26,1	2,1
Presidência da República – 1986 (2ª volta)	1064	21,8	17,6	20,0	1,0
Assembleia da República – 1987	1095	27,4	20,5	24,9	4,4
Parlamento Europeu – 1987	1095	27,4	20,5	24,9	2,9
Parlamento Europeu – 1989	1136	48,7	45,1	48,8	4,3
Assembleia de Freguesia – 1989	1148	-	-	26,0	2,8
Presidência da República – 1991	1169	38,0	30,9	31,2	2,0
Assembleia da República – 1991	1193	31,8	26,8	30,2	2,7
Assembleia de Freguesia – 1993	1220	-	-	23,0	2,6
Parlamento Europeu – 1994	1213	64,4	60,7	64,9	7,9
Assembleia da República – 1995	1276	32,9	27,7	31,0	1,7
Presidência da República – 1996	1274	33,6	26,8	30,0	1,7
Assembleia de Freguesia – 1997	1285	-	-	26,4	3,1
Referendo IVG – 1998	1226	68,1	64,3	63,4	0,7
Referendo Regionalização – 1998	1249	51,7	50,7	55,2	4,5
Parlamento Europeu – 1999	1260	59,7	59,4	58,3	1,4
Assembleia da República – 1999	1267	38,2	33,1	35,4	1,0
Presidência da República – 2001	1266	49,1	44,0	43,4	1,8
Assembleia de Freguesia – 2001	1238	-	-	24,7	3,5
Assembleia da República – 2002	1216	37,7	31,2	33,6	1,9
Parlamento Europeu – 2004	1189	61,2	60,7	60,9	2,6
Assembleia da República – 2005	1186	35,0	28,4	28,5	2,5
Assembleia de Freguesia – 2005	1207	-	-	18,8	1,8
Presidência da República – 2006	1126	38,5	32,0	26,7	1,5

Fonte: STAPE (informação disponível *online*).

3.4. Os mais votados

O sentido das escolhas maioritárias na freguesia de Fonte Arcada tende a seguir a tendência nacional. Em várias ocasiões, porém, isto não acontece: são os casos das eleições para a Assembleia da República de 1979, 1980, 1983, 1985, 1991 e 2002, da primeira volta da eleição para a Presidência da República de 1986 e das eleições para o Parlamento Europeu de 1989 e 1994.

Já no que respeita à comparação com o concelho de Penafiel, as diferenças são mais regulares. O resultado das eleições e dos referendos apenas é o mesmo em cerca de um terço dos casos (13 casos, de um total de 32).

QUADRO 35
Os mais votados nos actos eleitorais (1974-2006)

Acto Eleitoral	Os mais votados		
	Portugal	Penafiel	Fonte Arcada
Assembleia Constituinte – 1975	PS	PPD	PS
Assembleia da República – 1976	PS	PPD	PS
Presidência da República – 1976	R. Eanes	R. Eanes	R. Eanes
Assembleia de Freguesia – 1976	-	-	PS
Assembleia de Freguesia – 1979	AD	AD	PS
Assembleia da República – 1979 (intercalares)	-	-	PS
Assembleia da República – 1980	AD	AD	FRS
Presidência da República – 1980	R. Eanes	R. Eanes	R. Eanes
Assembleia de Freguesia – 1982	-	-	PS
Assembleia da República – 1983	CDS-PPM-PSD	CDS-PPM-PSD	PS
Assembleia da República – 1985	PSD	PSD	PS
Assembleia de Freguesia – 1985	-	-	PS
Presidência da República – 1986 (1ª volta)	F. do Amaral	F. do Amaral	M. Soares
Presidência da República – 1986 (2ª volta)	M. Soares	F. do Amaral	M. Soares
Assembleia da República – 1987	PSD	PSD	PSD
Parlamento Europeu – 1987	PSD	PSD	PSD
Parlamento Europeu – 1989	PSD	PSD	PS
Assembleia de Freguesia – 1989	-	-	PS
Presidência da República – 1991	M. Soares	M. Soares	M. Soares
Assembleia da República – 1991	PSD	PSD	PS
Assembleia de Freguesia – 1993	-	-	PS
Parlamento Europeu – 1994	PSD	PS	PS
Assembleia da República – 1995	PS	PS	PS

(Continua)

(Continuação)

Acto Eleitoral	Os mais votados		
	Portugal	Penafiel	Fonte Arcada
Presidência da República – 1996	J. Sampaio	C. Silva	J. Sampaio
Assembleia de Freguesia – 1997	-	-	PS
Referendo IVG – 1998	Não	Não	Não
Referendo Regionalização – 1998	Não	Não	Não
Parlamento Europeu – 1999	PS	PS	PS
Assembleia da República – 1999	PS	PS	PS
Presidência da República – 2001	J. Sampaio	J. Sampaio	J. Sampaio
Assembleia de Freguesia – 2001	-	-	PS
Assembleia da República – 2002	PSD	PSD	PS
Parlamento Europeu – 2004	PS	PS	PS
Assembleia da República – 2005	PS	PS	PS
Assembleia de Freguesia – 2005	-	-	PPD/PSD-CDS/PP
Presidência da República – 2006	Cavaco Silva	Cavaco Silva	Cavaco Silva

Fonte: STAPE (informação disponível *online*).

3.5. Características político-partidárias da freguesia de Fonte Arcada

Nas eleições entre partidos, a freguesia de Fonte Arcada destaca sistematicamente o Partido Socialista. Na primeira década após 1974 esta regra só é contrariada pela vitória da Frente Revolucionária Socialista na votação para a Assembleia da República de 1980.

E somente em 1987, nas eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu, o Partido Social Democrata recebe um voto maioritário na freguesia (que corresponde a vitória do PSD tanto a nível nacional como no concelho de Penafiel).

Aquela regularidade do voto socialista volta a quebrar-se apenas em 2005, na eleição para a Assembleia de Freguesia, com a vitória da aliança entre o PPD/PSD e o CDS/PP.

Nas eleições presidenciais, as vitórias couberam a Ramalho Eanes (1976 e 1980), Mário Soares (primeira e segunda voltas em 1986 e 1991), Jorge Sampaio (1996 e 2001) e Cavaco Silva (2006).

Nos referendos, as reacções à Interrupção Voluntária da Gravidez e à criação das Regiões Administrativas são maioritariamente negativas. Nestes casos, não existe qualquer especificidade, pois esses são também os resultados no concelho de Penafiel e no país.

A diferenciação do voto nos partidos em termos de divisão político-ideológica entre “direita” e “esquerda” é polémica e a dominância da própria clivagem “direita/esquerda” tem sido objecto de profunda discussão.

Apesar de tudo, esta diferenciação parece manter valor heurístico, e como este tipo de análise foi realizada na pesquisa inicial sobre Fonte Arcada, é importante dar-lhe continuidade, alargando, assim, as possibilidades comparativas do presente estudo.

A freguesia de Fonte Arcada é quase invariável no que respeita à tendência de voto: a esquerda obtém a maioria em todos os actos eleitorais excepto em dois casos, que são as eleições em 1987 para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu³.

A diferença percentual entre o voto à esquerda e o voto à direita é sempre muito mais significativa nas eleições para a Assembleia de Freguesia do que nas restantes, sobretudo depois de 1979. Porém, esta diferença cai drasticamente na votação para a Assembleia da Freguesia em 2005.

A diferença entre a esquerda e a direita é, em geral, menor na eleição para a Assembleia da República.

Esta predominância da esquerda deve-se quase estritamente ao voto socialista. O PCP e as alianças lideradas por este partido obtêm, contudo, apoio expressivo observável não apenas na percentagem de votos das eleições para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para a Assembleia de Freguesia, como na sua presença sistemática desde 1979 nas listas para a Assembleia de Freguesia.

O voto à direita é sustentado fundamentalmente pelo PSD. O CDS/PP tem alguma base de apoio na freguesia, mas isso é mais visível nas percentagens de votos para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu (em que consegue quase sempre votação superior ao PCP, à APU ou à CDU) do que na presença deste partido na disputa para a Assembleia de Freguesia. Nestas eleições autárquicas o CDS/PP só apresenta lista independente em 1976 e daí em diante ou concorre aliado ao PSD ou não concorre.

Verifica-se, pois, uma forte concentração política da freguesia nos partidos de “centro”, de que as eleições para a Assembleia de Freguesia são uma ilustração sólida.

Importa, entretanto, registar que o Bloco de Esquerda, apesar de não concorrer à Assembleia de Freguesia, tem obtido votações relevantes, sobretudo depois de 2004, conseguindo na eleição para a Assembleia da República de 2005 uma votação igual à do PCP/PEV.

³ Os partidos associados à direita foram os seguintes: CDS, CDS/PP, PDC, PDC/MIRN, PPM, PPD/PSD, PSD, MPT, PSN, PH, PNR, PND, AD. Os associados à esquerda foram os que seguem: MRPP, PCTP/MRPP, PSR, PRD, MDP/CDE, PC(R), PS, CDU, UDP, POUS, FER, PXXI/MDP, BE, PCP, PCP/PEV, FSP, FEC (ml), LCI, MES, PUP, AOC, PCP-ML, UEDS, OCMLP, APU, FRS, LST.

QUADRO 36
Votações associadas à direita (A) e à esquerda (B) (1974-2006)

Acto Eleitoral	Votações (%)		
	A	B	A – B
Assembleia Constituinte – 1975	40,8	46,2	-5,4
Assembleia da República – 1976	45,1	46,9	-1,8
Assembleia de Freguesia – 1976	43,6	49,8	-6,2
Assembleia de Freguesia – 1979	16,7	79,6	-62,9
Assembleia da República – 1979 (intercalares)	30,6	57,5	-26,9
Assembleia da República – 1980	32,7	56,6	-23,9
Assembleia de Freguesia – 1982	17,8	78,2	-60,4
Assembleia da República – 1983	27,7	69,2	-41,5
Assembleia da República – 1985	27,4	68,6	-41,2
Assembleia de Freguesia – 1985	15,6	80,6	-65,0
Assembleia da República – 1987	50,3	47,2	3,1
Parlamento Europeu – 1987	49,4	47,8	1,6
Parlamento Europeu – 1989	36,9	58,6	-21,7
Assembleia de Freguesia – 1989	19,8	77,4	-57,6
Assembleia da República – 1991	46,9	50,1	-3,2
Assembleia de Freguesia – 1993	17,4	80,1	-62,7
Parlamento Europeu – 1994	33,3	64,1	-30,8
Assembleia da República – 1995	29,8	68,5	-38,7
Assembleia de Freguesia – 1997	25,9	71,1	-45,2
Parlamento Europeu – 1999	27,3	71,3	-44,0
Assembleia da República – 1999	25,7	73,2	-47,5
Assembleia de Freguesia – 2001	20,8	75,7	-54,9
Assembleia da República – 2002	35,5	62,6	-27,1
Parlamento Europeu – 2004	23,8	73,2	-49,4
Assembleia da República – 2005	24,7	72,8	-48,1
Assembleia de Freguesia – 2005	46,8	51,3	-4,5

Fonte: STAPE (informação disponível *online*).

Nas eleições para a Assembleia de Freguesia o Partido Socialista foi sempre o mais votado até 2005, ano em que a aliança entre o PPD/PSD e o CDS/PP obtém maior apoio do que o PS. Registe-se que apesar da vitória desta aliança, o peso do voto nos partidos de esquerda (PS e PCP/PEV somados) é superior, ainda que por uma diferença ligeira.

QUADRO 37

Resultados das eleições para a Assembleia de Freguesia em Fonte Arcada (1974-2006)

Eleição		Resultados						
1976		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PS	PPD/PSD	CDS
	N.º	832	530	12	23	264	149	82
	%		63,7	2,3	4,3	49,8	28,1	15,5
1979		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PS	AD	APU
	N.º	891	705	9	17	532	118	29
	%		79,1	1,3	2,4	75,5	16,7	4,1
1982		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PS	AD	APU
	N.º	979	769	8	23	571	137	30
	%		78,5	1,0	3,0	74,3	17,8	3,9
1985		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PS	PPD/PSD	APU
	N.º	1067	776	15	15	608	121	17
	%		72,7	1,9	1,9	78,4	15,6	2,2
1989		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PS	PPD/PSD	CDU
	N.º	1148	850	11	13	650	169	8
	%		74,0	1,3	1,5	76,5	19,8	0,9
1993		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PS	PPD/PSD	CDU
	N.º	1220	939	12	12	748	163	4
	%		77,0	1,3	1,3	79,7	17,4	0,4
1997		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PS	Grupo de Cidadãos	CDU
	N.º	1285	946	12	17	657	245	15
	%		73,6	1,3	1,8	69,5	25,9	1,6
2001		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PS	PPD/PSD-CDS/PP	CDU
	N.º	1238	932	14	19	692	194	13
	%		75,3	1,5	2,0	74,3	20,8	1,4
2005		Eleitores	Votantes	Branco	Nulos	PPD/PSD-CDS/PP	PS	CDU
	N.º	1207	980	7	11	459	452	51
	%		81,2	0,7	1,1	46,8	4,1	5,2

Fonte: STAPE (informação disponível *online*).

A percentagem de votantes no PS é de cerca de 50% em 1976; a partir de 1979, essa percentagem rondará, em geral, os 75%, com excepção da eleição de 1997, em que desce para os 69,5%, e de 2005, em que desce mais ainda, para os 46%.

As listas candidatas à esquerda do PS só entram em cena em 1979, através da APU, que é substituída, em 1989, por uma lista da CDU (PCP-PEV), que se mantém até 2005. Esta área política absorve 4% dos votos em 1979, valor que decresce até 0,4% em 1993 e que aumenta

ligeiramente em 1997 e 2001, registando-se em 2005 um crescimento muito expressivo, para os 5,2%.

À direita do PS, a percentagem de votantes tem dois máximos: um de 44% na eleição de 1976 e outro de 47% em 2005, variando, no período entre estes dois momentos, em torno dos 18%. Este peso eleitoral é dividido entre o PPD e o CDS em 1976, refere-se à AD em 1979 e em 1982, deve-se exclusivamente ao PPD/PSD entre 1985 e 1993 e, a partir de 2001, corresponde a uma aliança entre o PPD/PSD e o CDS/PP, aliança que, em 2005, consegue o melhor resultado desde 1976, aproximando-se dos 47% e vencendo as eleições.

Em 1997, concorre às eleições uma lista de um Grupo de Cidadãos, que obtém o apoio de 26% dos votantes.

3.6. Comparação entre as características da freguesia, do concelho de Penafiel e do país

Na freguesia de Fonte Arcada, a participação política em eleições e referendos é, em média, mais elevada comparativamente ao panorama nacional, mas é, em geral, inferior ao que se verifica na totalidade do concelho de Penafiel. No entanto, esta menor participação na freguesia em comparação à média concelhia inverte-se em alguns casos depois de 1998, e a diferença da proporção de votantes na freguesia e no concelho esbate-se entre 1998 e 2001, mas reaparece em 2006, verificando-se uma votação mais expressiva na freguesia.

O Partido Socialista e os candidatos presidenciais apoiados por este partido predominam quase de forma absoluta na expressão político-partidária da freguesia, que se distancia por várias vezes das escolhas globais do país e do concelho de Penafiel. Este predomínio socialista não varia com o tipo de evento, o que permite apontá-lo como característico. A particularidade política da freguesia no concelho é sobretudo notória até meados dos anos 1990, diminuindo substancialmente de então até 2006.

As dissonâncias ao perfil socialista da freguesia dão-se, como se referiu, nas eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu de 1987, ganhas pelo PSD, na eleição para a Assembleia de Freguesia de 2005, com a vitória da aliança entre o PPD/PSD e o CDS/PP, e na votação para a Presidência da República em 2006, em que Cavaco Silva é o candidato mais votado. Nas eleições de 1987 e de 2006, a freguesia associa-se ao voto maioritário do concelho de Penafiel e do país.

O sentido da votação da freguesia para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu em 1987 é a originalidade mais sólida nestas dissonâncias, pois à vitória do PSD associam-se as únicas vitórias da direita na freguesia durante os 30 anos de democracia.

Nos últimos anos parece, entretanto, dar-se uma mudança política significativa na freguesia de Fonte Arcada, com a vitória da aliança entre os partidos de direita para a Assembleia de Freguesia, em 2005, e de Cavaco Silva nas presidenciais, em 2006. Importa, contudo,

lembrar que o voto maioritário na aliança do PPD/PSD com o CDS/PP em 2005 não chega a atingir a proporção de votação no conjunto da esquerda. Estaremos perante o início de um novo ciclo político na freguesia, ou trata-se apenas de uma situação pontual rapidamente ultrapassada através de reajustamentos partidários?

Os resultados globais apresentados nesta comunicação levantam uma série de interrogações sobre o que se passou em Fonte Arcada nas últimas três décadas. Desde logo no que respeita às relações entre os comportamentos cívico-políticos e os aspectos económico, demográfico, educacional e socioprofissional. Mas também no que concerne à relação entre a vida política da população e as alterações de posição da freguesia no território, em termos da relação rural/urbano e com o Grande Porto. E, no geral, ao modo como as relações de poder na freguesia têm vindo a articular-se com os processos migratórios e, em particular, com o fenómeno da pendularidade.

Estas interrogações, não explicitadas, requerem uma análise mais aprofundada e informação suplementar.

O olho em campo

Serge Abramovici

1.

Será porventura interessante partir do que Pierre Bourdieu veio lembrar, a saber: “só existe ciência daquilo que está escondido”. Ora, por definição, aquilo que “está escondido” é um postulado. A ciência é, pois, antes de mais, um questionamento do visível. O visível é uma construção, um compromisso, um resultado. Enquanto imagem, desempenha uma função: a de significar. Toda a plenitude material do visível lhe confere a autoridade do inegável. O visível é sempre afirmativo, conativo. Ora, toda a afirmação pode ser falsa. A complexidade dos códigos, sejam eles do domínio do linguístico ou da ordem do visível, é proporcional à sua capacidade de enganar. O visível é um cenário em *trompe l'œil*, construído em tamanho natural e a três dimensões. A *descoberta* científica é o despojamento da capa semântica cuja face visível, qual máscara, camufla a verdade.

Aquilo que está escondido será um aquém ou um além do visível? Ou será reconhecível dentro do próprio visível, como um rasgão, como um lapso? Aquilo que está escondido pertence à imagem e é da mesma natureza, já que também significa. É uma imagem oculta. Um palimpsesto. Toda a ciência é cabalística mas, ao contrário da mensagem cifrada e dissimulada num texto banal, aquilo que está escondido no seio do visível não foi injectado para ser decifrado. A sua presença é escândalo porque desmente as afirmações do visível. E implica a sua reformulação. Da mesma maneira que os raios X desvendaram os luxuriosos nus sob os luxuriantes drapejados dos quadros de Gustav Klimt. O risco maior é a nova imagem, desnudada pela ciência, vir a revelar-se projectiva, nascida do olhar que a expõe, tal como os paragramas de Saussure¹.

O problema que se coloca é pois, em parte, metodológico: como interrogar o visível? Como, através do olhar que sobre ele se pousa, extirpar-lhe a sua feição de evidência *natural*? Como desvendar o seu carácter, não forçosamente enganador, mas, pelo menos, factício e ambíguo? Primeiro, historicizando-o. Depois, analisando-o. O visível surge como um bloco, um todo

¹ Vd. Jean Starobinsky (1971), *Les Mots sous les Mots, les Anagrammes de Ferdinand de Saussure*, Paris, Gallimard.

homogêneo e monossêmico. Ora, ele é composto por partes que a justaposição espaço-temporal transforma em conjunto. Trata-se, pois, de destacar essas partes e de, sem as isolar, interrogar os laços que as ligam entre si. Os fragmentos assim em foco tendem para a significação mas não a detêm integralmente. Participam da significação mas, enquanto fragmentos, poderiam pertencer a outro conjunto, logo suportar outra significação.

Fraccionado, o visível deixa emergir indícios contraditórios. Recorte territorial *versus* concentração da propriedade, ligação à terra *versus* proletarização, enraizamento no local *versus* migrações pendulares. A coabitação de práticas e valores antitéticos parece paradoxal. Sob a evidência tranquila do visível surgem as feridas, as cicatrizes, os sacrifícios, as soluções precárias que garantem a permanência. Não é propriamente o visível que está em causa, mas a sua legibilidade, a sua significação. É enquanto imagem que o visível se torna ambíguo.

Assim, em vez de recusarmos as imagens, de as denunciarmos, talvez nos seja produtivo suscitá-las. Porque a relação dos utentes com o meio ambiente é desigual. Alguns controlam-no, constróem-no, procedem à sua ordenação, outros aceitam-no, suportam-no, procuram nele um lugar discreto. Sem chegar ao ponto de se esconderem, tentam não manchar o quadro. Não têm direito à sua própria imagem. Embora a tenham construído não a podem expor. E a confrontação das imagens diversas de um só visível é reveladora. A bela tela do visível, a sua evidência de paisagem, é uma trama esburacada.

Porque aquilo que está escondido não faz parte do inconsciente mas do censurado. Solicitar a imagem de quem, pela sua posição e pelas suas disposições, renunciou ao direito à exposição, a quem se cala e consente, é pôr cobro a uma censura, a uma auto-censura. A intervenção do investigador não pode ser inocente e implica uma elevada responsabilidade: que fazer das imagens vindas à luz? Não só a caracterização das causas corre o risco de se confundir com uma nova forma de determinismo, como o profundo fracasso de toda a descoberta é, perante o objecto revelado, constatar a impotência do investigador. A transformação passa pela transformação das imagens. Um objectivo modesto mas aceitável poderia ser a tomada de consciência das imagens.

2.

A sociologia trabalha com grandes números. Começa por eliminar do visível aquilo que se prende com o particular. As suas imagens são estruturais. Elas são alicerce do visível que, apoiado nelas, deve confirmá-las sem nelas se confundir. Foi preciso agir em dois tempos: primeiro multiplicar as imagens, depois procurar o seu coeficiente de representatividade. O quociente obtido é de ordem abstracta, define o geral que nenhum traço particular realiza totalmente: a média corrigida. As imagens sociológicas desaguam numa tipologia. Mas essa tipologia não pode limitar-se a constatar, tem de fornecer explicações. Portanto, tem de instituir modelos. A sociologia é mais platónica do que confessa ou desejaria ser.

Os modelos induzem um procedimento comparativo. O seu objectivo é a predictibilidade, mas cada *nuance* permite avaliar o desfasamento em relação ao modelo de referência. E

assim se pode realçar uma especificidade do objecto ou do espaço em causa. Ao particular do visível ofuscante, a ciência contrapõe um particular calculado, oculto *no* visível. No entanto, tendencialmente, esse novo particular que corresponde a uma média ver-se-á absorvido pela uniformização que caracteriza a organização social assente na produção e distribuição de massa.

A simples presença de um inquiridor constitui uma intromissão. O inquiridor é exterior ao espaço estudado, não procura integrar-se nele, propõe-se observar o visível sem nele participar. Já Lévi-Strauss comentava, em *Tristes Trópicos*: o inquérito em si mesmo, a imersão no seio dos indígenas, o contacto, a negociação para obter informação são a parte penosa do trabalho². Em todo o caso, a parte ambígua: o investigador penetra num meio diferente do seu como turista, fantasmaticamente fascinado pela descoberta, ou até pelo exotismo. Deve simultaneamente preservar o seu estatuto de exterioridade, garante da objectividade, e convencer o outro da sua solidariedade, ou até da sua utilidade. Não pode comprometer-se, sob pena de comprometer o resultado. Porém, dos indígenas, solicita informações e uma imagem. É pois obrigado a fingir, representar um papel, fazer alguma batota, mentir um bocado, aparecer ele próprio como uma imagem.

Uma parte da reflexão de Pierre Bourdieu – desde *A Distinção* até à *Miséria do Mundo* – foi consagrada à violência e à autoridade simbólica exercidas através da palavra³. Fazer uma pergunta não é um acto legítimo – por isso, o acto de perguntar denuncia ora a ingenuidade, ora o exercício do poder do questionamento. E as informações obtidas dependem da imagem que o inquiridor forjou de si próprio, da imagem que o inquiridor conseguir transmitir. Ele deve interrogar sem parecer perguntar e receber as respostas como confidências. O inquiridor ideal é um confessor. Tem de despertar no indígena o desejo de ser ouvido, tem de apresentar-se como uma escuta pela qual se ansiou. De algum modo é obrigado a inverter os papéis, a fim de aparecer como solicitado e não como solicitador no questionamento e de oferecer a sua escuta como se fora uma resposta. O tortuoso caminho da verdade passa pela máscara, quando não pela falsidade.

Mas, claro está, o investigador não é um grande actor. A sua ética é incompatível com um disfarce assumido. E, sobretudo, não é um agente da polícia. Por isso, deve reduzir a parte do campo a desbravar, o carácter decisivo das respostas condicionadas pela própria formulação das perguntas. Com efeito, antes de ir para o terreno, o investigador constrói uma imagem prévia do visível com o qual se vai defrontar. O inquérito sociológico funciona, antes de mais, como uma confirmação. Para descobrir o rasgão no visível, o investigador teve de o prever, teve de definir a parte da imagem a explorar, a escavar. Através do recurso a dados estatísticos disponíveis e do seu confronto, e por referência aos modelos mais próximos – ou seja, graças ao conhecimento de inquéritos anteriores. Porque a ciência funciona, principalmente, em recipiente fechado.

² Cf. Claude Lévi-Strauss (1955), *Tristes Tropiques*, Paris, Plon.

³ Vd. Pierre Bourdieu (1979), *La distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit e Pierre Bourdieu (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.

Assim sendo, como medir a influência da imagem pré-construída sobre a imagem final conquistada pelo investigador? Até que ponto a ciência ficciona o seu objecto? O olhar cria ou não cria aquilo que crê observar? Demasiada proximidade pode cegar – é consabido que as análises de Bourdieu sobre o seu próprio meio universitário suscitaram contestação⁴. Todavia, será que a distância em demasia permite apreender o sujeito? A sociologia do mundo rural é obra de cientistas citadinos. Ora, a definição do ponto de vista é algo que não se deve escamotear. O olhar é tão pouco natural como a paisagem. E a paisagem não é apenas “aquilo que vemos desfilar de cada lado da auto-estrada” pelo vidro do carro, como Georges Perec ironizava⁵.

3.

A sociologia define-se primeiro pelo seu objecto. É ele que dita o método. Quanto aos instrumentos, é obrigada a inventá-los. O cinema, pelo contrário, define-se primeiro pelo seu instrumento. Não existe uma tradição de cinema sociológico e isso nada tem de surpreendente: o cinema só filma o visível, nunca aquilo que está escondido. Por outro lado, o cinema só considera aquilo que é particular e nunca a média estatística. Em contrapartida, existe uma tradição de cinema etnográfico, que remonta a Robert Flaherty, e foi recentemente desenvolvida por Jean Rouch. Essa tradição analisou um certo número de problemas inerentes ao trabalho sociológico no terreno e, embora porventura não os tenha cabalmente resolvido, conseguiu propor algumas respostas provisórias às questões que a prática lhe permitiu identificar.

É interessante notar que a imagem filmada não é portadora de nenhum indício de verdade: a interpretação, cega e errónea, da autoria de Napoleon Chagnon, das imagens por ele próprio registadas, em 1976, a propósito do ritual descrito em *The Ax Fighting*, deve alertar-nos para a natureza essencialmente projectiva da significação.

O cinema é, antes de mais, fabricação de imagem, consciência da imagem. O visível não entra integralmente na objectiva, é preciso enquadrá-lo. Além disso, do visível a câmara capta tão-só a luz reflectida. Muitas vezes é preciso esperar que as condições de iluminação se encontram reunidas para poder haver cinema. As mais das vezes, a câmara não consegue registar o acontecimento no imediato. A ficção cinematográfica começou com reconstituições. Há uma discrepância incomensurável entre o tempo de preparação da rodagem de um plano e a duração irrisória desse mesmo plano. O cinema, na sua fase de captação das imagens, é espera e gestão do tempo.

Nunca se começa por filmar. Não por ser necessário conhecer e definir de antemão o objecto. Bem pelo contrário, o objecto emergirá na montagem, a partir do ordenamento da multiplicidade das imagens. Aliás, muitos filmes passam ao lado do seu objecto ou nem chegam a conseguir defini-lo. Não, a questão é que, antes de tudo o resto, é preciso fazer-se

⁴ Vd. Pierre Bourdieu (1984), *Homo Academicus*, Paris, Éditions de Minuit.

⁵ Cf. Georges Perec (1974), *Espèces d'Espace*, Paris, Éditions Galilée.

aceitar como presença. A câmara atribui uma função ao seu interlocutor: o papel de actor. A relação entre quem filma e quem é filmado é forçosamente cúmplice. Não se trata de estabelecer familiaridade, mas de cooperar com vista à fabricação da imagem. O cineasta etnógrafo, ao segurar na câmara, confia uma missão às pessoas que filma: a de se auto-encenarem.

Tal como o sociólogo, o cineasta é exterior. No entanto, não tem de formar uma imagem prévia na medida em que vai confrontar-se directamente com o visível. Esse visível, uma vez enquadrado, perde o seu estatuto de objectividade. Em Flaherty como em Rouch⁶, as fronteiras entre ficção e documentário sofrem grande atenuação. O cineasta etnógrafo deve colocar-se ao serviço da ficção do outro, deve ser capaz de a enquadrar. Rouch falava muitas vezes do imperativo de “acreditar na crença” para poder filmá-la. Porque é possível ser exterior e solidário. E o verdadeiro etnógrafo, de Lévi-Strauss a Rouch, aproveita essa sua dupla postura para pôr em causa as suas próprias crenças. Através do *outro*, ele aprende algo sobre si.

Ao tentar avaliar a adequação do enquadramento ao gesto filmado, Claudine de France mostrou que o objecto filmado é determinado em igual medida pelo enquadramento e pelo visível: um grande plano sobre as mãos de uma tecedeira não mostra a amplitude do seu gesto, um plano aberto não mostra a destreza dos seus dedos⁷. Por um lado, o visível transforma-se em imagem significativa logo que é filmado, por outro, a imagem filmada é condicionada pelas escolhas ao nível da tomada de vista: câmara fixa ou câmara em movimento, ângulo, profundidade de campo, relação entre o primeiro plano e o fundo, etc..

Acresce que o cineasta deve sempre esforçar-se por avaliar os fenómenos de profilmia, ou seja: as ocorrências desencadeadas pela presença da câmara. Não para eliminar esse tipo de fenómenos enquanto interferências, mas a fim de estabelecer o contrato entre os intervenientes, o elo entre a imagem transmitida e a imagem registada. Foi graças a esta preocupação que Rouch conseguiu filmar transes dos quais pressentia o desencadeamento, porque sabia que a sua participação favorecia o arranque da crise: segurava a câmara no centro do círculo das pessoas a dançar. Intervinha assim no processo sem intervir na sua encenação, colocava-se ao serviço de quem aproveitava a sua presença para se exteriorizar, para se expor.

4.

O trabalho de acompanhamento cinematográfico de um inquérito sociológico requer, portanto, um protocolo. O princípio de descrição ditou, não somente a escolha de uma câmara leve segurada à mão, mas também uma postura: colocar-se, à partida, sempre atrás do inquiridor, em lugar visível mas retirado, permanecer virado para o inquiridor, em posição solidária. A câmara foi aparecendo, ao longo do processo, como um acessório, como

⁶ Robert Flaherty (1922), *Nanook of the North*; Jean Rouch (1954), *Les Maîtres-Fous*; Jean Rouch (1971), *Les Tambours d'Avant, Turu et Bitti*.

⁷ Cf. Claudine de France (1982), *Cinéma et Anthropologie*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

um complemento. Todavia, o inquirido ora se submetia ao questionário – e podia, por saudável *coquetterie*, recusar deixar-se filmar, sabendo que a câmara acabaria por se virar para ele –, ora à câmara cuja presença reforçava os motivos pelos quais ele aceitava responder às perguntas.

O cineasta mantinha-se em silêncio. Uma vez aceite a presença da câmara, tratava-se de a fazer sentir como passiva e permanente. O inquirido nunca sabia em que momento estava a ser filmado. Se, por um lado, ele não podia ignorar a presença do operador de imagem e do engenheiro de som, por outro, só podia dirigir-se à câmara através das respostas ao questionário. Ao mesmo tempo, a imagem que ele desejava transmitir não podia ser a de um “inquirido”. E, por isso mesmo, a câmara acabava por desencadear ou facilitar o discurso. Como permanecia em posição discreta e retirada, o inquirido não parecia dirigir-se a ninguém, podendo assim o inquiridor recolher as informações desejadas ou reorientar o fluxo da palavra para as directivas do questionário.

Os inquiridos estão obviamente familiarizados com a imagem, sob a forma televisiva. *A priori*, assimilam qualquer câmara ao instrumento de uma reportagem de televisão. Ao mesmo tempo, têm consciência de que o inquérito não é motivado por nenhum acontecimento excepcional e, por conseguinte, não justifica nenhum envolvimento de tipo publicitário. Os inquiridos sobrestimam a câmara, atribuindo-lhe uma intenção de larga difusão, contudo subestimam-na na medida em que ela não se mostra interventiva. Fornecem-lhe uma imagem, mas porque ela permanece e se detém, porque ela dilata o tempo da sua presença, são levados a aceitar simplesmente expor-se perante a objectiva. O cineasta deve gerir a constante metamorfose do papel e do estatuto que lhe é atribuído.

Observado por um instrumento importuno e mudo, o inquirido só pode escolher entre fingir-se distraído, prosseguindo imperturbavelmente a sua actividade, e tomar a câmara como confidente – tanto mais que o microfone, muito próximo e pouco identificável sob o seu invólucro protector, ocupa um espaço superior ao da câmara de bolso. O cineasta esforça-se por não impor a sua intromissão como uma agressão. A câmara nunca é “invisível”, portanto a pessoa filmada não é apanhada numa armadilha. Porém, o comportamento filmado nunca é totalmente natural, o que não significa que seja por isso menos verdadeiro. A imagem ficcional transmitida é verdadeira para quem a transmite.

A câmara é uma presença fantasmática. De bom grado a comparo ao psicanalista no qual se projectam vários papéis e figuras, graças ao seu teimoso mutismo. A câmara é um substituto. A indeterminação do horizonte de difusão da imagem no momento da sua captação – quem irá vê-la? – eleva a sua presença silenciosa a um patamar do imaginário. O olhar da objectiva pode ser assimilado a entidades várias e variáveis, que vão do gato familiar ao anonimato do grande público. Motor de arranque, figura de confidente, ela desperta inconscientemente no sujeito filmado o desejo e a preocupação de se transformar em imagem, de ter direito à sua própria imagem.

O conhecimento das imagens geralmente não vai até à consciência da sua manipulação. A etapa da montagem escapa aos que assimilam cinema e câmara. A continuidade entre dois

planos é, *a priori*, tida como natural. A articulação dos fragmentos correspondente a cada plano montado reconstrói e devolve uma plenitude de sentido, uma outra forma do visível: um visível que expõe a sua própria crítica. Enquanto visível construído, pode, pois, ser contestado. A imagem *projectada* dá-se a ver enquanto imagem. Cabe ao cineasta quebrar o natural das justaposições. Cabe-lhe eventualmente assumir um ponto de vista expondo-se – quanto mais não seja sob forma de comentário *off* –, cabe-lhe aceitar dar o flanco.

5.

Ao filmar, o cineasta interroga. Ao mostrar o seu filme, ele espera uma resposta. Não beneficia da protecção da ciência, nunca apresenta um resultado que escamoteie o processo. O investigador, pelo contrário, depois de ter interrogado, fornece respostas, propõe um resultado “objectivo”, incontestável. Por isso lhe custa colocar-se em situação de concorrência com as imagens, as do visível como as do cineasta, e ainda lhe custa mais fornecer uma imagem de si próprio. O investigador possui uma imagem de si enquanto sujeito – a quem a ciência outorga autoridade – e a sua exposição enquanto objecto só pode ser vivida como revelação de fragilidades e fraquezas.

O estatuto científico, seja qual for o nível a que nos reportemos, do professor investigador ao inquiridor precário, confere alguma autoridade ou, no mínimo, uma certa protecção. Quanto mais o investigador reivindica a objectividade, mais essa protecção aumenta, na razão directa do virtual anonimato que absorve o sujeito – e o seu ponto de vista –, confinando-o na disciplina à qual se dedica. Ora, o cinema não pode filmar um objecto abstracto – no melhor dos casos, pode criar uma imagem desse objecto. O cineasta não filma a ciência, mas os seus agentes. O investigador em situação de exposição já não está protegido, frente à câmara, pela autoridade da sua disciplina, e não sabe bem que imagem lhe é solicitada – já que o cineasta permanece silencioso –, não sabe bem que imagem transmitir.

Assim, mais do que os indígenas, os sociólogos mostraram-se sensíveis à presença da câmara. Despojados de algumas defesas, vão lançando olhadelas discretas para avaliar se estão ou não no enquadramento. Por vezes procuram poses, muitas vezes vigiam os seus gestos. Sentem-se desprevenidos, porventura porque as imagens que queriam transmitir não eram imagens de si mesmos. Teriam preferido manter-se anónimos. Transformados em personagens, é a própria objectividade do seu olhar, a neutralidade da sua posição – logo os alicerces da sua autoridade simbólica – que se encontram ameaçadas. A câmara interfere no seu trabalho porque os apanha nas malhas da imagem.

Além disso, para aqueles cujo estatuto ainda carece de garantias firmes – os inquiridores no terreno –, a câmara é percebida como um instrumento de controlo e de vigilância. O incómodo, nessa particular situação, pode ir até ao bloqueio. Mais uma vez, é o estatuto ambíguo do cineasta e a sua postura de mutismo, é o facto de ele se tornar receptáculo de projecções fantasmáticas, que está na origem da perturbação causada. A câmara não é, como uma caneta, uma ferramenta neutra. Não faz parte da panóplia científica. A sua presença configura a intrusão de um instrumento e de um olhar exteriores. A câmara constitui um

risco, uma ameaça, de que o investigador não consegue livrar-se pois foi ele próprio que a convocou, que a convidou. Não estará exactamente arrependido de ter corrido esse risco, mas teria certamente preferido evitar confrontar-se com a câmara.

O investigador é pessoa informada. Tem consciência de que as imagens vão ser montadas, de que o seu discurso vai ser cortado, integrado num discurso mais amplo, o do filme, que ele não controla. É, pois, obrigado a negociar tacitamente com o cineasta, a fim de garantir que a sua exposição e a sua confiança não vão ser traídas – contrato esse que ele não sente necessidade de formalizar com aqueles que são, por exemplo, objecto do inquérito. O filme vem desdobrar os processos de controlo e de auto-censura institucionalmente instaurados para assegurar a neutralidade e a imunidade do procedimento científico. É da sua própria imagem que o cientista tem medo.

A atitude dos investigadores perante a câmara, embora reservada, não deixa ainda de se enquadrar no âmbito dos efeitos de profilmia. A câmara submete o cientista a um olhar externo. Reduz os seus resultados a actos de palavra. E subjectiviza-os. Ao forçar o cientista a mostrar-se como imagem, fragiliza-o. Porém, também o incita a adoptar uma pose à sua escolha numa relação negociada como o outro. Por outras palavras, incita-o a comprometer-se. O compromisso pessoal – como a História abundantemente prova – não é incompatível com o rigor científico. Pierre Bourdieu forneceu-nos o exemplo acabado dessa compatibilidade, dessa complementaridade. E não será por acaso que as suas reflexões acerca da televisão incidiram sobre a relação entre as práticas adoptadas e as imagens que delas resultam⁸.

⁸ Vd. Pierre Bourdieu (1996), *Sur la Télévision*, Paris, Raisons d'Agir.

De quelques paradoxes de l'approche monographique

Patrick Champagne

Je voudrais proposer à ce débat consacré au retour sur une enquête monographique menée il y a 30 ans, quelques réflexions autour de cette méthode très employée dans les sciences sociales, plus particulièrement dans les sociologies rurale et urbaine. Les observations que je voudrais faire à propos de cette méthode d'enquête insisteront sur ce qui me semble être des paradoxes ou pour le moins des cercles vicieux.

Premier paradoxe : le quantitatif ne s'oppose pas au qualitatif comme semblent le penser les manuels de méthode.

On oppose, dans les manuels rédigés à l'intention des étudiants, la monographie aux enquêtes extensives par questionnaires en expliquant que la monographie est une méthode « qualitative » alors que les enquêtes par questionnaires relèveraient de l'enquête « quantitative ». Cette opposition est généralement justifiée théoriquement auprès des étudiants en présentant la monographie comme une approche « intensive » permettant une appréhension directe des comportements alors que l'approche par questionnaires auprès d'échantillons de population serait une approche « extensive » des faits sociaux qui reposerait sur des déclarations de comportements mais qui permettrait une appréhension des grandes variables. Est-ce que le choix des méthodes d'enquête repose sur ce type de considérations théoriques ou est-ce que le choix ne reposerait pas en fait sur des considérations beaucoup plus triviales, à savoir que la monographie ne coûte rien alors que les grandes enquêtes par questionnaires supposent tout un dispositif coûteux en matériel et en personnes à mobiliser. Il suffit de penser aux industries du sondage et au prix demandé pour faire poser une question (plusieurs centaines d'euros) pour voir, indépendamment de toute considération de méthode, que l'enquête extensive par questionnaires se caractérise d'abord par son coût. La monographie est la méthode de choix des étudiants et des chercheurs sans contrats de recherche : armés d'un magnétophone pour faire des entretiens, d'un carnet de notes pour consigner en situation leurs observations et d'un journal de terrain

qu'ils s'efforcent de tenir chaque soir, c'est une méthode qui, en réalité, fait de nécessité vertu. Mais l'opposition monographie/enquête extensive, qualitatif/quantitatif risque de tracer une frontière entre des méthodes que seule les divisions académiques opposent. Pourquoi s'interdire la méthode du questionnaire et le quantitatif lorsque l'on travaille dans une logique monographique ? Et inversement pourquoi abandonner la monographie lorsque l'on travaille par enquête extensive ? Ces deux approches ne sont pas exclusives l'une de l'autre mais complémentaires en ce sens qu'elles n'ont pas la même approche ni la même distance aux faits sociaux à analyser.

On peut voir les effets pervers de cette division dans les enquêtes électorales menées en France par la science politique. Jusque dans les années 1960, le comportement électoral était étudié à partir de monographies locales, ce qui supposait que le chercheur se plonge dans la singularité politique, sociale, économique de tel département étudié. Avec l'arrivée des sondages, ces monographies ont quasiment disparu au profit de vagues de sondages réalisées auprès d'échantillons représentatifs de la population française en âge de voter. Si ces enquêtes ont permis une sophistication plus grande de la manipulation des électeurs par les acteurs du champ politique, on peut se demander si elles ont fait progresser la connaissance scientifique de la production des opinions. Il faut donc encourager le polythéisme méthodologique, selon l'expression de Bourdieu. D'ailleurs, le premier article qu'il a consacré au célibat paysan, en 1961, reposait sur la mise en évidence d'une contradiction entre le discours des gens de son village, ceux-ci déplorant un célibat croissant des paysans et la statistique du célibat dans le village qu'il avait établie en s'appuyant sur les registres de l'état civil sur plusieurs décennies et qui, par contre, manifestait une grande stabilité. L'article donnera la solution de ce mystère à savoir que s'il y a autant de célibataires hier et aujourd'hui, ce ne sont plus les mêmes qui le deviennent : ceux qui le deviennent sont les aînées qui reprennent la ferme et non les cadets des familles agricoles qui étaient voués à être domestiques sur la ferme familiale.

La statistique peut être aussi utilisée en cours d'enquête, comme je l'ai fait moi-même, pour travailler dans la monographie elle-même, pour mesurer l'inscription, dans l'espace géographique, des processus sociaux (pour définir par exemple l'aire des échanges économiques, des échanges matrimoniaux, des loisirs, etc.). Une enquête monographique peut même donner lieu à un traitement exclusivement statistique. C'est le cas par exemple d'une enquête menée par Franck Poupeau sur les stratégies scolaires des familles qui sont appréhendées à partir du processus dit « d'évitement de la carte scolaire » : pour dire rapidement en quoi consiste cette enquête, je dirais que, en France, les familles doivent envoyer leur enfants dans les établissements publics situés près de leur domicile. Or on constate que près de 30% des enfants ne sont pas dans les écoles affectées à leur domicile parce que nombre de familles recherchent ce qu'ils estiment être le « bon établissement » pour leurs enfants. Ils cherchent à éviter la carte scolaire qui leur est imposée par leur lieu de résidence. Si, dans les enquêtes menées dans les années 1960, une simple statistique en terme de probabilité objective d'accès à l'enseignement supérieur, comme l'avait fait Bourdieu et Passeron dans *Les Héritiers* (1964) et *La Reproduction* (1970), avait pu suffire pour rendre compte des stratégies éducatives, les établissements étant largement

substituables, avec la « démocratisation scolaire » (en fait la massification scolaire) qui a conduit à la multiplication sur tout le territoire d'établissements scolaires, il y a eu une hétérogénéité croissante des établissements (taux de réussite variable, pédagogie pratiquée diversifiée, origine sociale des élèves qui fait que les lycées sont « populaires » dans les quartiers populaires et « bourgeois » dans les quartiers bourgeois), ce qui fait que tous les établissements scolaires, aux yeux des familles, ne se valent pas. Ce changement de perception de l'école avait été d'ailleurs mis en évidence dès le début des années 1990 par une série de monographies auprès d'élèves et de familles qui donnèrent lieu au court article programmatique que j'ai rédigé avec Bourdieu, intitulé « Les exclus de l'intérieur », qui a été publié dans *La Misère du monde*. Les stratégies éducatives se sont du même coup compliquées, et doivent prendre en compte l'offre locale d'établissement, la connaissance de la réputation des établissements, etc.) Il y a donc une dimension locale qui impose un traitement monographique. C'est ce que fait l'enquête de Poupeau qui analyse le marché scolaire à Paris et dans certaines communes de la banlieue parisienne.

Aussi, pour conclure ce point, je dirais, comme Bourdieu, qu'en matière d'enquête, il faut faire flèche de tout bois. Il faut, de manière très pragmatique, utiliser toutes les méthodes qui peuvent l'être et ne pas être victime de classifications qui opposent, distinguent, différencient artificiellement des techniques qui peuvent et même qui doivent se combiner au service d'une problématique. C'est ce que j'ai fait par exemple dans « La reproduction de l'identité » ou après avoir menée une enquête par questionnaires (N=200 environ) dans une région agricole précise et traité par l'analyse factorielle les réponses obtenues, et après avoir mis en évidence quatre types de rapport à la succession, j'ai pris au hasard mais à partir de l'analyse factorielle, une famille par type que j'ai été voir pour faire une monographie familiale et un reportage photographique qui avait un objectif scientifique qui était de valider l'enquête statistique mais aussi un objectif pédagogique qui était de proposer au lecteur une illustration concrète pour chacun des cas de figure distingué.

La combinaison des méthodes a une vertu importante qui est de permettre une critique croisée. La statistique, on l'a vu interroge la monographie. Mais inversement, la monographie interroge la statistique. Il suffit, par exemple de faire une enquête monographique sur la passation d'une enquête d'opinion par sondage pour interroger les réponses obtenues voire extorquées par la relation d'enquête. Pour ne donner qu'un seul exemple des interrogations que l'usage diversifié des méthodes peut faire surgir, je mentionnerais ce seul exemple : une enquête par sondages d'opinion sur les comportements sexuels de l'ensemble des français comme tant de médias en commandent aux instituts d'opinion publique ne demande guère qu'une quinzaine de jours pour être effectuée alors qu'une enquête monographique sur ces mêmes comportements pour le seul milieu paysan prendra des mois...

Deuxième paradoxe : on ne sait comment délimiter la monographie qu'une fois que l'enquête est terminée.

La monographie pose un problème que les enquêtes statistiques nationales ne posent pas en général, à savoir où commence et où finit la monographie. Pour les enquêtes statistiques, la population sondée est définie politiquement mais de manière toutefois implicite, la question de la représentativité étant résolue avant même d'avoir été posée. Dire qu'un échantillon est « représentatif » n'a pas de sens. Il importe de poser la question complètement qui est de savoir si l'échantillon est représentatif *par rapport à quoi*, ce que la monographie incite, plus que l'enquête statistique faite de manière routinière, à poser. Je me souviens de mon embarras lorsque j'avais dû définir mon terrain d'enquête en milieu rural. Citadin sans attaches rurales, pénétrant dans un univers nouveau pour moi, je m'étais raccroché aux évidences administratives en prenant comme unité d'enquête une petite commune rurale. Puis je trouvais une justification apparemment théorique dans un article de Marcel Maget qui justifiait le village comme unité de recherche en invoquant le fait qu'un village est un groupe social, et même un groupe d'interconnaissance, tout le monde connaissant et contrôlant tout le monde. Mais à mesure que j'avais dans mon enquête, je m'apercevais que la réalité bougeait, que l'aire géographique du groupe s'étendait différenciellement selon les catégories sociales, que des stratégies de mise à distance des voisins dont on n'avait plus besoin se multipliaient et faisaient que le groupe était un peu moins un groupe réel, bref que la coïncidence entre le groupe et l'espace géographique n'était plus parfaite. Si je voulais étudier le groupe paysan, il fallait que je sorte du village. Et si je voulais étudier la population du village, je n'avais plus un groupe mais des groupes aux intérêts différents voire divergents, des systèmes de relations qui débordaient le cadre géographique. En bref, la situation à laquelle j'étais confrontée et que je devais résoudre théoriquement était que le groupe à base locale se dissolvait et donc que le village était de moins en moins une unité pertinente d'analyse même si, au moment de mon enquête, dans la région où je travaillais, il restait une zone d'intersection entre les différents espaces sociaux, ce qui pouvait encore justifier partiellement, mais pour combien de temps, une monographie villageoise. Mais on voit qu'une approche en terme d'espaces sociaux et de leur inscription dans l'espace de la géographie permettait d'éviter une solution substantialiste (ou réaliste) qui aurait consisté, comme la plupart des sociologues ruraux le préconisaient, à élargir géographiquement l'aire de la monographie à la région d'abord et, à la limite, au pays tout entier (« les agriculteurs français »). La relation entre les groupes sociaux et l'espace que j'ai essayé de théoriser permettait de penser le continuum entre le groupe enfermé dans un espace géographique restreint et qui constitue une sorte de micro société en partie autonome et la société citadine, avec ses concentrations de population diverses en situation de juxtaposition et appartenant à des champs sociaux différents et déconnectés parfois par rapport à l'espace. Il suffit de penser, comme cas limite, à internet et à un logiciel comme *face book* qui construit les réseaux sur l'espace virtuel de la toile. Ou encore les sites de rencontre sur internet qui crée un nouveau marché sexuel, voire matrimonial, qui n'est plus dépendant de la stricte proximité géographique des individus.

Le problème de la délimitation de la monographie n'est pas seulement géographique. Si l'on fait pas exemple une monographie de famille, là aussi se pose la question de l'unité familiale qu'il faut prendre en compte. Faut-il prendre en compte seulement le couple avec ses enfants, ou faut-il aussi prendre en compte les frères et sœurs, les oncles et tantes, les grands parents, etc. Bref, jusqu'où faut-il remonter ? Où s'arrêter dans l'alliance, la construction formelle des généalogies pouvant conduire à rassembler, sur le papier, des centaines d'individus. Là encore, il n'y a pas de réponse a priori. Cela dépend de l'objet de l'enquête et de la famille monographiée. Bourdieu propose de prendre en compte la famille réellement pratiquée, c'est-à-dire celle qui agit et produit des effets sur les comportements étudiés. Dans certains cas, la famille est limitée au couple, dans d'autres cas, la famille réelle est une famille élargie. Bourdieu, dans ses enquêtes sur le système d'enseignement, avait mis dans ses questionnaires, une question qui demandait d'indiquer le nombre de membres de la famille (au sens large) de l'enquêté qui, à sa connaissance, avaient fait des études supérieures. Moi-même, j'ai pu montrer le rôle important que joue ce que j'ai appelé la parenté invisible (pour l'enquêteur pas pour les enquêtés), c'est-à-dire les frères et sœurs, les oncles et tantes des paysans enquêtés, et notamment les trajectoires sociales des frères et des sœurs qui ont quitté le village, qui sont salariés à la ville mais qui restent en contact avec celui qui a repris l'exploitation, qui viennent régulièrement à la ferme au moment des vacances et dont le mode de vie citadin, les relations sociales, etc. sont fortement explicatifs des comportements de la famille d'agriculteur que l'on enquête. Il y a là un problème très général qui se pose à l'approche monographique qui est que l'explication des comportements observés ne se trouve pas dans la monographie mais à l'extérieur. J'y reviendrais.

Autre exemple pris dans un tout autre domaine, celui du journalisme. S'agissant de faire une étude monographique d'un événement, quels sont les acteurs qu'il faut retenir ? Là encore, cela dépend. Il n'y a pas de réponse a priori. Soit l'exemple suivant : les médias rendent compte d'un événement qui consiste en une opération contre les violences routières. Un lâcher de 7500 ballons est organisé pour symboliser les victimes chaque année de la route, 500 étudiants sont allongés dans les jardins du Luxembourg à Paris pour symboliser les blessés quotidiens de la route, et une prise de parole des politiques clôt l'opération. Si l'on s'en tient à ce que dit la presse, on en conclut à l'existence d'une mobilisation contre l'insécurité routière, mobilisation en soi suffisamment importante pour que les médias en rendent compte. Or cette opération va être dénoncée par des « étudiants » qui expliqueront qu'ils n'étaient pas « des étudiants mobilisés et bénévoles » mais des figurants payés pour faire cette mise en scène. Et on apprendra que cette opération était en fait très complexe et impliquait nombre d'acteurs non visibles à l'écran. D'abord les autorités politiques qui ont fait de la lutte contre les accidents de voitures une priorité, ensuite une association, la Ligue contre le violence routière qui fêtait ses 20 ans d'existence et qui était à l'origine des événements pour les médias, une agence fabriquant des événements (Publicis conseil) qui était chargée de mettre en place les événements, une école de commerce qui devait fournir des étudiants et qui a fait défaut, une agence de casting qui a été contactée pour fournir des figurants payés en remplacement des étudiants, le Sénat qui a payé les figurants et enfin les journalistes qui sont venus sur place pour couvrir des événements qui étaient en fait fabriqués pour eux et qui sont simplement venus pour « faire des images » selon l'expression

du journaliste venu « couvrir l'événement ». Il était impossible de prévoir a priori tous les acteurs impliqués dans la fabrication de l'événement, ceux-ci n'ayant été découverts qu'à mesure que progressait l'enquête.

Pour résumer ce point, je dirais que l'enquête doit découper son objet compte tenu du découpage de la réalité elle-même, découpage que l'on ne connaît que lorsque l'enquête est bien avancée voir terminée. C'est dire que les premières délimitations d'une enquête monographique ne peuvent être que provisoires et doivent toujours évoluer et se modifier à mesure que l'enquête progresse. Cette situation serait paralysante si l'on était totalement étranger à la société que l'on étudiait. Ce qui n'est pas le cas. Le sociologue a un savoir pratique sur sa société, des connaissances empiriques qui font qu'il peut toujours commencer une recherche à partir d'une première approche approximative. Mais il faut savoir qu'il s'agit d'une première approche qui doit être corrigée à mesure que l'on voit comment la réalité que l'on se propose d'étudier est découpée à mesure que notre connaissance progresse.

Troisième paradoxe : C'est en approfondissant la monographie que l'on peut monter en généralité et sortir de la monographie.

Ce point est important car il touche à un reproche absurde qui est souvent fait à la monographie qui consiste en gros à dire : ce que vous avez trouvé est intéressant mais est-ce que cela ne vaut pas seulement pour la population que vous avez étudiée ? Autrement dit, ce que vous avez trouvé n'est pas généralisable au moins a priori. Le conseil que l'on donne alors au chercheur est de refaire l'enquête ailleurs. C'est la mésaventure qui est arrivée au jeune Bourdieu, alors assistant de Raymond Aron, qui venait de rédiger son premier article sur le célibat paysan, qui l'avait soumis à Jean Stoetzel, qui était professeur à la Sorbonne. Ce dernier lui avait dit : c'est très intéressant ce que vous trouvez mais il faudrait voir si c'est pareil ailleurs. Faites donc l'enquête également dans les Côtes du Nord. Et le jeune Bourdieu, comme vous pourrez le constater en parcourant l'annexe du premier article sur le célibat, bien que peu convaincu par ce conseil, s'était tout de même exécuté et avait refait rapidement l'enquête dans ce département de Bretagne pour y trouver la même chose. Il va théoriser cette question quelques années plus tard, lors de l'enquête menée avec Jean-Claude Passeron sur l'élimination scolaire. Outre une utilisation des statistiques nationales qui permettaient de calculer les probabilités objectives d'accès à l'université, les analyses qui proposaient une explication sur le processus d'élimination reposaient sur une enquête auprès d'étudiants en lettres parisiens et de Lille. Bourdieu explique que les étudiants en lettres parisiens constituent une sorte d'idéaltype réalisé dans la mesure où ils cumulent les propriétés permettant de comprendre le rôle joué par le rapport à la culture cultivée dans la réussite scolaire. Et qu'il est inutile de refaire l'enquête auprès des étudiants en lettres des autres facultés, ce qui conduirait à retrouver les mêmes choses. Autrement dit, il faut traiter les étudiants parisiens en lettres comme un *cas particulier du possible*, expression importante qui sera au principe de bien des analyses ultérieures. La difficulté est sans doute déplacée mais le problème est au moins explicitement posé : il s'agit de construire les cas possibles, ce

qui ne se donne pas d'emblée. La difficulté de la construction théorique réside dans le fait qu'elle ne se donne pas d'emblée mais ne peut se construire qu'à mesure que l'on progresse dans la monographie. Là aussi, les autres cas possibles n'apparaîtront que progressivement. C'est ainsi qu'après *Les Héritiers*, l'enquête sur l'élimination scolaire s'orientera vers d'autres monographies dont le principe n'était pas de voir « si s'était pareil ailleurs » mais de voir comment les mécanismes fonctionnaient tout au long du cursus scolaire et pas seulement à l'université et pas seulement dans les matières littéraires. D'où des enquêtes sur les écoles maternelles, les écoles primaires, les lycées, etc. Et en second lieu, de voir comment des mécanismes fonctionnaient dans des domaines autres que les lettres comme dans les facultés des sciences par exemple. C'est dans la même logique qu'il faudrait ranger la magnifique monographie d'un hôpital psychiatrique menée par Erving Goffman, publiée dans *Asiles*, qui montre que l'hôpital psychiatrique est un cas possible d'institution totale, une institution qui s'inscrit dans un continuum qui va des couvents aux camps de concentration en passant par les internats et les prisons.

Le problème de la généralisation est en fait mal posé. Il est demandé à une monographie si elle est « représentative ». Je reviens sur cette formulation qui est absurde car la notion de représentativité n'est pas un absolu et suppose que l'on s'interroge sur la représentativité de quoi par rapport à quoi. En fait, on confond deux choses. Il y a d'une part la généralisation des processus observés dans le cadre d'une monographie dont on fait un critère de vérité ou du moins de validité : est-ce que le phénomène est représentatif de ce qui se passe ailleurs sur le territoire ou est-ce une *curiosa localis* ? On est dans une logique qui est celle de la représentation politique, dans la logique du « combien », dans la généralisation d'un processus qui, lui, répandu ou non, peut avoir été établi de manière indiscutable et non pas dans la logique du « pourquoi » ou du « comment ». Les processus sociaux ne sont pas plus « vrais » quand ils sont numériquement importants. Aussi il importe de distinguer la mise en évidence et l'explication de processus sociaux qui relèvent des sciences sociales et la généralité, à un moment donné du temps dans une société donnée de ce processus qui intéresse et interroge plutôt les politiques.

Je voudrais prendre deux exemples pour illustrer cette question. En 1975, j'ai procédé à l'observation ethnographique de paysans à la plage. Dans le prolongement des analyses de Bourdieu sur le rapport au corps des paysans, il s'agissait de montrer de manière très concrète, de rendre visible en quelque sorte, un concept très abstrait, celui de *domination symbolique* à partir du comportement, sur une plage, de familles paysannes ne sachant pas nager et n'ayant pas le corps légitime des citadins en vacances. Cette note ethnographique était inévitablement située dans le temps et dans l'espace. Et je pense qu'aujourd'hui, on aurait du mal à trouver en France une situation semblable à celle que j'avais alors observée car les conditions rendant possible cette situation n'existent plus. Il aurait été absurde de me demander, pour valider en quelque sorte mon analyse, d'aller faire d'autres plages pour voir si cela confirmait mes observations dans telle plage. Par contre, il fut intéressant de constater que des collègues portugais m'ont dit, dans les années 1980 et 1990, avoir vu des scènes semblables sur certaines plages du Portugal, ou encore que des collègues brésiliens m'aient dit la même chose. Cela invitait à réfléchir sur les conditions nécessaires à l'apparition de tels

comportements. Cela invitaient à réfléchir sur la configuration singulière de variables qui étaient au principe de cette situation particulière. C'est dire que c'est en approfondissant l'analyse de la situation singulière que l'on pouvait mieux comprendre les logiques à l'œuvre et non pas en multipliant les observations pour voir si on trouvait la même chose.

Je voudrais prendre un second exemple, celui du rôle joué par l'école dans les stratégies éducatives. Dans les enquêtes monographiques que j'ai menées entre 1970 et 1985 dans l'Ouest de la France et en Bresse, j'avais observé que, dans les familles paysannes petites et moyennes, l'école exerçait un effet de détournement de l'agriculture, moins par les contenus enseignés que en raison de la politique scolaire qui conduisait à une scolarisation jusqu'à 16 ans dans les collèges, ce qui était au principe de la constitution de groupes de copains socialement très hétérogènes ou les fils d'agriculteurs étaient en minorité, ou le statut d'aide familial pour ceux qui restaient chez leurs parents avant de reprendre l'exploitation était bien moins vécu que le statut de salarié des anciens copains d'école qui permettait une autonomie financière précoce, l'achat de voitures, des dépenses de loisirs durant les week-ends, etc. Il y avait une marginalisation des jeunes futurs agriculteurs. Et donc que l'école agissait en faisant coexister les enfants des familles paysannes avec ceux appartenant au monde salarié, classes populaires et classes moyennes. Là aussi, on pouvait observer un processus identique à celui des paysans sur une plage : il y avait confrontation de modes de vie. Des enquêtes menées récemment dans des zones rurales proches de celles que j'avais étudiées constatent un phénomène inverse aujourd'hui : l'école est utilisée pour favoriser la succession, d'abord parce que l'allongement de la scolarité jusqu'au bac, voire plus, permet de faire patienter les successeurs quand les parents n'ont pas encore l'âge de se retirer et aussi parce que la technicité grandissante de l'activité, l'importance de la gestion économique suppose une compétence croissante des nouveaux entrants dans la profession, compétence qui est en partie acquise grâce à l'école. Est-ce que ce constat signifie que mes analyses étaient fausses ou que la relation des agriculteurs à l'école s'est inversée ? En fait, c'est la configuration des variables, qui là encore, n'est pas la même. On ne peut mettre en relation « l'Ecole » d'un côté et « les agriculteurs » de l'autre, qui sont deux abstractions vides aussi longtemps que l'on n'a pas précisé de quelle école il s'agit et de quels agriculteurs. L'école comme les agriculteurs ne sont pas identiques en 1980 et en 2008. Les agriculteurs qui restent aujourd'hui (à peine 2% de la population active contre 20% il y a 50 ans) ne sont plus les mêmes ; il en est de même de l'école qui s'est intégrée aux stratégies des familles parce qu'elles se sont rapprochées du milieu rural. Il faut entrer dans le détail de la monographie pour comprendre que c'est la nouvelle configuration des variables qui, de manière aussi nécessaire, permet de comprendre les usages stratégiques que les agents sociaux peuvent faire de l'école compte tenu de leurs systèmes d'intérêts propres et de l'offre scolaire localement disponible. C'est dire que pour comprendre les mécanismes, très généraux qui sont à l'œuvre dans le cadre d'une enquête monographique inévitablement située dans le temps et dans l'espace, il faut entrer dans le détail. Ce qui me conduit à un autre paradoxe.

4^{ème} paradoxe : la monographie est censée être une méthode pour débutants alors que c'est la plus difficile à pratiquer.

L'approche statistique permet de mettre en évidence des corrélations et, au-delà, des explications à des processus sociaux. Un questionnaire, 10 questions, 4000 enquêtés suffisent à mettre en évidence les lois de l'élimination scolaire. On constate en effet une corrélation forte entre le niveau de diplôme et la profession des parents et le cursus scolaire des enfants. Par contre, si l'on veut faire une monographie et analyser le parcours scolaire des enfants d'une famille, on voit, pour comprendre ces parcours singuliers, qu'il faut avoir une quantité infinie d'informations attachée à la famille, aux aléas de la vie (maladie, rencontres de hasard, etc.), à l'offre scolaire locale, à la relation parents-enfants, au rôle positif ou négatif de tel enseignant, etc. qui sont autant de variables secondaires à travers lesquelles les lois du capital culturel s'appliquent. Le dernier livre de Bourdieu, son auto-analyse, peut illustrer ce point. On peut dire que Bourdieu a entrepris une monographie singulière, la sienne. Ce n'est pas un hasard si il n'a tenté cette analyse qu'à la fin de sa vie. C'est que la monographie d'un individu suppose une quantité d'information et une science sociologique particulièrement importante. Information d'abord sur l'espace social, sur les propriétés de l'habitus des individus qui, elles mêmes, pour être établies, suppose une bonne connaissance du processus singulier de socialisation, etc.. Et enfin la mise en relation de l'espace social tel qu'il est structuré à un moment donné du temps et les propriétés de l'habitus qui ne sont jamais établies une fois pour toutes. Les entretiens de *La Misère du Monde* peuvent illustrer ce point. Ces entretiens ont été réalisés par des sociologues qui connaissaient très bien les enquêtés ou les situations qu'ils illustraient. Ce sont pour la plupart des entretiens de fin d'enquête ou le sociologue en sait plus sur les enquêtés que les enquêtés eux-mêmes, où le sociologue, comme l'explique Bourdieu, accouche les enquêtés de leur vérité, d'une vérité que seules de longues années de recherche l'ont amené à découvrir. Et les commentaires de ces entretiens, loin d'être des paraphrases des déclarations des enquêtés comme c'est souvent le cas des analyses de contenu (qui, l'expression le dit, ne s'attachent qu'au contenu du discours des enquêtés) mobilisent des savoirs qui ne se trouvent pas seulement dans l'approche monographique de la personne interviewée.

Conclusion en forme d'ultime paradoxe : le principe explicatif de ce que l'on observe dans une monographie est généralement à l'extérieur de la monographie.

Pour illustrer ce dernier point, je voudrais revenir vers Bourdieu et son dernier livre paru de son vivant, *Le Bal des Célibataires* qui décidément est un ouvrage riche d'enseignements¹. Cet ouvrage regroupe trois articles qui s'échelonnent sur trente ans sur un même problème, celui du célibat des aînés dans la société rurale béarnaise. Ce retour, à deux reprises, sur une enquête monographique qu'il avait menée pour la première fois en 1961 manifeste une

¹ Vd. Pierre Bourdieu (2002), *Le Bal des Célibataires*, Paris, Éditions du Seuil (coll. Points-Essais).

manière de travailler qu'il se proposait de communiquer comme il s'en explique lui-même dans la préface qu'il avait rédigée pour l'occasion. Le point de départ concret des trois articles est le même : il s'agit d'une banale scène de bal qu'il avait observée et dont il avait fait une description ethnographique précise. Dans le premier article paru en 1962², il ne dispose alors, comme grille d'analyse, que de la théorie de l'habitus qu'il a élaborée au cours de ses premières enquêtes menées en Algérie ; il décrypte donc la scène à l'aide de ce concept, insistant sur le rapport au corps des paysans célibataires, leur manière « empaysannée » de se tenir, phénomène visible et directement observable. La conclusion de l'article, en raccourci, pourrait être que les paysans n'arrivent pas à se marier parce qu'ils ne savent pas danser. Dans le second article paru dix ans plus tard³, il reconsidère la scène du bal à partir de la notion de capital que ses enquêtes, menées au cours des années 1960, notamment sur les pratiques culturelles et l'élimination scolaire lui ont permis de construire. Il rend compte alors de la scène à partir de données qui ne sont pas directement visible dans le bal, mais par contre saisissables dans les monographies de familles, à savoir les stratégies de transmission du capital en milieu paysan, et, dans le cas présent, la crise de la reproduction du groupe familial. Dans le dernier article qui paraît en 1989⁴, Bourdieu va procéder, tout en s'appuyant sur les analyses antérieures, à une nouvelle et dernière lecture à partir de la notion de champ qu'il n'a cessée de préciser au cours des années précédentes lors de diverses enquêtes et qui devient alors la notion unificatrice de sa théorie, celle-ci englobant et donnant tout leur sens aux notions d'habitus et de capital. La scène du bal prend alors une autre dimension : si nombre de paysans ne peuvent se marier, c'est en raison d'un phénomène plus abstrait encore qui ne se donne pas à voir sur une piste de danse ou même dans les stratégies du groupe familial, à savoir l'unification des marchés symboliques. On voit que la progression théorique fait progressivement sortir de la monographique définie de manière réaliste pour l'inscrire comme cas particulier de possibles théoriques, ce qui permet une généralisation scientifique des processus découverts.

Il en est ainsi de la plupart des enquêtes monographiques. Pour conclure, je voudrais prendre un dernier exemple, celui des « quartiers en difficultés » qui, en France mais pas seulement, font régulièrement la une des médias. Le principe explicatif de ce qui se passe dans ces zones urbaines ghettoisées réside moins dans ce qui se passe dans ces quartiers – ce qui ne veut pas dire qu'il n'est pas nécessaire de procéder à une analyse détaillée des relations entre les différents agents sociaux présents dans ces quartiers – que dans le fonctionnement du marché immobilier, dans les politiques du logement décidées dans les lieux où se prennent les décisions politiques, dans la politique d'immigration, dans les aspirations nouvelles des petites classes moyennes, dans les transformations du champ journalistique et dans le poids dominant de l'information-spectacle des médias audiovisuels, etc.. Je ne peux dire plus clairement que pour réussir une monographie, il faut en sortir...

² « Célibat et condition paysanne » paru initialement dans *Etudes Rurales*, 5-6, avril-septembre 1962, p.32-136.

³ « Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction » paru initialement dans la revue *Annales ESC*, 4-5, juillet-octobre 1972, p.1105-1127.

⁴ « Reproduction interdite. La dimension symbolique de la domination économique » paru initialement dans *Etudes Rurales*, 113-114, janvier-juin 1989.